

**CRISTIAN VICENTE RODRIGUES**

**VISLUMBRANDO OS SUJEITOS "INVISÍVEIS" SOB O FOCO DAS  
PRÁTICAS DE CONTROLE SOCIAL –  
UBERABA 1865/1935**

**UFU - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
2009**

**CRISTIAN VICENTE RODRIGUES**

**VISLUMBRANDO OS SUJEITOS "INVISÍVEIS" SOB O FOCO DAS  
PRÁTICAS DE CONTROLE SOCIAL –  
UBERABA 1865/1935**

*Dissertação apresentada pelo aluno Cristian Vicente Rodrigues como requisito parcial para obtenção do Título de mestre em História ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.*

*Área de concentração: História Social*

*Orientadora: Profª Drª Célia Rocha Calvo*

**UBERLÂNDIA  
2009**

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

R696v Rodrigues, Cristian Vicente, 1975-  
Vislumbrando os sujeitos “invisíveis” sob o foco das práticas de controle social – Uberaba 1865/1935. / Cristian Vivente Rodrigues. - 2009.

130 f. : il.

Orientadora: Célia Rocha Calvo.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,

Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui bibliografia.

1. História social - Teses. 2. Uberaba (MG) - História - Teses.  
2. Prostituição - Uberaba (MG) - História - Teses. I. Calvo, Célia Rocha. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930.2:316

---

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

Cristian Vicente Rodrigues

**Vislumbrando os sujeitos "invisíveis" sob o foco das práticas de controle social  
– Uberaba 1865/1935**

Área de Concentração: História Social  
Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em  
História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU,  
perante a banca examinadora composta pelos professores:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Célia Rocha Calvo  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU - MG  
(Orientadora)

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Almeida  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU – MG  
(Examinador)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Aparecida Darc de Souza  
UNIOESTE. PR.  
(Examinador)

***À minha mãe Doralice, ao meu pai Eurípedes, ao meu irmão Julian, a minha companheira Jane e à minha tia Martha, com saudade.***

## AGRADECIMENTOS

Talvez essa seja a parte mais difícil desse trabalho, uma vez que pode ser a mais injusta. Esse acanhado espaço não comportaria um adequado agradecimento à todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a consecução desse trabalho. De qualquer modo, tentarei minimizar essa iniquidade e externar aqui meu reconhecimento à maioria dessas pessoas. Primeiramente, porém, é preciso lembrar da existência de uma Força Maior que nos criou e nos move; Força essa que de modo geral conhecemos por Deus, e que sem Ele nada somos.

Meus sinceros e eternos agradecimentos a minha mãe Doralice. Ela que me criou, me educou e deu o tom maior da formação do meu caráter, com toda dedicação, suor e lágrimas e que, felizmente, sempre foi rígida, sobretudo nos assuntos escolares, o que proporcionou condições básicas para que esse trabalho pudesse ser realizado, sem ela, seguramente nada disso seria possível. Também agradeço a meu pai Eurípedes, que ensinou-me a paciência e a humildade e que em meio ao percurso da Dissertação, nos deu um “susto”, ficando internado por dois meses no Hospital Escola. Agradeço ao apoio e incentivo de meu querido mano, Julian, que estimulou-me o gosto a leitura pelos estudos e o engajamento político. Agradeço a ele também pelo seu interesse por essa pesquisa e pelas primeiras correções ortográficas. A minha tia Martha, onde quer que esteja minha saudade e minha gratidão por compartilhar comigo seus últimos momentos no plano terreno.

Meu sincero reconhecimento e agradecimento à minha companheira Jane, que com seu amor, paciência e sabedoria soube me apoiar e incentivar em todos os minutos, e em todos os aspectos, (aguentando minha ausência e meu mau-humor); além de puxar minha orelha quando precisava. Agradeço às minhas meninas Gabi e Iza, por me aceitarem, me ampararem e também ajudar diretamente na pesquisa com as fotos do Lavoura.

Ao grande amigo Celso Machado que partilhou sua infância comigo e, recentemente auxiliou-me em tudo quanto podia para facilitar, junto aos diversos órgãos, o meu acesso aos tratamentos de saúde.

À Professora/Historiadora, Mestre Eliane Marquez, que ensinou-me o amor a História; a Professora/Historiadora, Doutora Sandra Mara, responsável pelo passo inicial desse Projeto com sua leitura e apoio inicial. Neste sentido também agradeço ao Professor/ Mestre Tássio pela leitura, correção e sugestão no início do Projeto.

Ao querido amigo de todas as horas, Historiador e Enfermeiro William Oliveira, que ajudou-me com sua atuação na área de saúde e com sua participação desde o início do trabalho e também ao final da pesquisa junto ao acervo do Lavoura. Ao grande (literalmente) amigo, Historiador/Escritor Gustavo Pena, que corrigiu os erros de português e as terríveis vírgulas quando do Projeto de Mestrado, e também pela sua sempre disponibilidade em ajudar quando da pesquisa no antiga sede do Lavoura e também nas incursões ao Arquivo Público.

Ao amigo Historiador/Doutorando Mozart Lacerda pela idéia original desse trabalho e pelo incentivo durante esse percurso. Ao companheiro, jornalista e pesquisador André Azevedo pelo apoio e pelas dicas de livros e fontes. Minha gratidão e reconhecimento ao amigo e companheiro nessa jornada Professor/Historiador/Mestre Paulo Roberto, que participou e compartilhou comigo desde sempre, acompanhando minhas alegrias, problemas, frustrações e expectativas da pesquisa e de vida. Agradeço ainda, pelas “caronas históricas” nas idas e vindas entre Uberaba e Uberlândia, em que debatíamos sobre os autores estudados, nosso trabalho, etc.

Meu sincero agradecimento ao mais novo amigo, hoje Mestre em História Tadeu Pereira, pelas discussões historiográficas, pelas sugestões, dicas, pelo apoio inestimável, incentivo e encorajamento constante, os quais foram fundamentais para a execução dessa dissertação. Agradeço também por sempre “quebrar meus galhos”, nos trâmites burocráticos junto a UFU. Aos colegas das Turmas de Mestrado em que assisti aulas: Walter, Janaina, Diogo, Rosana, Clarice, Gisélia, Riciele, Neliane, Geovanna, Eliane Pimenta, Renata Rastrelo, Janaína, Floriana e todos os outros que compartilharem esses momentos comigo.

Ao companheiro e Historiador João, do Arquivo Público Municipal, pela parceria, troca de idéias, informações e sugestões que foram imprescindíveis para a elaboração desse trabalho. À Iara, que sempre me acolheu e sempre ajudou nas pesquisas, e aos demais servidores do Arquivo Público de Uberaba o meu agradecimento especial.

Ao advogado Lawrence e ao Túlio, representante da “Massa Falida” do Lavoura e Comércio que possibilitaram o meu acesso ao acervo e ao Felipe que abria e fechava as portas do Jornal e por vezes acompanhava o trabalho de pesquisa.

A companheira de batalha, professora Gilma Medalha, a Diretora Magali do Colégio CEU, a aos demais professores pelo apoio e pela compreensão quando das

minhas ausências. A toda equipe do Colégio Minas Gerais, a Diretora Rosângela Goulart, a Rosa Maria e em especial aos professores João Londe e Luis Carneiro, por ouvirem minhas angústias, pelos conselhos, pelas caronas e pelo companheirismo.

Ao Professor Dr. Guilherme Amaral Luz, Coordenador do Programa de Pós Graduação em História, e as servidoras Josiane e Juliana, pelo auxílio e empenho na resolução dos imbróglis burocráticos, junto a UFU.

Meu reconhecimento e gratidão aos Professores/Doutores, da UFU: Dilma A. de Paula, Heloisa H. P. Cardoso, Paulo Almeida de Souza, Rosângela Patriota Ramos e Wenceslau G. Neto, pela oportunidade de partilharem suas experiências e conhecimento comigo. Por fim, mas não menos importante, meus agradecimentos à minha Orientadora, Professora/Doutora Célia Rocha Calvo, pela paciência, compreensão, sabedoria e pelas indicações de fontes, leituras e caminhos que me auxiliaram na consecução dessa pesquisa.

*Nada é Impossível de Mudar*

*Desconfiai do mais trivial ,  
na aparência singelo.*

*E examinai, sobretudo, o que parece  
habitual.*

*Suplicamos expressamente:*

*não aceiteis o que é de hábito como coisa  
natural,*

*pois em tempo de desordem sangrenta,  
de confusão organizada, de arbitrariedade  
consciente,*

*de humanidade desumanizada,  
nada deve parecer natural nada deve  
parecer impossível de mudar.*

Bertolt Brecht

## RESUMO

O trabalho em tela visa problematizar, num processo de constituição da cidade de Uberaba, entre 1865 e 1935, as relações sociais tramadas entre os diferentes grupos sociais, as quais contribuíram para ocultar a participação de determinados agentes. Nesse sentido, persigo junto aos registros de memorialistas, historiografia, legislações municipais e imprensa local, os vestígios históricos produzidos e que nos remetem as disputas por espaços na cidade que envolveram os indivíduos com modos de viver tidos como incompatíveis aos ideais arquitetados pelos grupos no poder da localidade. Ou seja, intento dar visibilidade aos atores sociais que em regra, faziam parte das camadas populares da urbe e que se ligavam às práticas tidas como condenáveis; tais como: a “vadiagem”, o álcool, o jogo e a prostituição, os quais tiveram sua invisibilidade construída nas memórias e histórias da cidade, porquanto, devido aos seus modos de viver destoantes, poderiam dificultar a “formatação” da Uberaba dos sonhos.

Palavras Chaves: cidade; sujeitos “invisíveis”; disputas; Uberaba.

## **ABSTRACT**

The work in screen seeks to think about the problem, in a process of constitution of the city of Uberaba, between 1865 and 1935, the social relationships schemed among the different social groups, which contributed to hide the participation certain agents. In that sense, I pursue the memorial writers' registrations close to, historiography, municipal legislations and press place, the produced historical tracks and that send us the disputes for spaces in the city that involved the individuals with manners of living had as incompatible to the ideals built by the groups in the power of the place. In other words, project to give visibility to the social actors that in rule, were part of the popular layers of the city and that linked to the practices had as condemnable; such as: the "vagrancy", the alcohol, the game and the prostitution, which had his/her invisibility built in the memoirs and histories of the city, since, due to their manners of living discordant, could hinder the "formatting" of Uberaba of the dreams.

Key words: city; "invisible" subjects; disputes; Uberaba.

## SUMÁRIO

|                             |    |
|-----------------------------|----|
| CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... | 12 |
|-----------------------------|----|

### CAPÍTULO I

|  |    |
|--|----|
| Sob a “pena” da lei: os sujeitos “invisíveis” na constituição do espaço urbano uberabense..... | 30 |
|--|----|

### CAPÍTULO II

|  |    |
|--|----|
| Sob o “fogo cruzado”: perseguindo os sujeitos “invisíveis” nos espaços da idade..... | 64 |
|--|----|

|                           |     |
|---------------------------|-----|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 120 |
|---------------------------|-----|

|             |     |
|-------------|-----|
| FONTES..... | 126 |
|-------------|-----|

|                                 |     |
|---------------------------------|-----|
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 127 |
|---------------------------------|-----|

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*“(...) o tempo presente é uma dimensão que nos impulsiona, não importando o tema escolhido ou o tempo histórico [mesmo remoto] em que situamos a nossa investigação”. E mais orienta-se para o futuro, já que a nossa perspectiva é a de transformar este presente e nossa inspiração é a vontade de buscar a utopia.”<sup>1</sup>*

Em um dado momento, Edward Carr mencionou que a história *se constitui de um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado.*<sup>2</sup> De fato, o historiador está indissociavelmente ligado ao tempo em que vive, conseqüentemente muitas das questões que o incomodam situam-se no presente.

Nesse sentido, enquanto pesquisadores, somos, antes de tudo, agentes da História, já que possuímos uma concepção de vida e discursamos de uma posição da sociedade. Em virtude disso, ocupamos um determinado lugar social, considerando-se que estamos submetidos às mais diversas influências e experiências ocorridas em diferentes circunstâncias históricas e culturais. Compreendemos que tal constatação não é um empecilho ao fazer do historiador, aliás, ao contrário, essas vivências são na verdade o que nos impulsionam a pesquisar e discutir determinadas questões/problemas.

Tendo em mente tais proposições, importante destacar algumas das inquietações por mim experimentadas e que me motivaram a empreender a pesquisa ora apresentada. Para tanto, é preciso retornar aos tempos de garoto, lá pela década de 1980, e “relembrar” as brincadeiras na rua, as “*peladas*” nos campinhos, os papagaios empinados, as aulas no colégio estadual, enfim, o convívio no meu bairro, na minha cidade de Uberaba/MG<sup>3</sup> com os “*moleques*” da minha idade e/ou mais velhos. Dessas experiências, trago algumas indagações que nasciam naquele momento misturadas à curiosidade e perplexidade juvenil.

Em meio ao universo de histórias partilhadas com os outros garotos, sempre vinham à baila as paixões, os namoricos, os passeios pela urbe, as festas entre outros de interesse da juventude de uma década em que não predominava as diversões ligadas ao mundo da informática. Lembro-me que muitas vezes, essas histórias tangenciavam um

---

<sup>1</sup> FENELON, Déa Ribeiro. Muitas Memórias, outras Histórias. Olho d'água, SP. 2004.p. 12

<sup>2</sup> CARR, Edward Hallet. Que é história? Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.p.29

<sup>3</sup>No que tange a localização geográfica, Uberaba situa-se no Estado de Minas Gerais, na região alcunhada de Triângulo Mineiro, demarcada espacialmente pelo Rio Grande, ao sul, e Paranaíba, na porção norte. A cidade está equidistante, em média, de 500 km das capitais: Belo Horizonte, São Paulo e Brasília.

mundo de mistério que se ligava aos locais onde se praticava a prostituição<sup>4</sup> na cidade de Uberaba. Pululavam nomes muitas vezes estranhos para os ouvidos leigos de gente de fora, tais como: *Gogó da Ema*, *Tia Lídia*, *Espelhão*, ou mesmo a *Rua São Lourenço*. Era comum entre os colegas da turma, durante as brincadeiras, ofender alguém, dizendo que o sujeito tinha sido visto “*rodando bolsinha na São Lourenço*”<sup>5</sup>, ou algo parecido.

Por outro lado, quando de fato acontecia um conflito mais sério, havia uma “ofensa”, que em especial, poderia exaltar os ânimos: dizer que fulano era “*filho da puta*”. Dirigir esse “xingamento” a alguém representava a ante-sala da agressão física.

Antes das vias de fato, o sujeito que se julgava insultado, em geral, retrucava algo nesse sentido: *Você não xinga minha mãe não! Ou: Agora você apelou, chamando minha mãe de “puta”!* Esses contratempos eram ordinários à época de minha mocidade, apesar de não conseguir definir com precisão o motivo de tamanha revolta. De minha sorte, se o fato ocorresse comigo: ficava a pensar que, primeiro, minha mãe não era “puta”. Segundo, se o fosse, qual seria o delito, erro, ou mesmo pecado tão terrível que estaria cometendo ao exercer tal prática?!

De fato, a notória repulsa caracterizada na intolerância acerca das ofensas mencionadas, permite-os pensar sobre a existência de um preconceito arraigado que perpassa diversas esferas sociais e que deve ser questionado. Hodiernamente, essas indagações ainda me instigam, pois, de fato, permanece na sociedade um estigma sobre a atividade da prostituição, depreciando assim, os sujeitos envolvidos diretamente nessa prática.

---

<sup>4</sup> “*Em português, prostituir e seus derivados, vêm do latim prostatuore, que é um composto do pro = ‘antes’, ‘diante de’ e statuo = ‘colocar’; daí o sentido de expor, colocar diante de.*” (...) “*A palavra meretriz usada como sinônimo de prostituição, vem do latim meretrix, do verbo mereo = ‘merecer’, ‘ganhar’, ‘fazer-se pagar’(..)*” In: ÂNGELO, Assis...et al. **A Prostituição em debate; depoimentos, análises, procura de soluções.** São Paulo. E. Paulinas.1982. p. 42 – Por outro lado no que se refere a prática, é bom salientar que a legislação brasileira manteve, desde o período colonial, um norte, qual seja, o de não punir diretamente as prostitutas e tampouco seus clientes, porquanto entendia que a mesma era um “*mal necessário*”. Não obstante, a abordagem utilizada pela lei, centraliza suas ações na mercantilização da atividade por parte de terceiros. O atual Código Penal brasileiro não penaliza a prostituição, mas sim uma série de práticas se relacionadas ao meretrício. Constam no capítulo V do artigo 227 ao artigo 234, as condutas ilegais relacionadas ao exercício da prostituição. São os seguintes tipos penais: mediação para servir a lascívia de outros; favorecimento a prostituição; casa de prostituição; rufianismo e tráfico de mulheres. Outrossim, cabe aclarar que o termo *prostituta* ou *meretriz* carrega ainda hoje uma conotação pejorativa, entretanto, nesse trabalho ao utilizarmos tais expressões não significa que estamos corroborando ou reafirmando essa condição, mas sim, apenas designando de forma genérica às mulheres que na cidade adotavam, em seu modo de viver, tais práticas como forma de sustento.

<sup>5</sup> A expressão rodando bolsinha foi e ainda é usada na região, para fazer alusão a atividade das prostitutas que saem às ruas, geralmente com roupas transparentes ou decotadas e com uma pequena bolsinha à tira colo, chamando a atenção dos possíveis clientes.

Na verdade, julgava ser pertinente problematizar a construção das memórias que, vem há tempos, contribuindo para a desqualificação desses personagens históricos. Não obstante, quando da graduação em História na Universidade de Uberaba – UNIUBE, houve a proposta do desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre a cidade, cuja proposta era utilizar como fonte principal os jornais locais. Foi nessa oportunidade que o colega de curso Mozart Lacerda, propôs direcionar o trabalho a fim de pesquisar os aspectos da prostituição em Uberaba.

A partir de então, encontro-me de novo envolvido com a temática que me inquietava enquanto garoto. Assim, contando com a participação dos amigos do curso de História, Wiliam Oliveira e Paulo Roberto, fomos ao Arquivo Público de Uberaba e tivemos nosso primeiro contato com os periódicos locais para pesquisar a referida questão. A tarefa, no entanto, mostrou-se árdua, aparentemente nada fazia menção a esses aspectos da cidade.

Após “resgatar” os dados históricos disponíveis no Arquivo, entregamos o relatório final de pesquisa, a partir da perspectiva de que a imprensa uberabense cobria-se com “antolhos” e não aludia sobre a prática de prostituição – exceção feita aos reclames de produtos para o tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, os quais nos remetiam a esse ambiente.

Por outro lado, quando iniciei a pesquisa no afã de cursar o Mestrado em História na Universidade Federal de Uberlândia, meu olhar voltou-se para o período correspondente ao Estado Novo<sup>6</sup>. Nesse momento, intentava compreender como se deram os diversos embates ocorridos na cidade, quanto aos espaços disputados pelas “pessoas de bem” e por aquelas “condenadas” pelas práticas ligadas à prostituição.

Ademais, o país vivenciava a repressão da Constituição de 1937, com destaque para a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o qual inicia suas ações em 1939 e, ao mesmo tempo, revela-se como órgão responsável pela propagação do discurso oficial (repressivo) do governo, assim como pelo controle dos diversos meios de expressão do País na Ditadura Vargasista.

Na experiência acadêmica junto ao curso de História, buscava ainda esquivar-me da mesmice, apresentada por uma série de trabalhos realizados a respeito de Uberaba, os quais ignoravam ou subvalorizavam a participação histórica das pessoas ligadas às

---

<sup>6</sup> O período conhecido como Estado Novo tem início a partir de um golpe de Estado ocorrido no dia 10 de novembro de 1937, tendo fim em 29 de novembro de 1945. Durante este tempo, Getúlio Vargas assumiu o poder de forma totalitária e ditatorial, era o chefe de Estado e da Nação.

camadas populares local. Logo, percebi que para lançar novos olhares, deveria proceder a outra leitura das fontes, afastando-me das concepções cristalizadas por meio das “memórias e histórias oficiais” da cidade.

Com o encaminhamento do Mestrado<sup>7</sup>, percebi, orientado pelas sugestões da Professora Doutora Célia Rocha Calvo, a relevância da historicidade sobre a prática da prostituição nas fontes que dispunha. Decidiu-se, no contexto da presente pesquisa, perpassar pelos caminhos de outro recorte temporal - fins do século XIX e início do XX, pois se entende que nesse período, Uberaba passava por um processo de constituição urbana mais efetiva, com a elaboração de códigos e leis que procuravam normatizar e ordenar os espaços da cidade.

Ademais, ao analisar esse processo, em que os grupos de poder na localidade buscavam organizar o espaço urbano, seria possível procurar vestígios para problematizar a participação de outros sujeitos históricos nessa urbe em formação.

No caminho da pesquisa, aliado às discussões propostas nas aulas das disciplinas cursadas no Mestrado, pude perceber, ao analisar os Códigos de Postura do Município, que não apenas as meretrizes eram vistas com receio, mas outros sujeitos e práticas que deveriam ser “controladas”. Mais adiante, na Banca de Qualificação, tive a oportunidade de discutir essas e outras evidências debatidas nos capítulos apresentados à Professora Doutora Célia Rocha e aos Professores Doutores Paulo Almeida e Heloísa Pacheco.

Nesse profícuo encontro, a Banca ponderou sob a perspectiva que se apresentava tendo por base minhas próprias reflexões junto às fontes. A partir de então, orientaram-me a problematizar os agentes da prostituição como um dentre os demais sujeitos que compõem a cena da cidade, uma vez que o diálogo com as evidências possibilitava um redirecionamento, porquanto o meretrício era uma das práticas que congregava os sujeitos indesejados nessa constituição do espaço urbano local. Desse modo, havia outros agentes que deveriam ter sua participação histórica relegada.

Assim sendo, cabe destacar que parto das premissas defendidas pela linha de Pesquisa “*Trabalho e Movimentos Sociais*” a qual por sua vez, entende que a História Social constitui-se:

---

<sup>7</sup> Cabe salientar que as disciplinas cursadas durante o curso foram de grande valia, não apenas devido ao encontro com novas leituras e trabalhos diversos, mas, sobretudo, pelas discussões suscitadas nas aulas, junto com os demais alunos, bem como as intervenções instigantes dos professores da linha de Trabalho e Movimento Sociais.

(...) como história problema e não como descrição de certezas, como de interpretações sem que elas signifiquem verdades objetivas ou métodos de validade universal. A história social define o campo de reflexão ao formular problemas que ajudam a interpretar as relações entre os diversos grupos sociais o que significa trazer para o campo da história aqueles que são referidos apenas como coadjuvantes, quando o são: mulheres, camponeses, trabalhadores urbanos, idosos, grupos subalternos, os que são colocados a margem da cultura dominante.<sup>8</sup>

Com base nessa perspectiva, busquei entender a cidade entre os anos finais do século XIX e a década de 1930, não de uma maneira estática e de forma estanque, mas sim, em sua historicidade e temporalidade própria. Desse modo, o olhar voltou-se para os atores sociais que tiveram sua invisibilidade construída em meio às diversas tensões e relações conflituosas estabelecidas nas disputas por espaços e/ou territórios nesse momento de formação e afirmação da cidade enquanto núcleo urbano.

Para tanto, nos serviu de inspiração os ensinamentos de autores que partiram do campo marxista, como Edward Thompson, Raymond Willians e Antonio Gramsci, os quais ampliaram essa perspectiva de análise, ao romperem com as noções estruturalistas e determinantes de base material e superestrutura como algo isolado.

Como defende Thompson, toda transformação cultural é também econômica, pois não se muda uma sociedade sem que haja transformações nos valores culturais. E mais, tais autores se apóiam num conceito mais abrangente de cultura estreitando laços com a antropologia, quando enfatizam o aspecto empírico da pesquisa. Demonstra-se, assim, que cultura, sociedade e economia são instâncias a serem tratadas de modo interdependente.

Não obstante, cabe ponderar que buscar os vestígios da participação histórica desses sujeitos sociais é algo que nos põe a frente de uma série de entraves. Inicialmente, advertimos que, em geral, as narrativas construídas em torno desses personagens, quase sempre produzem imagens pejorativas. Nesse caminho, a historiadora Michelle Perrot nos lembra que, dentre os diferentes sujeitos vistos de forma estigmatizada, encontram-se as mulheres, porquanto sua invisibilidade faz parte de um processo, que visa à exclusão desses personagens dos locais que, durante muito tempo, foram tratados como lugares do fazer histórico.

---

<sup>8</sup> CALVO, Célia Rocha e outros. “Trabalho e Movimentos Sociais: Histórias, Memórias e Produção Historiográfica” p. 4.

Tal exclusão, sobremaneira, contribui para um apagamento de suas memórias e subvalorização de suas ações. Dito de outro modo:

(...) as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranqüila.<sup>9</sup>

Com efeito, para levar adiante a presente pesquisa, foi preciso investigar as entrelinhas dos documentos, para buscar indícios nas publicações da imprensa local, dialogar com os relatos de memorialistas e descobrir, nas normas elaboradas pelo poder público, as “menções” sutis (ou não) que ligavam-se a um universo em que pairavam os diferentes agentes históricos. Estes, excluídos, tiveram suas memórias e histórias publicizadas de maneira a menosprezar suas ações na construção da cidade.

Nessa linha de pensamento, busquei amparo nas discussões propostas por autores que, mesmo de maneiras distintas, abordavam pontos em comum a problemática desta pesquisa. Para ilustrar, a leitura de *Trabalho, lar e botequim*, do historiador Sidney Chalhoub, foi deveras proveitosa, sobretudo quanto às suas análises dos anos finais do século XIX, com o término da escravidão e, por conseguinte, a necessidade de readequação por parte das elites brasileiras ao novo cenário que se delineava:

Com efeito, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil do século XIX colocou as classes dominantes da época diante da necessidade premente de realizar reajustes no seu universo mental, de adequar a sua visão de mundo a uma às transformações sócio-econômicas que estavam em andamento.<sup>10</sup>

As indicações desse pesquisador foram importantes, uma vez que o contingente de escravos em Minas Gerais e mesmo em Uberaba era considerável. Salienta-se, ainda, que Chalhoub aborda, por meio de uma diferente gama de fontes (de processos crimes aos jornais cariocas e obras literárias) os diferentes universos, (trabalho, lar e botequim) aparentemente distintos e desarticulados, partilhados pelas classes populares do Rio de Janeiro, entre os anos finais do século XIX e início do século XX.

---

<sup>9</sup> PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo, Contexto, 2007. p17.

<sup>10</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. Campinas: Unicamp, 2001.p.65

Também nos serviu de inspiração as questões levantadas por Raquel Rolnik, sobretudo em *A cidade e a Lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*, uma vez que a autora inicia sua análise pelas diferentes leis instituídas com vistas a regulamentar a urbe para *penetrar na história da cidade, bem como de elucidar seu papel político e cultural ao longo dessa história*.<sup>11</sup> Sob tal perspectiva, também foi importante ponderar que a legislação

[...] aparentemente funciona, como uma espécie de molde da cidade ideal ou desejável. (...) Entretanto (...) ela determina apenas a menor parte do espaço construído, uma que o produto – cidade – não é fruto da aplicação inerte do próprio modelo contido na lei, mas da relação que esta estabelece com as formas concretas de produção imobiliária na cidade. Porém ao estabelecer formas permitidas e proibidas, acaba por definir territórios dentro e fora da lei, ou seja, configura regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada.<sup>12</sup>

De fato, ao pesquisar os Códigos de Posturas uberabenses, percebi que as normas objetivavam regular os espaços da cidade, com ideais de uma cidade ideal: “nos moldes da lei”. Por outro lado, os agentes históricos interferiam na dinâmica da urbe de formas diversas, muitas vezes “quebrando as regras”.

Nesse contexto, a lei contribuía, de certa forma, com a promoção a invisibilidade de alguns sujeitos (exclusão histórica), pois aqueles que se movimentavam pela cidade com atitudes e comportamentos diferentes dos permitidos, tiveram sua participação histórica “esvaziada” e por vezes rechaçada. Em sua trajetória histórica, passaram, pois, a não figurar como sujeitos que merecem destaque nas memórias e histórias da cidade, uma vez que esta fora, primeiramente, escrita pela classe dominante.

Devo citar, ainda, o contato com a obra “*Nem tudo era italiano - São Paulo e pobreza 1890-1915*” do historiador Carlos José Ferreira dos Santos, pois o autor problematiza a noção que privilegiava a participação do contingente de imigrantes italianos em São Paulo, principalmente no que tange ao protagonismo exercido pelos estrangeiros, como agentes pró-resistência dos trabalhadores às más condições de emprego e baixos salários.

Nas palavras do próprio autor:

---

<sup>11</sup> ROLNIK, Raquel. **A cidade e a Lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**: Studio Nobel: FAPESP, 1997. p. 14.

<sup>12</sup> Idem. p. 13.

Aparentemente, na urbe paulistana, ‘tudo era mesmo italiano’, até as manifestações sociais de sua população contra a exploração. A presença dos imigrantes tem sido também bastante ressaltada entre os trabalhadores em particular nas fábricas, (...). No entanto algumas inquietações entre tantas possíveis, me acompanham. Raramente é mencionada a presença dos não imigrantes nesse processo, especialmente os da parcela pobre da população (...) Ou quando ocorrem de serem considerados, é de forma quase sempre depreciativa em relação a sua participação.<sup>13</sup>

Ao questionar a “ausência” desses outros sujeitos, o autor buscava evidenciar memórias e histórias, que a princípio haviam sido relegadas, pois em sua grande maioria, as pesquisas empreendidas desprezavam esses atores oriundos das camadas populares nacionais. Nos raros casos em que foram “lembrados”, o viés era sempre depreciativo, contribuindo para a generalização e reafirmação de uma memória hegemônica, empobrecendo a compreensão desse passado.

A perspectiva levantada por Santos, nos mostra que é possível construir novos olhares sobre questões aparentemente banalizadas ou tidas como “encerradas”. Portanto, além dessa premissa, chamaram-me atenção as formas pelas quais o autor problematizou as fotografias, não as considerando como mera ilustrações ou anexos, mas, dialogando com as mesmas, procurando apreender possíveis sentidos e intenções subjacentes, sobretudo ao focar a visão para fora do plano central das imagens. Neste sentido, Santos descreve que as fotografias:

[...] permitiram uma maior dinâmica à maneira de perceber os grupos populares nacionais, por oferecerem diversas dimensões da presença desses sujeitos sociais nos vários espaços urbanos fotografados, contrapondo-se, em vários momentos, às descrições feitas de São Paulo e sua população.<sup>14</sup>

Tais pressupostos nos auxiliaram no caminho da pesquisa e da escrita, porquanto nos instigaram a problematizar ainda mais as descrições elaboradas pelos memorialistas bem como as diferentes fontes que nos remetem para a “história oficial da cidade”. Ademais, tais narrativas construíram uma imagem idealizada da urbe, produzida em consonância aos anseios externados pelas camadas abastadas da localidade.

Nesse caminho, busquei problematizar as obras dos memorialistas locais, uma vez que as mesmas também se constituíram como fonte importante desta pesquisa.

<sup>13</sup> SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano – São Paulo e pobreza 180-1915**. São Paulo. ANNABLUME.1998. p.15.

<sup>14</sup> Idem. p. 21.

Desse modo, trabalhei mais especificamente com José Mendonça<sup>15</sup>, e seu livro, “*História de Uberaba*”, publicado em 1974 a partir da compilação de artigos editados no Jornal Lavoura e Comércio desde. Também pesquisei as narrativas de Hildebrando Pontes<sup>16</sup> em “*História de Uberaba e a Civilização do Brasil*”; e ainda, José Soares Bilharinho<sup>17</sup> com a “*História da Medicina em Uberaba*”. E, por fim, Guido Bilharinho<sup>18</sup> autor de “*Uberaba: dois séculos de história – dos antecedentes a 1929*”<sup>19</sup>.

Ao manter um diálogo junto às narrativas dos memorialistas, pude perceber que esses escritos primavam por uma descrição factual de inúmeros aspectos da cidade. No entanto, esses relatos se limitam a construção de uma história linear e desprovida de análise histórica, pois um de seus objetivos foi descrever o processo de desenvolvimento do município desde arraial até a condição de cidade. Contudo, essa possível “falta” de análise histórica não exime tais obras de seu caráter ideológico, visto que a forma narrativa empregada na elaboração desses textos, forja uma aparente neutralidade, visto que os autores estariam apenas delineando as efemérides locais tais como se deram no passado.

Cabe esclarecer, ainda, que não foi meu intuito desmerecer qualquer um desses autores, tampouco suas obras, pois os referidos memorialistas tiveram acesso a inúmeros documentos os quais dificilmente poderíamos trabalhar, razão pela qual suas produções são fontes importantes de consulta entre diversos pesquisadores. Com efeito, constituem-se como rico material de pesquisa e problematização, uma vez que podem ser lidas sob diferentes perspectivas, especialmente se analisarmos os múltiplos significados contidos e incontidos das entrelinhas.

---

<sup>15</sup> Nasceu em 1904 em Uberaba, formado em Direito, começou exercendo a profissão na cidade do Prata/MG, transferindo de volta suas atividades para a cidade em 1930. Além de advogado, atuou como professor de Literatura e História em escolas e faculdades, tendo também colaborado como jornalista, escrevendo artigos para o Jornal Lavoura e Comércio de Uberaba. Foi ainda, um dos idealizadores da Academia de Letras do Triângulo mineiro, ocupando a presidência da organização até sua morte em 1968.

<sup>16</sup> Hildebrando Pontes, formou-se como Engenheiro Agrônomo, trabalhou como Professor e Jornalista colaborando para vários jornais da região, foi Agente Executivo de Uberaba em 1912 e 1915.

<sup>17</sup> José Soares Bilharinho, formado em medicina, foi também vereador pelo PSD em Uberaba na década de 1950 escreveu a História da Medicina local em nove tomos.

<sup>18</sup> Guido Luiz Mendonça Bilharinho nasceu em Conquista, cidade vizinha a Uberaba em 1938, exerce a profissão de Advogado, é autor de vários livros de poesia e contos além de ter editado as Revista Dimensão e Convergência nessa mesma seara.

<sup>19</sup> Cumpre esclarecer, que a aludida obra foi elaborada em dois volumes, o que utilizo vai até 1929, o segundo, tem lançamento previsto para o segundo semestre desse ano. Importante destacar ainda, que diferentemente das publicações citadas, seu livro agrega características um pouco diversas. Guido Bilharinho elaborou, na verdade, o que se poderia chamar de “catálogo”, “guia”, ou “almanaque” da cidade, pois efetuou a compilação de praticamente todos os registros de memorialistas locais, utilizando também dissertações e teses mais recentes acerca da cidade, organizadas de forma cronológica desde o início da chegada de “homens brancos” na região, até o ano de 1929.

Na busca de outros escritos que relatam a história da cidade, tive contato com o livro *“Terra Madrasta (um povo infeliz)”* de Orlando Ferreira<sup>20</sup>, também conhecido como Doca. Nessa obra, o autor busca discutir os pontos ou forças que, em sua ótica, contribuíram para o “atraso” e as forças que contribuíram para o “progresso” da cidade. Importante salientar que Ferreira aborda tais aspectos, nos primeiros 20 anos do século XX, e utiliza como uma de suas fontes o jornal *Lavoura e Comércio*, o qual nas palavras do autor era o *“orgam oficial da câmara”*. Dessa maneira, adiciona-se uma nova nota e produz, assim, um acorde dissonante no discurso monocórdio dos memorialistas uberabenses.

Com a finalidade de apresentar a análise aqui empreendida, foi preciso ampliar o leque e abrir a discussão com outras fontes, pois tenho em mente que:

O poder e a dominação não se localizam apenas no aparelho de Estado ou no nível do econômico, mas existe todo um processo de disciplinarização necessária da população que permeia toda atividade social, desde o trabalho, escola, família, até as formas aparentemente mais ingênuas de lazer.<sup>21</sup>

Em virtude dessa constatação, tornou-se importante problematizar a imprensa local, uma vez que esta é uma iniciativa capitalista<sup>22</sup>, a qual, entre outros objetivos visa aferir lucros, angariando anunciantes e assinantes. Nesse sentido, a imprensa produz significados, valores, concepções, ideologias e “verdades” que se requerem

---

<sup>20</sup> Orlando Ferreira (1886-1957), nascido em Uberaba, foi funcionário dos correios e inspetor da 23ª circunscrição literária de Minas Gerais, atuou também como professor na cidade e vendedor de gado. Declarava-se espírita e comunista foi autor de: *Pela Verdade: Catolicismo versus Espiritismo*. Uberaba: O Triângulo, 1919. - *Capitalismo e Comunismo*. São Paulo: Rabelo & Magalhães, 1932. - *Ilusões capitalistas*. São Paulo: Rabelo & Magalhães, 1932. - *Forja de anões*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1940. - *O Pântano Sagrado*. Uberaba: A Flama, 1948. - *Rui Barbosa e Seus Detratores*, Editora Jardim Uberaba, 1921. - *A Origem Divina do Espiritismo*, Editora Linotipo, 1956. Por seu caráter crítico e contestador e, devido as acusações estampadas no livro *Pântano Sagrado* contra o Arcebispo de Uberaba Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, acabou sendo processado, tendo os exemplares do livro recolhidos pela polícia e queimados na Delegacia de Polícia da cidade. Além disso, foi obrigado a fazer uma retratação publicada no Jornal *Lavoura e Comércio e Correio Católico*. Nesta declaração Doca, confessa todos os crimes de calúnia, injúria e difamação contra o Arcebispo e sua família.

<sup>21</sup> VIEIRA, Maria do Pilar Araújo e outras. **A pesquisa em História**. São Paulo: tica. 4ª Edição. 2006.p.8

<sup>22</sup> Heloísa Faria Cruz nos aponta que o início do século XX, especialmente em São Paulo, marca a transição de uma imprensa “artesanal” para uma imprensa “empresarial”, contando, muitas vezes com um grande capital, transformando-se agora em sociedade anônima. Os diários passavam a circular com aproximadamente 20 páginas e com mais espaços destinados às propagandas. Em Uberaba, verificamos que mesmo abrindo mais espaços para anunciantes, as assinaturas ainda eram vitais para a manutenção de muitos periódicos que não possuíam um grande capital. Para uma discussão mais acurada ver: CRUZ, Heloísa de Faria. São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo Educ.; Fapesp. 2000. p. 179 a 189.

hegemônicas, participando assim, das disputas por projetos de cidade. Nesta senda, cabe ponderar as percepções da pesquisadora Laura Antunes Maciel, ao defender que:

Parece fora de questão afirmar a preponderância da mídia, especialmente da imprensa diária, em nossa contemporaneidade na definição do que é ou não relevante para o nosso entendimento do mundo, na construção de sentidos e ordenamento da realidade social na constituição de memórias hegemônicas. Afinal, aquilo que o jornal noticia – os acontecimentos e sujeitos que enuncia –, ‘o que deu no jornal’, é geralmente aceito como parâmetro seguro do que de fato ocorreu e de sua importância para o conjunto da sociedade.<sup>23</sup>

Devido às particularidades locais, constatamos que o município contou com inúmeras publicações, que serviam, muitas vezes, para expressar determinados projetos sociais dos grupos das elites da uberabenses. Nessa senda, ao final do século XIX, foram criados inúmeros jornais e também um almanaque da cidade, os quais atuavam na construção de significados positivos de maneira a enaltecer possíveis virtudes da urbe: caracterizavam-na como espaço urbano produtivo.

De fato, o historiador ao lidar com a imprensa deve sempre atentar para sua historicidade, como nos aponta Lier Ferreira Balcão<sup>24</sup>. Em sua pesquisa, a autora destacou as diversas práticas, experiências e modos de viver dos moradores de São Paulo, a partir de suas representações na imprensa diária por meio das sessões de reclamações de quatro jornais que circulavam na cidade entre os anos de 1900 e 1913: *Diário Popular*, *Correio Paulistano*, *O Comércio de São Paulo e o Estado de São Paulo*. Ademais, procurou estudar os periódicos em sua fundação: forma de formação, grupos dirigentes, editores, anunciantes, distribuição, disposição das notícias e reclames nos jornais entre outras características.

Inspirado por essa perspectiva, ao procurar vestígios dos sujeitos “invisíveis” deparei-me com a coluna chamada “*Boca do Povo*”, criada em 1929 – data em que se comemorava o aniversário de 30 anos do Jornal Lavoura e Comércio<sup>25</sup> e que esclarecia:

<sup>23</sup> MACIEL, Laura Antunes. **Produzindo Notícias e Histórias: Algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920**. In: Muitas Memórias Outras Histórias. São Paulo: Olho d’Água. 2004. p.29

<sup>24</sup> BALCÃO, Lier Ferreira. **A cidade das Reclamações: Moradores e Experiência Urbana na Imprensa Paulista – 1900/1913**. Dissertação de Mestrado em História Social. PUC 1998.

<sup>25</sup> Acerca da criação do Jornal Lavoura e Comércio, compete esclarecer que o mesmo nasceu, ao final do século XIX, atrelado aos interesses das camadas proprietárias locais, ligado a conjuntura da queda no preço do café, quando o Presidente do Estado Silviano Brandão, tentando minimizar a crise, propõem a criação de um imposto territorial e a redução da taxa sobre exportação, de 11% para 5%. Tal situação política estimulou a criação de novos periódicos. Os favoráveis ao imposto encontravam-se abrigados no P.R.M., ou como na época foi chamado, “*Partido Silvianista*” e expunham suas teses no *Jornal Gazeta de Uberaba*. De outro lado, em fevereiro de 1899, organizava-se, o Clube da Lavoura e Comércio de Uberaba, sendo que após algum tempo, no mês de abril do mesmo ano, em Assembléia do Clube com a

*Nesta secção acolheremos e comentaremos as queixas, as reclamações emfim reivindicações populares – Basta que os interessados nol-as tragam e sejam justas”* <sup>26</sup>.

Nesse espaço, “os populares”<sup>27</sup> poderiam externar as possíveis críticas às coisas que, segundo suas opiniões, não “andavam” bem na urbe. Porém, deixava nítida a existência de alguns critérios importantes para o acolhimento das reclamações – deveriam *ser justas*, o que significa, em outras palavras, que passariam pelo crivo dos dirigentes que as selecionariam de acordo com os preceitos defendidos pelo periódico.

De qualquer modo, esse espaço no jornal nos permitiu conhecer uma série de demandas que perpassavam a cidade, e, sob este aspecto, enxergar de forma mais clara onde se movimentavam os sujeitos “invisíveis” e, de que modo retardavam ou impediam a consecução da Uberaba almejada pelos grupos dirigentes.

Em contrapartida, somando-se a fontes da imprensa, e as obras de memorialistas locais, a problematização dos Códigos de Posturas do município foi fundamental neste trabalho. Assim, cabe esclarecer que em 1865 é instituído o primeiro Código de Posturas<sup>28</sup> do município, sendo este sucedido por outra norma no ano de 1927. No que diz respeito a essa fonte, ressaltamos que a análise empreendida, buscou perceber de que forma se articulavam os grupos de poder na localidade, visando à formatação do espaço urbano, porquanto por meio destes regulamentos, externavam-se os anseios dos grupos de poder da cidade.

Essas fontes possibilitaram vislumbrar certos aspectos que nos remetem ao cotidiano das classes populares da cidade, bem como, inferir, em alguns momentos, como se deram os embates estabelecidos pelos sujeitos que, no olhar da norma, não se enquadravam no almejado ideal de cidade.

presença de mais de cem pessoas entre fazendeiros e comerciantes, ocorre a aprovação de seu Estatuto e a eleição da Diretoria, presidida pelo Agente Executivo, Orlando Teixeira Junqueira, tendo no cargo de Primeiro Secretário o advogado Antônio Garcia Adjuto. Em seguida, em cumprimento ao previsto nesse Estatuto, foi fundado em 06 de julho de 1899 o jornal *Lavoura e Comércio*, tendo como diretor o citado juriconsulto. Após funcionar por 104 anos ininterruptamente foi fechado à 24 de outubro de 2003. Por outro lado, é bom esclarecer que o acesso ao acervo desse periódico não foi fácil, uma vez que estava, no momento da pesquisa, sob a guarda do síndico da Massa Falida. Assim, tive que agendar vários horários de acordo com a disponibilidade do encarregado para poder ter acesso aos exemplares.

<sup>26</sup> Jornal *Lavoura e Comércio* 07/07/1929 pág.08.

<sup>27</sup> No segundo capítulo questiono o emprego do termo “populares”, utilizado pelo Jornal *Lavoura e Comércio* para designar que eram as pessoas que endereçavam reclamações acerca da cidade para a Coluna Boca do Povo.

<sup>28</sup> Documento ainda pouco explorado pelos pesquisadores locais, somente tive conhecimento de sua existência após citação da historiadora Eliane Mendonça Marquez de Resende em: *Uberaba Uma Trajetória Sócio-Econômica/1811-1910*. O aludido Código encontra-se manuscrito no primeiro livro de Atas da Câmara Municipal que compreende ao período de 1857-1871.

Ao dialogar com as fontes disponíveis sobre a história de Uberaba<sup>29</sup> e voltar os olhos para a constituição do município, observamos a participação fundamental dos setores proprietários que, de forma metódica, atuaram nesse processo que se primou, fundamentalmente, pela distribuição de Sesmarias.

Esse sistema contribuiu para o estabelecimento de uma elite agrária que concentrava sua atenção em pequenas casas comerciais na cidade e, mais a frente, ao trato com o gado zebuíno. No entanto, é possível dizer que essa camada não apresentava uma vida restrita somente aos afazeres do campo, mas ao contrário, predominava uma mútua ligação entre campo e cidade. Melhor dizendo, dentro do espaço do município, ocorriam diversas relações de troca, de forma que os modos de vida e os diferentes ritmos e percepções dos sujeitos envolvidos nessas relações, estivessem continuamente imbricados.

Não se pode afirmar que exista uma predominância da cidade em relação ao campo, ou até mesmo que são realidades antagônicas. Entretanto, é comum nos relatos oficiais produzidos por órgãos do governo, ou ainda por jornalistas e até mesmo no meio acadêmico, encontrar tal distinção. A esse respeito, vejamos o que diz a historiadora Célia Rocha Calvo:

Talvez, isso tenha acontecido porque ficamos muito presos à maneira de pensar a cidade, seguindo as premissas dessa memória que pertencia somente àqueles que queriam inscrever a cidade com um lugar das luzes, progresso, sobretudo, do avanço dos meios técnicos ou daquilo que as técnicas proporcionaram, em termo, de instituir um novo padrão de acumulação do capital, pautada na divisão social do trabalho, que levou a compartimentação da vida social, isto é, que promoveu a hierarquização das relações, por meio das mudanças nos modos de viver, trabalhar, de divertir-se e de morar traduzidas na sua organização simbólica (grifos meus).<sup>30</sup>

Importante lembrar que nessa conjuntura foi estabelecido o Código de Posturas de 1865, que procurava adequar a cidade às transformações vivenciadas, bem como

---

<sup>29</sup> Nesse sentido, serviram-me de suporte: RESENDE, Eliane Mendonça Marquez de. **Uberaba Uma Trajetória Sócio-Econômica/1811-1910**, Uberaba, Arquivo Público, 1991. - Luis Antônio Bustamante Lourenço em: **A oeste das Minas (Escravos, Índios, e Homens Livres Numa fronteira Oitocentista: Triângulo Mineiro – 1750-1861)**, Uberlândia, UFU/Instituto de Geografia, 2002. WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. **Papel das Elites no desenvolvimento político e econômico do município de Uberaba (MG) – 1910 a 1960**. . Dissertação. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Geografia História. Uberlândia/MG. 2006.

<sup>30</sup> CALVO, Célia Rocha. **Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos, Uberlândia 1938-1990**. Tese de doutorado. São Paulo: PUC- SP, 2001. p. 47.

atentar para os indivíduos e práticas experimentadas nos diferentes espaços da urbe. Nessa época, havia um especial cuidado no que se refere aos caracteres inerentes aos aspectos sanitários:

Art. 48. É proibido a estagnação de aguas (...) na frente das casas, nos quintais (...) serão punidos com multa de 10.000 reis e de 15.000 na reincidencia.

(...) Art. 50. É proibido dentro da cidade e povoações o estabelecimento de curtumes e fabricas de qualquer natureza que possam causar dano a saude publica, pena de (...).<sup>31</sup>

Afora essas medidas, a legislação também determinava a criação de um cargo de Fiscal para acompanhar o cumprimento das normas acima, bem como a fiscalização dos artigos comercializados pelos boticários locais.

Não obstante, existiam outros pontos de relevo contemplados nas Posturas e que se prendiam à normatização dos indivíduos, os quais em diferentes situações se movimentavam pela urbe, interferindo na consecução dos projetos de cidade ideal. Dentre esses sujeitos, encontrava-se o considerável contingente de cativos da cidade, que há poucos anos da libertação eram vistos com preocupação pelas elites locais, as quais procuravam formas de controlar sua participação na urbe.

Para encontrar mais referências acerca desses diferentes agentes foi necessário verificar as tensões quotidianas apresentadas nessa cidade em movimento, e atentar para as possíveis infrações e/ou crimes cometidos por esses atores históricos.

Consegui, então, identificar na Legislação local, nos Termos de Bem Viver<sup>32</sup>, e nos Processos Crimes<sup>33</sup>, alguns personagens, que, aparentemente, não existiam nas memórias e histórias da cidade, porque estas foram construídas, entre outras formas, por meio do apagamento dos vestígios históricos vinculados a agentes “negativos” para uma cidade em ascensão.

Verificamos que se os dados trabalhados nos sugerem um caminho, cumpre-nos questionar tal direção, pois se a cidade também é construída a partir das memórias, é preciso ter em mente que existem lutas pela obtenção da hegemonia nesse campo. É, portanto, nessa trajetória, que orientamos este trabalho, ao buscar o oculto nas entrelinhas das diversas fontes trabalhadas, atentando para o que norteia Dea Fenelon:

<sup>31</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba 1857-1871 p.p. 265 a 278.

<sup>32</sup> Essa documentação se encontra disponível no Arquivo Público de Uberaba, organizada por fichas onde constam os autores dos processos, os acusados e o resumo da ocorrência. Após verificação das fichas é possível consultar a documentação completa que não se encontra digitalizada.

<sup>33</sup> Tais processos também se encontram disponíveis para pesquisa na sede do Arquivo Público de Uberaba e são organizados de forma idêntica aos Termos de Bem Viver.

(...) a cidade nunca deve surgir como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como o lugar da pluralidade e da diferença, e por isto representa e constitui muito mais que o simples espaço de manipulação do poder. (...) a cidade e suas instituições devem ser vistas como espaços de produção de conflituosas relações que historicamente podem exprimir-se em dominação cooptação ou consenso, mas também insubordinação e resistência.<sup>34</sup>

Em meio às conflituosas relações observadas na urbe, por meio da análise das fontes estudadas, constatamos que havia uma tentativa dos grupos no poder em restringir certas práticas protagonizadas por alguns “personagens” nos espaços da cidade. Dentre elas, destacavam-se o jogo, o álcool e a prostituição, que por sua vez se articulavam a outras, tais como: a vadiagem, o furto, o desrespeito aos horários, e quaisquer atitudes que implicavam ameaça à ordem.

Naquele momento histórico, a legislação brasileira começava a dar mostras de que as camadas pobres da população seriam enxergadas com mais prudência. Assim, a prática da prostituição passa a ser vinculada à vadiagem, a mendicância e ao alcoolismo.

O Código Criminal de 1830 não traz referências explícitas à prostituição embora já possamos constatar aí a diferenciação, em termos legais, entre mulher honesta e prostituta. A repressão a prostituta é assegurada na medida em que são arrolados como ‘crimes policiais’, entre outros, as ofensas à moral e aos bons costumes.<sup>35</sup>

Neste sentido, o Código de Processo Criminal, elaborado em 1832, demonstrou de forma mais clara a preocupação com as práticas que se entrelaçavam ao meretrício – o que obrigava os “desordeiros”, quais sejam, mendigos, jogadores, bêbados e as prostitutas, a assinarem os Termos de Bem Viver que, segundo Eduardo Martins era um:

(...) Documento essencialmente normatizador daquilo que o Império desejava, “paz e tranquilidade pública”, foi também o instrumento corretivo daqueles comportamentos indesejados e temidos: “vadiagem”, “prostituição”, “embriaguez”, “embriaguez”, e tantos outros. (...) Aos indivíduos pobres livres não restavam muitas oportunidades de ascensão social, (...) restando a eles as prestações de serviços para preencher as lacunas entre a “casa grande e a senzala”. Trabalhar em serviços que os senhores de escravos e seus filhos

<sup>34</sup> FENELON, Déa Ribeiro. Org. **Cidades**. Olho d’água. São Paulo 1999. p.7.

<sup>35</sup> ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores - Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 31.

evidentemente não executavam, e que dada a estrutura social vigente também não competia aos escravos.<sup>36</sup>

A punição, além de tudo, contemplava uma vigília a esses personagens, que ao assinarem os referidos termos, estariam se comprometendo a corrigirem seus hábitos tidos como escandalosos. Como se percebe, o universo do meretrício congregava uma série de sujeitos-fontes de preocupação por parte das elites locais. Contudo, a legislação não proibia a existência de tal prática, pois se consubstanciava na premissa de que a prostituição configurava-se como sendo um mal – todavia, um “mal necessário.”

Nessa perspectiva, cabia então uma vigília para que essa atividade, embora necessária, não maculasse a cidade, bem como não desvirtuasse os cidadãos “de bem”, do trabalho e do lar, porquanto, via de regra, os vícios do álcool e do jogo compunham o ambiente dos bordéis locais.

Nessa cidade em movimento, cabe lembrar que no ano de 1927, durante o mandato do médico Olavo Rodrigues da Cunha<sup>37</sup> - 1927/1930 - no cargo de Agente Executivo, foi criada a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba<sup>38</sup>, bem como elaborado o Escudo do Município.

Com a criação do Escudo local, ocorria uma espécie de “coroamento”, e ao mesmo tempo (re)afirmação de memórias grandiosas consubstanciadas num “passado de glória” ligado aos “ilustres fundadores da cidade” e nas ações de seus “nobres filhos”, senão vejamos:

---

<sup>36</sup> MARTINS, Eduardo. **Vigiar para punir**: Os Processos-Crime de Termos de Bem Viver. Este texto é parte constitutivo de uma Dissertação de mestrado na área de história política, produzida junto ao Departamento de História da UNESP de Assis, sob orientação do Professor Livre Docente José Carlos Barreiro. Disponível em: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art10.html>.

<sup>37</sup> De família tradicional na região, sobretudo devido ao envolvimento com a criação de gado zebuino e o mundo político, Olavo é filho do de Geraldino Rodrigues da Cunha, Agente Executivo no mandato anterior (1924-1927) e neto Manoel Rodrigues da Cunha, que fez parte da Primeira Câmara Municipal uberabense, foi, até o momento, o prefeito mais jovem da cidade com 26 anos.

<sup>38</sup> De acordo com José Soares Bilharinho:“(…) A fundação somente em 1927, apesar de desafeto do Dr. José de Oliveira Ferreira animou-se o Dr. João Teixeira Alves a tomar a iniciativa. (...) Numa segunda-feira, dia 27 de junho de 1927 (...) reuniu-se na sala de sessões da Câmara Municipal, gentilmente cedida pelo Agente Executivo Dr. Olavo Rodrigues da Cunha, a quase totalidade dos facultativos aqui residentes.” (...) A proposta apresentada pelo Dr. Álvares no sentido de se fundar uma entidade que congregasse os médicos locais e que tivesse por finalidade ...’ estudar os problemas científicos médicos, aproximar os colegas em palestras médicas, defender os interesses da classe e os sociais no que se refere à higiene e à saúde pública’ foi aprovada por unanimidade.” BILHARINHO, José Soares. **História da Medicina em Uberaba**. Volume IV. Ed. Arquivo Público de Uberaba/Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro 1993.p.1253. A criação, nesse momento, de um órgão como a Sociedade de Medicina, demonstrava não apenas a tentativa das elites locais em enaltecer as características que pudessem ressaltar os aspectos de adiantamento intelectual e de progresso científico da cidade porquanto a mesma poderia ajudar nas ações de “saneamento físico e moral da urbe”, conforme os interesses dos setores dominantes locais.

Em campo vermelho, uma faixa de prata no início do escudo, simboliza o rio de águas brilhantes, o Y-berab, uma das prováveis procedências do nome de Uberaba. Uma asna, também de prata, conjugada à faixa, deixa no campo do escudo uma área irregularmente triangular que simboliza o Triângulo Mineiro e onde se estampam cinco estrelas de prata, postas em aspa, das quais a do centro, é a maior e uma coroa de príncipe no alto, próxima ao vértice da asna. Simbolizam as cinco estrelas as principais cidades da região do Triângulo Mineiro e a maior recorda a primeira de Uberaba. **Quanto à coroa de príncipe, rememora ela a antonomásia secular atribuída a Uberaba: “Princesa do Sertão”. Na parte inferior do escudo, um touro zebu de ouro, com as patas dianteiras erguidas “possante” ou “furioso”, como se diz em tecnologia heráldica, recorda o papel notável e a riqueza criada pela importação do gado indiano, no centro principal de Uberaba, por iniciativa uberabense. “Indefesse pro Brasilia!”: expressão em latim que significa “Incansável na defesa do Brasil”. Ao listal enramam-se hastes de cana-de-açúcar. À direita, um oficial da milícia mineira que recorda os fundadores do “Sertão da Farinha Podre”, especialmente o sargento-mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, o principal fundador de Uberaba. À esquerda, um soldado com uniforme dos voluntários da pátria, na campanha do Paraguai, relembra que Uberaba foi o campo de guarnições das forças que fizeram a Campanha do Mato Grosso e a Retirada da Laguna. Na parte central da coroa do mural, vê-se um escudete com as pechas simbólicas de São Sebastião e as Chagas de Cristo da ordem de São Francisco à qual pertenceu Santo Antônio.<sup>39</sup> (grifos meus)**

De fato, esse era um oportuno momento para realçar a condição “proeminente” da cidade que, cada vez mais fazia jus a antonomásia<sup>40</sup> “*Princesa do Sertão*”<sup>41</sup>, a qual nos remonta à época, ainda em meados do século XIX, em que Uberaba era um dos principais pontos de passagem interligando os grandes centros ao interior do país. De qualquer modo, ocorria agora a materialização, por meio do Escudo Municipal, dos marcos fundamentais da história e memória local que destacava seus principais atributos, revelando ainda, a importância crucial do gado zebu, e, por conseguinte, dos grupos dominantes locais que acumularam capital devido à criação dessa raça.

<sup>39</sup> Bandeira de Uberaba.. Arquivo Público Municipal. Disponível em: <http://arquivopublicouberaba.blogspot.com/2009/02/bandeira-de-uberaba.html>. Consulta: em: 05/08/2009.

<sup>40</sup> Trata-se de uma figura de linguagem. “*Consiste em dizer a qualidade ou característica de algo (ou alguém) ao invés de citar diretamente o nome desse algo (ou alguém). Há inclusive, alguns gramáticos que chegam a considerar antonomásia como uma espécie de metonímia que, dentre outras características, também consiste em se substituir a pessoa por uma qualidade ou vice-versa*” In: <http://recantodasletras.uol.com.br/teorialiteraria/1064513>, acessado em 11/09/09.

<sup>41</sup> A respeito da alcunha “Princesa do Sertão”, o jornalista e memorialista Orlando Ferreira ironizava, salientando que o mais correto seria o título de “*Mucama do Sertão*”: “*As ruas de Uberaba ... Ah! Essas ruas da famosa “Princesa do Sertão. Eu até medito sobre a impropriedade deste título. Ficaria melhor: Mucama do Sertão(...)*”. Ver: FERREIRA, Orlando. **Terra Madrasta (um povo infeliz)**. Typ. do “Brasil Central”. 1926.p.48

Ainda nessa marcha progressista, mais a frente, durante o mandato de Guilherme Ferreira (1930/1935), foi levado a êxito uma série de reformas estruturais na cidade que recebeu novo calçamento em inúmeros logradouros, uma vez que:

(...) o calçamento da cidade é uma providencia que se impõe de toda forma. Não é possível continuar o regimen de capinar permanentemente as ruas, tapar buracos com cascalho, etc. Isso só se adata hoje a logares atrasados e não a cidades adeantadas e progressistas como Uberaba.<sup>42</sup>

Na realidade, a imagem que se forjava para a cidade a imputava atributos de “capital”, calcada no progresso e no trabalho. Desse modo, cabia cuidar para que os aspectos que pudessem remeter ao universo de atraso “colonial” fossem ocultados de forma metódica, como, por exemplo, o fim da escravidão e conseqüente pobreza e muitas vezes prostituição da raça negra.

Por fim, ao elaborar o presente trabalho, procurei dividi-lo em dois capítulos, de forma a melhor estruturar as discussões pautadas no constante diálogo com as fontes disponíveis. Na primeira parte: *Sob a “pena” da lei: os sujeitos “invisíveis” na constituição do espaço urbano uberabense* - persigo pistas para vislumbrar os diversos espaços da cidade em que esses agentes se movimentavam. Problematizo as transformações experimentadas em meados do século XIX até 1935, divisadas a partir dos relatos dos pesquisadores e memorialistas, e por meio da análise dos Códigos de Posturas Municipais. Por esse caminho, procurei aguçar o olhar para as diversas articulações entre os grupos no poder local, os quais influenciaram e alteraram de várias formas os espaços urbanos e os modos de vida dos cidadãos.

No segundo capítulo: *Sob o “fogo cruzado”: perseguindo os sujeitos “invisíveis” nos espaços da cidade*, continuo dialogando com as obras dos autores e documentos apresentados acima, atentando para as inúmeras alterações na dinâmica social na cidade entre 1865 e 1935. Buscou-se perceber e compreender quem foram os “sujeitos invisíveis” e de que maneira teriam contribuído para o insucesso dos ideais de cidade externados pelos grupos no poder. Nesse viés, evidenciei as formas pelas quais os registros citados produziam interpretações negativas, de forma a despotencializar determinadas práticas e sujeitos históricos na cidade.

---

<sup>42</sup> Relatório da Prefeitura Municipal de Uberaba. Secretaria de Planejamento. Apresentação. Calçamento. 1932.p.p.175,176. Disponível no Arquivo Público de Uberaba.

## CAPÍTULO I

### SOB A “PENA” DA LEI: OS SUJEITOS INVISÍVEIS NA CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO UBERABENSE

No afã de lançar outros olhares e identificar os diferentes sujeitos históricos que, embora tenham imprimido suas marcas na história da cidade, foram relegados a um papel secundário e, por vezes, ao esquecimento, foi forçoso manter um diálogo com memorialistas que se debruçaram na consecução de uma “história oficial” de Uberaba. Esses autores construíram suas narrativas tendo, entre outras, a finalidade de legar para as novas gerações a “verdadeira história” da cidade, “respaldada” na reprodução de documentos e fontes oficiais acerca de Uberaba, gesto que produz, dessa forma, memórias que figuram com hegemônicas.

No diálogo com esses autores, foi possível compreender o que suas obras têm em comum: o fato de elaborarem uma imagem positiva da urbe, quando primam por enfatizar determinadas características geográficas, políticas, econômicas e, sob essa perspectiva, concorrem para a ocultação dos embates vivenciados por diferentes agentes históricos que participaram da dinâmica social local. Pensando nisso, procurei neste capítulo partir de outro viés e dar visibilidade - num processo de constituição da cidade - a esses agentes ocultados deliberadamente, alargando, dessa forma, o horizonte de investigação histórica, utilizando para tanto, não apenas as obras dos memorialistas locais, mas também as legislações implementadas para a cidade.

Observamos que os escritos dos memorialistas, apesar de arrogarem uma veracidade e, por conseguinte imparcialidade, foram construídos por um processo de seleção que prioriza certas efemérides, e, além disso, reproduzem de forma linear, narrativa e, com certa ênfase, determinados fatos ligados a política e economia, os quais são utilizados para confirmar uma suposta posição de destaque e progresso da cidade. Portanto, são obras com fundo ideológico que legitimam as ações dos grupos dominantes da cidade, lugar social de onde são oriundos os principais memorialistas uberabenses.

Por essas características, tais narrativas relegam à invisibilidade, a participação histórica dos sujeitos sociais das classes populares, os quais, na visão desses escritores, são desprovidos de cultura e potencial transformador, no sentido de que

suas ações cotidianas não têm relevância para o progresso e desenvolvimento uberabense. Ademais, a construção dessa cidade ideal, elaborada nos registros dos memorialistas, só permite a visibilidade aos sujeitos integrantes das esferas de poder local, ou seja, os “verdadeiros filhos” de Uberaba.

Com efeito, ao buscar os indícios dos sujeitos que não faziam parte dessa “história oficial”, foi preciso ponderar que nesse processo de “criação” e legitimação de memórias históricas, características que pudessem agregar conotações pejorativas, deveriam esquecidas deliberadamente. Sendo assim, não seria ideal discutir questões atinentes aos sujeitos sociais que de um modo ou de outro pudessem interferir na construção da imagem de uma Uberaba desenvolvida, num momento em que a preocupação era essencialmente promover e elevar a imagem da urbe.

Se as memórias são disputadas, não seria alvissareiro, justo nessa ocasião, fornecer subsídios que pudessem conter elementos negativos para que outros agentes pudessem questionar e disputar a hegemonia nesse campo. Nunca é demais lembrar, que *a memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis de dominação e legitimação.*<sup>43</sup>

Início esse capítulo problematizando alguns marcos da história de Uberaba tendo em mente que os escritos forjados por esses memorialistas atribuem sentidos que visam enaltecer a condição da cidade, com base em argumentos calcados na premissa “incontestável” de que a região possuía terras férteis propícias para a agricultura e pecuária.

A partir da problematização das narrativas dos memorialistas, verificamos que ocorreu a elaboração de uma imagem heróica de Antônio Eustáquio como desbravador e maior responsável pela gênese do município. Todavia, devemos ponderar que para a concretização desses anseios foi necessário o genocídio de população indígena e quilombola local, algo que não pode ser interpretado como gesto de bravura.

As ações de Eustáquio destacaram pelo cunho da lógica e estratégia. Fato que corrobora essa perspectiva se traduz na primitiva instituição do arraial que seria a “gênese” do município – a época alcunhado de Lajeado ou Capelinha - , em 1812, localizado cerca de 15 quilômetros da cidade, nas imediações do atual bairro rural de Santa Rosa.

---

<sup>43</sup> FENELON, Déa Ribeiro. **Muitas Memórias, outras Histórias.** Olho d água, SP. 2004. p.10.

Em 1807, o sertanista José Francisco de Azevedo tomou posse da sesmaria cedida por Manoel Pereira Machado e, juntamente com inúmeros moradores do Desemboque, fundam o citado arraial. Porém, Antônio Eustáquio, Comandante Regente dos Sertões da Farinha Podre, em visita a região, nota que aquele não seria o local adequado para a formação de uma cidade, pois segundo sua análise, as terras não eram férteis.

De acordo com as observações de Eustáquio, os recursos hídricos do povoado, (que naquele momento contava com umas vinte casas e uma Capela), seriam insuficientes para o desenvolvimento de um núcleo urbano de maior monta. Dessa forma, preferiu avançar:

(...) a oeste próximo às terras dos índios, cerca de 15 kms, perto do córrego da Laje onde as condições eram favoráveis a uma vida confortável. Nesse local edificou uma casa (...) 'Chácara da Boa Vista'. (...) **Influenciadas pela importância que o Capitão Eustáquio desfrutava e também pelas ótimas condições do local, as pessoas que habitavam o Arraial da Capelinha, foram, aos poucos, se transferindo para as imediações do retiro.** <sup>44</sup> (*grifos meus*)

Nota-se que existiu a intenção de enaltecer as ações do Comandante, todavia, longe de ser um ato de heroísmo, como frequentemente se observa nos relatos de diversos pesquisadores<sup>45</sup>, a atitude de Eustáquio expressava uma conjuntura nacional pautada na expulsão de índios e quilombolas para a formação de novos arraiais expandindo as fronteiras do território nacional.

Amparado nessa premissa, Eustáquio ponderou que o novo núcleo urbano a ser formado deveria ter maiores proporções, sendo assim, precisaria de um local mais adequado, dotado de recursos imprescindíveis para que pudesse prosperar. Nessa visão, as construções forjadas por diversos memorialistas assinalam que a nomeação do Sargento-Mor Antônio Eustáquio, como Juiz de Sesmaria no ano de 1819, em atendimento às solicitações de inúmeros fazendeiros da região, contribuiu de forma

<sup>44</sup> RESENDE, Eliane Mendonça Marquez de. **Uberaba Uma Trajetória Sócio-Econômica/1811-1910**, Uberaba, Arquivo Público, 1991. p.27.

<sup>45</sup> Desses pesquisadores podemos citar o os memorialistas Hildebrando Pontes em: **História de Uberaba e Civilização no Brasil Central**. Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970; Guido Bilharinho em: **Uberaba: dois séculos de história – dos antecedentes a 1929**. Ed. Arquivo Público de Uberaba. 2007. Da geografia destacamos Luis Antônio Bustamante Lourenço em: **A oeste das Minas (Escravos, Índios, e Homens Livres Numa fronteira Oitocentista: Triângulo Mineiro – 1750-1861)**, Uberlândia, UFU/Instituto de Geografia, 2002. Por esse caminho também encontramos a historiadora Eliane Mendonça Marquez de Rezende em seu livro: **Uberaba Uma Trajetória Sócio-Econômica/1811-1910**, Uberaba, Arquivo Público, 1991.

efetiva para materializar a formação do município. Com a autoridade de Juiz, Eustáquio estabeleceu os limites das sesmarias e demais posses, atitude que acelerou o processo de extinção dos indígenas e quilombolas da região.

Por outro lado, é possível interpretar que a constituição do município não se deu por meio da bravura de apenas um homem, mas em virtude de uma conjuntura maior, pautada pelos interesses dos grupos proprietários da região, que souberam agir de maneira a demover os obstáculos que se impuseram para a consecução de seus anseios. Dessa maneira, os processos históricos relacionados à origem da constituição de Uberaba denotam um caráter de exclusão de determinados agentes, aliando ações que visavam à preservação e à concentração da propriedade e, por conseguinte, do poder em poucas mãos, o que contribuiu sobremaneira para a criação de uma camada dominante ligada às atividades rurais.

Oficialmente, em 02 de maio de 1856, o antigo arraial passa a figurar com o *status* de cidade<sup>46</sup>, contando apenas com o nome de Uberaba. Entretanto, é importante observar que a localização geográfica da cidade, surge, na visão dos memorialistas, como uma condição que agregava positividade ao lugar. Cabe ponderar, pois, que os aspectos atinentes à localização geográfica ganham destaque em estudos como o do geógrafo Luis Bustamante Lourenço ao narrar que a cidade estava colocada:

(...) num entroncamento entre dois sistemas dendríticos: o que partia de São Paulo e o que partia de São João Del Rei (...) Mas as ações da elite uberabense não se resumiram só à abertura de vias. Houve, (...) um claro esforço de povoamento com a expulsão dos índios e o boom de concessão de sesmarias entre 1816 e 1822. A elite desejava formar uma região e a partir dela, criar entroncamentos com outras regiões.<sup>47</sup>

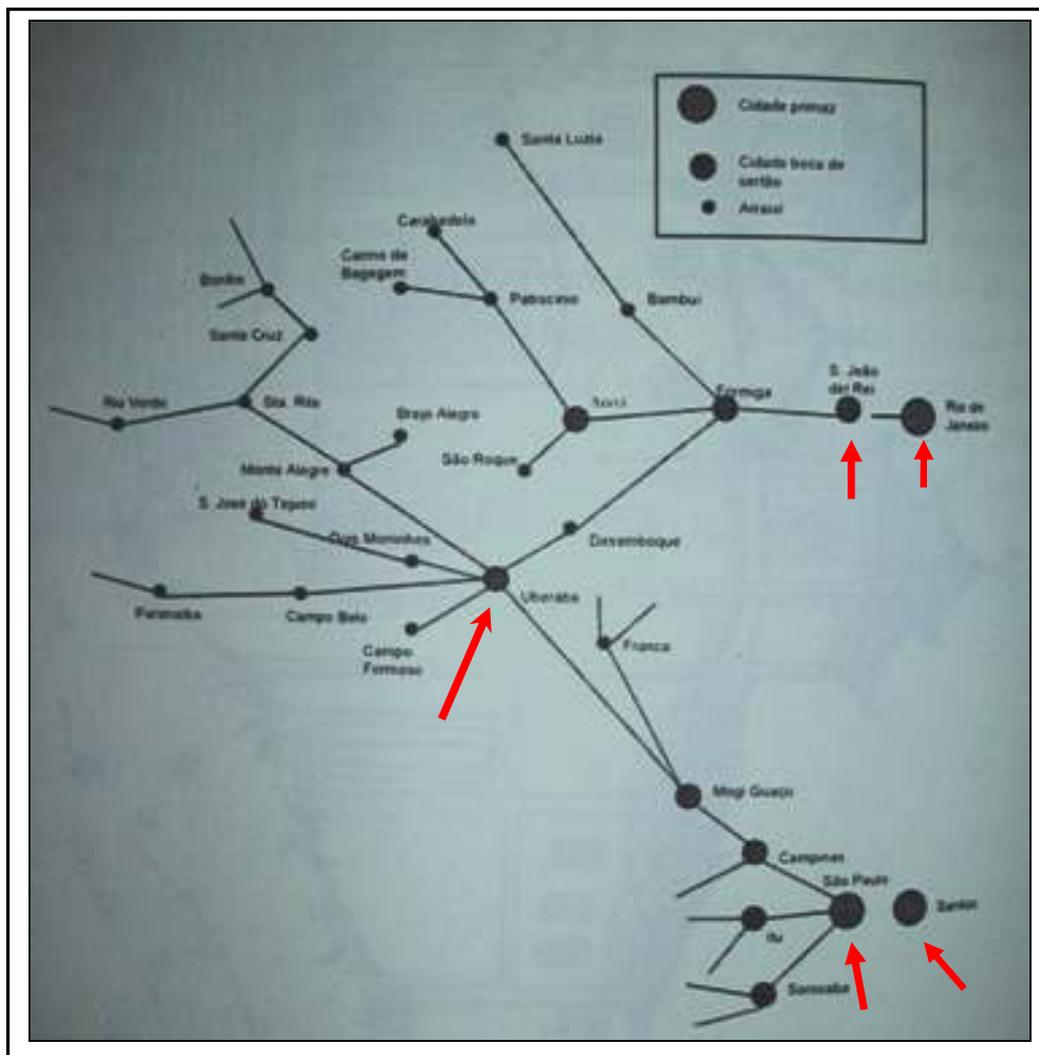
De fato, Uberaba posicionava-se numa região em que se entrecruzavam diferentes caminhos para o interior. Na imagem<sup>48</sup> abaixo pode-se notar que a cidade

<sup>46</sup> Antes, porém, em 02 de março de 1820, a pedido de Antônio Eustáquio, o arraial é elevado à condição de Freguesia, deixando de ser mero distrito de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque. Apenas dezesseis anos depois, Uberaba é elevada a categoria de Vila, já em 1836, com o nome de Santo Antônio de Uberaba; condição essa, que requeria alguns requisitos básicos para sua concessão, tais como a comprovação que a região era circundada por outros arraiais, além da designação da sede do município e mesmo o adensamento urbano.

<sup>47</sup> LOURENÇO, Luis Antônio Bustamante. **A oeste das Minas (Escravos, Índios, e Homens Livres Numa fronteira Oitocentista: Triângulo Mineiro – 1750-1861)**, Uberlândia, UFU/Instituto de Geografia, 2002 p.237 e 239.

<sup>48</sup> Imagem demonstrando a Intercessão das redes dendríticas em Uberaba no ano de 1840 de autoria de Luis Antônio Bustamante Lourenço, as setas em vermelho foram por mim inseridas. In: BILHARINHO, Guido. **Uberaba: dois séculos de história – dos antecedentes a 1929**. Ed. Arquivo Público de Uberaba. 2007. p86.

estava situada numa região fronteiriça ao Mato Grosso, Goiás e São Paulo, ligando-se também com certa facilidade às demais localidades da Província, e de lá até Santos e ao Rio de Janeiro. Ou seja, possuía uma posição que garantia certa vantagem, sobretudo num momento em que havia uma conjuntura favorável à expansão das trocas comerciais, bem como a fundação de novos núcleos urbanos.



Ainda de acordo com Lourenço<sup>49</sup>, entre 1822 e 1861, os grandes criadores da região controlavam 55% de todo o rebanho. Com relação à posse de escravos, entre 1852 e 1861, os números demonstram que 76% da população uberabense possuía

<sup>49</sup> LOURENÇO, Luis Antônio Bustamante – **A oeste das Minas (Escravos, Índios, e Homens Livres Numa fronteira Oitocentista: Triângulo Mineiro – 1750-1861)**, Uberlândia, UFU/Instituto de Geografia, 2002 p.181 e 182.

cativos<sup>50</sup>, utilizados em grande proporção, para executarem inúmeras tarefas, participando diretamente da economia local. Tais evidências nos revelam que a região caracterizou-se por essa particularidade, pois a tendência, sobretudo nas zonas cafeeiras paulistas, foi a adoção da mão de obra imigrante. E mais, segundo as indicações de Resende:

Os grandes proprietários rurais monopolizavam também o comércio existente no povoado. Muitas vezes eram também comerciantes, ou estes eram prepostos daqueles, (...). O sistema representava o controle dos grandes proprietários sobre o comércio (...) e constituía-se em um canal a mais para a concentração de capital em suas mãos.<sup>51</sup>

É possível observar que o envolvimento direto na pecuária proporcionava aos latifundiários, condições favoráveis para a ampliação e variação das atividades exercidas, desse modo, aumentavam seus capitais e por conseguinte, o poder e influência exercidos na região. Nesse complexo cenário, nos é dado a ler, mediante os diálogos junto aos memorialistas, almanaques e demais pesquisadores, que Uberaba emerge como centro dinâmico de referência regional, algo que reportava aos interesses das camadas proprietárias rurais.

Por outro lado, é importante destacar que, durante esse período, alguns municípios, principalmente no oeste paulista e Vale do Paraíba, tinham como base econômica o café. Todavia, as evidências nos indicam que Uberaba, devido entre outros fatores, à sua posição geográfica, tornou-se desde meados do século XIX, “*ponto obrigatório*” de passagem de mercadorias e tropas, constituindo-se assim num entreposto comercial.

Logo, manteve-se com uma economia voltada para a pecuária e para as atividades intrínsecas à natureza de entreposto. O mapa<sup>52</sup> abaixo, elaborado pelo pesquisador Luis Antônio Bustamante Lourenço, permite-nos corroborar essa perspectiva.

---

<sup>50</sup> Ao analisar os dados referentes ao número de escravos na Província de Minas Gerais percebemos que em 1823, a população era de 215.000 cativos, já em 1872, contava com 370.459; por outro lado, São Paulo nos mesmos períodos possuía, respectivamente: 210.000 e 292.637 cativos.

<sup>51</sup> RESENDE, Eliane Mendonça Marquez de. **Uberaba Uma Trajetória Sócio-Econômica/1811-1910**, Uberaba, Arquivo Público, 1991. P. 27.

<sup>52</sup> Mapa do Brasil destacando a área de influência do município de Uberaba e suas principais estradas entre 1832/1880, in: BILHARINHO, Guido. **Uberaba: dois séculos de história – dos antecedentes a 1929**. Ed. Arquivo Público de Uberaba. 2007. p78.



a empresa tinha como meta, alcançar as Províncias de Goiás e Mato Grosso, conectando essa região à Província de São Paulo, seguindo a lógica expansionista do sistema de acumulação do capital emergente no Brasil da época.

Acrescenta-se que, agregando-se a esse cenário, em 1875<sup>53</sup>, Uberaba recebe os primeiros exemplares da raça bovina zebu, adquiridos por Cândido Rodrigues da Cunha, Carlos Rodrigues da Cunha, João Quintino Teixeira Filho e outros. Posteriormente em 1893, parte para Índia Teófilo Godói, visando obter mais representantes desse gado. Um pouco mais tarde, em 1906 e em 1908, são realizadas as duas primeiras exposições na cidade, ressaltando-se as virtudes dessa mesma raça, sendo que a segunda edição do evento foi organizada pelo próprio agente executivo, o médico Filipe Aché. É ainda nesse período, que as viagens à Índia<sup>54</sup> se deram mis amiúde, para aquisição de matrizes.

Todo esse movimento em torno da produção agrária, e mais especificamente do gado zebu, ocorre dentro de uma conjuntura<sup>55</sup> ligada à expansão dos trilhos da Mogiana até Uberlândia em 1895 e, futuramente, a Araguari.

---

<sup>53</sup> A respeito dessa data, existem algumas divergências entre os pesquisadores, contudo, como a diferença não é significativa, optamos, nesse trabalho, em seguir o que apurou o memorialista Hildebrando Pontes em: História de Uberaba p.366/367. Mesmo porque, tal desacordo não irá alterar o enfoque de análise.

<sup>54</sup> Segundo Guido Bilharinho, no período entre 1906 e 1908 as viagens se tornaram mais frequentes, delas participando vários fazendeiros da região.

<sup>55</sup> Cumpre esclarecer que a própria natureza de entreposto comercial, acabou por configurar-se como algo “passageiro”, porquanto, devido entre outros motivos, as particularidades dessa condição, Uberaba vivenciou algumas crises - segundo o que defendem os memorialistas locais - que atravancaram sua vida econômica. Por volta de 1858, houve a elevação do preço do sal, originário de Santos, produto que era uma das bases da economia regional, pois era essencial na pecuária; paralelamente, a implantação da navegação pelo Rio Paraguai desviou o comércio das tropas rumo ao Mato Grosso, pois as estradas regionais não ofereciam boas condições, ademais houve o êxodo ocasionado pela busca de metais preciosos na região de Bagagem, (Estrela do Sul). Essa junção de fatores contribuiu para o declínio comercial, que se refletiu na dinâmica da cidade, pois muitas casas comerciais se fecharam. Entrementes, segundo convencionou-se afirmar entre os diferentes pesquisadores locais, tal crise não durou muito, pois a partir de 1865, com a Guerra do Paraguai, Uberaba percebe uma recuperação e intensificação da movimentação urbana e comercial, pois se torna ponto de passagem das tropas brasileiras rumo ao Mato Grosso, e mais, nesse mesmo ano, o Corpo Expedicionário Brasileiro ficou aqui aquartelado por 47 dias. A esse respeito, vejamos as observações de Resende: “*Com a eclosão dessa guerra a província do Mato Grosso, que mantinha um comércio razoável com Uberaba (...) ficou privada de uma das principais rotas de abastecimento – a rota Rio Paraguai – Coxim. (...) Uberaba canalizou então todo esse comércio. (...) Paralelamente a estes acontecimentos que reativaram e dinamizaram a vida da cidade, parte da população de Bagagem (...) transferiu-se para Uberaba.*”<sup>55</sup> Somando-se a estes fatos, ocorreu a Guerra de Secessão Americana (1861/1865) que obstaculizou a exportação de algodão para o mercado europeu e, por esse motivo, o Brasil começou a participar ativamente desse comércio, tendo Uberaba, ficado por um período, na qualidade rota de passagem de boa parte da produção. Nesse caminho, a partir de 1880, pequenas fábricas se fundaram na cidade, tais como a Tecidos Caçu, e fábricas de chapéu, cerveja, tijolos, queijo, vinho, etc. Todo esse movimento aumentou com instalação da Estrada de Ferro da Companhia Mogiana. Contudo, a partir da extensão dos trilhos até Uberlândia em 1895 e posteriormente Araguari, e, finalmente, após a inauguração da Estrada de Ferro Noroeste em 1911, ligando Bauru a Corumbá, em detrimento de Uberaba, devido

Se esses acontecimentos, de fato, acabaram por contribuir para o declínio das atividades relacionadas mais diretamente ao comércio,urgia aos agentes envolvidos nessa seara “descobrirem” outra segura fonte de capital. Nesse sentido, a pecuária – a partir de agora com ênfase no boi zebu - exerceu uma predominância, pois, em sua maioria, os comerciantes da cidade também eram grandes proprietários de terra e gado.

Como já destacado, a camada proprietária local possuía uma boa experiência nas lides agropecuárias, assim, com a implementação do gado zebu<sup>56</sup>, esse segmento, concentrou, de forma geral, suas atenções nas atividades ligadas a essa espécie bovina. Essa “readaptação” das atividades econômicas locais não causou significativos transtornos aos proprietários/comerciantes, os quais mantiveram sua hegemonia, pois o segmento já estava articulado a uma economia baseada nas atividades pastoris, além do que, as elites locais souberam agir de maneira a conservar a estrutura fundiária e, por conseguinte, social.

Não obstante, tendo em mente esse emaranhado cenário, convém pensar acerca dos espaços onde se movimentavam os diversos sujeitos históricos que participavam dessa dinâmica social. Ou, explicando melhor, é importante refletir sobre como se deu o povoamento e o princípio da constituição do espaço urbano.

A instalação inicial se dá à margem do Córrego das Lages, cuja ocupação aliou aspectos de maior concentração de atividade econômica e a topografia, pois a cidade de Uberaba é composta por sete colinas.

A cidade foi crescendo e nem as barreiras naturais impediram o seu crescimento, sendo feito desde o início a transposição dos córregos, a ligação de algumas vias principais além da ocupação gradativa das colinas mais próximas. Por volta da metade do século XIX a cidade já apresentava uma estruturação urbana bem configurada. (...) Nessa época a cidade possuía aproximadamente 340 casas. Com a instalação de novos equipamentos (Paço Municipal, teatro,

---

a conchavos políticos entre Rodrigues Alves e Afonso Pena, Uberaba perde a hegemonia, uma vez que as trocas comerciais foram redirecionadas, tendo sido a cidade preterida.

<sup>56</sup> Importante salientar que os discursos gestados pelos memorialistas locais, acabam por amparar e confirmar uma memória que se tornou hegemônica, sobretudo no que diz respeito à pujança de Uberaba devido à importância histórica do gado zebu. Desse modo, o direcionamento das ações das camadas proprietárias locais, que a princípio mantinham suas fazendas e ainda atividades comerciais na cidade, para as lides pecuárias, é vista como algo natural e benéfico para economia da cidade. Corroborando tal perspectiva, Hildebrando Pontes argumenta que, na verdade, “*Uberaba, insulando-se, libertou-se, afinal, da dependência daquelas praças e se entregou animadamente, à agricultura e a indústria pastoril, as quais colocam este município em lugar de mercado destaque no Brasil Central.*” PONTES, Hildebrando. **História de Uberaba e Civilização no Brasil Central**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970.p.97.

mercado, hospital, etc.) a expansão do núcleo urbano foi progressivamente se consolidando (...) condicionada por elementos topográficos e econômicos.<sup>57</sup>

Ao se considerar a dinâmica social da cidade, e tendo por base todo movimento de estruturação do núcleo urbano, e sob esse aspecto a definição dos diversos espaços da localidade, é possível inferir que tal panorama demandava o estabelecimento de uma normatização sobre esses espaços, bem como das formas de viver de seus habitantes.

Segundo levantamento de Antônio Borges Sampaio<sup>58</sup>, ainda no ano de 1855, antes mesmo de ser elevada à condição de cidade, a Vila, com 17 ruas e uma praça, contava com 1.923 habitantes, sendo que destes 1.391 eram homens brancos livres e 532 eram escravos.

Convém lembrar que existia uma diversidade na população, a qual nos remete a uma gama complexa de relações sociais tramadas por esses diferentes sujeitos de origens variadas. Algo que já vinha se delineando desde meados de 1830, momento em que o município começa a apresentar uma diversidade<sup>59</sup> social, representada por meio da criação de escolas, companhias de teatro, partidos políticos, grêmios literários, bandas de música e mais à frente, a edição de pequenos jornais e almanaques.

Esse universo era composto, também, por escravos, negros forros, mulheres ou homens livres sem profissão, ou vivendo de “bicos”. Faziam parte das camadas que não dispunham de meios adequados para sua sobrevivência, sobretudo após o declínio

---

<sup>57</sup> PINHEIRO, Ana Paula Arruda Mendes. **A origem do saneamento e dos princípios urbanísticos na cidade de Uberaba – MG.** Curso de Especialização FAUPUCCAMP – Urbanismo Moderno e Contemporâneo. 1994. p. 4.

<sup>58</sup> Tal levantamento foi levado a êxito pelo Cel. Antônio Borges Sampaio e pelo Cap. Manuel Garcia Rosa Terra e refere-se aos habitantes no perímetro urbano da Vila, o objetivo maior era o de requerer junto a Assembléia Provincial a elevação à categoria de cidade.

<sup>59</sup> Para se ter uma idéia, em 1835, antes mesmo de sua elevação a Vila, a cidade já se movimentava com apresentações teatrais de grupos amadores orientados pelo padre Zeferino Batista. Em 1838, ou seja, três anos após, passa a funcionar a Casa da Presiganga, considerada, a primeira escola pública da Vila. Apenas um ano depois, é criada a Agência Postal, e organizados o Partido Conservador e o Partido Liberal da cidade, contando em sua composição, com membros do clero e fazendeiros locais. Ainda seguindo nessa trilha, em 1851 é fundada a banda de música União Uberabense, que durará até 1908. Mais a frente, em 1862 é organizada a Companhia Dramática uberabense, que apenas dois anos depois constrói e inaugura um teatro próprio, com a apresentação de um drama e uma comédia, interpretados e dirigidos por amadores da cidade. Essa dinâmica social acabava por atrair pessoas de diversas localidades e diferentes profissões, tais como médicos, advogados, jornalistas e posteriormente os imigrantes europeus. Para dados completos ver: BILHARINHO, Guido. **Uberaba: dois séculos de história – dos antecedentes a 1929.** Ed. Arquivo Público de Uberaba. 2007.

das atividades de entreposto comercial, nos anos finais do século XIX e a ênfase na pecuária, que não demandava uma grande quantidade de mão de obra.

Ainda sobre esse aspecto, ressalta-se que a cidade vinha há tempos, acolhendo pessoas das mais diferentes camadas sociais e das mais diversas regiões do país. A partir da chegada dos trilhos da Cia. Mogiana, esse movimento aumentou devido a maior facilidade de locomoção. Somando-se a esse fato, lembremos da conjuntura percebida em nível nacional, que estimulava a vinda de imigrantes para o país. Assim, na cidade de Uberaba, a chegada desses agentes, movimentou a dinâmica local.

A princípio, grande parte dos imigrantes que aqui chegaram tiveram suas atividades relacionadas ao trabalho nas fazendas da região, contudo, uma parcela desses sujeitos irão se ater às pequenas fábricas da cidade. Já em 1850, Uberaba recebe operários vindos da Europa com a finalidade de trabalharem na recém criada fábrica de chapéus de propriedade de Luís Soares Pinheiro. Não muito tempo depois, em 1888, Gabriel Toti funda a primeira fábrica de cerveja da cidade, sendo que futuramente ainda estabelece outras dedicadas a produção de macarrão e artefatos de cerâmica. Em 1896, chega a primeira turma de imigrantes italianos, perfazendo um número de 200 pessoas, que haviam sido contratadas pelo governo mineiro para trabalharem nas fazendas da região.

Não obstante, no diálogo junto as evidências e relatos de outros pesquisadores, nota-se a existência de uma tentativa em se atribuir glamour e modernidade a Uberaba e uma parte de seus habitantes, sendo que muitas vezes, essa materialização ocorria por meio da organização de eventos que se revestiam de grande ostentação. Duas passagens, em particular, podem corroborar tal suposto. Uma delas ocorreu quando da inauguração do Grupo Brasil em 1905, ocasião em que se realizou um baile, no qual: *Todas as toilettes descritas (...) o foram à moda francesa.*<sup>60</sup>

O outro acontecimento foi o jantar organizado para recepção do deputado João Quintino Teixeira à cidade, ainda em 1903, no qual pudemos constatar no cardápio: *Potage à la Julienne. Poisson – Doirado á la João Quintino. Entrées – Langue au petit pois – (...) Rotis – didon à la bresiliène (...) Dessert – Confitures Diverses – Fruits de saison. (...) Vins – Sauteme – saint Emíolion (...)*<sup>61</sup>. Ao ler o menu, tem-se a impressão de que se trata de um jantar parisiense, pois todos os pratos servidos tinham

---

<sup>60</sup> RESENDE, Eliane Mendonça Marquez de. **Uberaba Uma Trajetória Sócio-Econômica/1811-1910**, Uberaba, Arquivo Público, 1991. p.98.

<sup>61</sup> Idem. p. 98.

seus termos grafados em francês, o que denota a intenção de conferir um nível elevado ao evento, e, por extensão, às pessoas que dele participavam.

Com base nesses indícios, é possível compreender que se fazia necessária a criação de novas formas e espaços de sociabilização para esses sujeitos. Para além das festas de inauguração dos clubes literários, recepções a “ilustres visitantes”, fazia-se necessária a constituição de novos ambientes para o encontro e articulações dos membros dessa sociedade. Ou, dito de outro modo, estavam sendo forjados novos lugares na cidade, os quais iam se constituindo em territórios identificados pelas práticas de atores sociais pertencentes às camadas proprietárias de Uberaba.

Conquanto Uberaba aparentemente respirasse os melhores ares da Europa, é importante destacar que a maioria da população buscava formas de sobreviver nesse cenário em transformação. De fato, a situação da cidade e boa parcela de seus habitantes não era animadora.

Ao relatar a inauguração do Instituto Zootécnico em 1895, Bilharinho nos mostra o paradoxo experimentado num local que aparentemente se mostrava progressista: *Uberaba passa a ter escola superior quando nem possui oito mil habitantes na área urbana e antes mesmo de ter luz elétrica, ruas calçadas, serviços de esgotos e água encanada*<sup>62</sup>. Com efeito, apesar da narrativa de Bilharinho nos remeter a alguns dos problemas da cidade, as memórias que se forjaram demonstravam uma urbe progressista, ocultando, assim, as disputas sociais vivenciadas quotidianamente por uma série de sujeitos que lutavam por espaços na cidade.

Deste modo, para compor outras histórias sobre Uberaba, foi preciso aguçar o olhar por entre as gelosias construídas nas dinâmicas dos processos históricos que tornam “invisíveis” determinadas práticas e atores sociais. Assim, considerando os apontamentos acerca das transformações sociais na cidade, é possível perceber que desde meados do século XIX, já se delineava uma conjuntura que demandava a elaboração de normas para regular a cidade e seus habitantes, o que é contemplado a partir da implantação, em maio de 1865, do Código de Posturas Municipais que contava com 184 artigos.

---

<sup>62</sup> BILHARINHO, Guido. **Uberaba: dois séculos de história – dos antecedentes a 1929**. Ed. Arquivo Público de Uberaba. 2007.p.156.

A sistematização de um conjunto de normas revela uma necessidade premente de orientar os comportamentos, de intervir, fiscalizar e regular, o que nos sugere a existência de conflitos vivenciados nos diferentes espaços da cidade.

Por meio da legislação, buscava-se delinear uma cidade na qual predominassem características que pudessem agregar positividade a urbe. De forma geral, a norma contrapunha-se aos aspectos que denotavam um “atraso” que, na visão do legislador, relacionava-se ao universo rural, pois procurava delimitar ou mesmo extinguir determinadas práticas e modos de viver “inerentes” ao campo dentro do espaço urbano:

Art. 21 É proibido nas ruas, largos ou becos:  
 §4º Lançar animais mortos ou moribundos.  
 (...) Art. 23 §1º Criar porcos nas ruas da cidade, ou cabras e outros animais daninhos.  
 §2º Deixar vagar cavalos, eguas e gados (...) excetuando vacas leiteiras.<sup>63</sup>

Os grupos no poder da localidade ao elaborarem esse conjunto de regras estavam demonstrando de forma clara e, ao mesmo tempo simbólica, o início de um novo momento para Uberaba, que começava a galgar o posto de “Princesa do Sertão”. Era necessário, então, restringir os indícios alusivos às práticas que remetiam ao meio rural, porquanto a “nova” urbe já não mais os comportaria.

Notamos também uma preocupação com instituição de padrões estéticos, visto que inúmeros artigos do Código são destinados a legislar sobre a edificação de casas, determinando licenças para tais construções que deveriam seguir uma série de princípios, tais como o levantamento de calçadas e muros, os quais se descumpridos poderiam implicar em multa.

Art. 2º As casas que doravante se edificarem em qualquer parte da cidade (...) deverão conservar alinhamento em relação aos edifícios já construídos (...) Art. 3º Se o edifício construído ofender o alinhamento (...) a obra será desfeita (...)

[Ou ainda:]

Art. 16 Todo proprietário de casa ou prédio que estiver cercado de madeira deverá no prazo de 6 meses (...) levantar muros rebocados e caiados (...).<sup>64</sup>

<sup>63</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba 1857-1871 p.p. 265 a 278.

<sup>64</sup> Idem. p.p. 265 a 278.

Diante dessas determinações, é possível inferir que havia também uma preocupação com as formas de ocupação dos terrenos na área urbana, uma vez que na região central da cidade, os lotes deveriam ser mais caros, o que restringia a possibilidade de aquisição desses espaços por pessoas das classes populares. Desse modo, implantava-se uma distinção social assegurada pelos padrões estéticos das construções que, como vimos, deveriam seguir uma série de quesitos.

Por outro lado, o Código contemplava diversos aspectos da vida no município, tais como a iluminação, a higiene, a salubridade, a segurança e abrangia questões relativas à normatização dos hábitos dos cidadãos. Por meio da lei, os setores dominantes buscavam interferir diretamente no universo partilhado pelos vários sujeitos que faziam uso dos espaços da cidade.

A esse respeito, convém atentar para o que sugere Raquel Rolnik, ao pesquisar as legislações empreendidas em São Paulo ao final do século XIX e início do XX:

Mais além do que definir formas de apropriação dos espaços permitidas ou proibidas, (...) a legislação urbana age como marco delimitador de fronteiras do poder. A lei organiza, classifica e coleciona territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação. Funciona como referente cultural fortíssimo na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final.<sup>65</sup>

De acordo com a autora, as legislações elaboradas para as cidades atuam de forma a validar e materializar os propósitos oriundos dos setores dominantes, regulando os espaços e práticas na urbe, muitas vezes sem levar em consideração os hábitos, anseios e formas de vida dos diferentes sujeitos. Levando-se em conta tais observações, e pensando na constituição dos espaços em Uberaba, podemos entender que o Código de Posturas contemplou, entre outros aspectos, demandas que remontam aos anseios dos grupos dominantes da localidade que buscavam normatizar a urbe e controlar o viver dos diferentes agentes sociais.

A cidade estava crescendo em número de habitantes, visitantes e em volume de comércio, além do que, experimentava uma diversificação de atividades culturais. Se por um lado esses eram os supostos aspectos positivos que forçavam a implementação de uma legislação adequada, existiam também outros pontos preocupantes para as

---

<sup>65</sup> ROLNIK, Raquel. **A cidade e a Lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**: Studio Nobel: FAPESP, 1997.p.13.

autoridades: higiene, salubridade e a possibilidade de epidemias. Além disso, o aumento do número de habitantes oriundos de outras localidades, causava certa apreensão, sobretudo no que tange às suas origens e modos de vida. Isto poderia acarretar, entre outros problemas, a transgressão a uma ordem que se pretendia estabelecer. Por extensão, as formas de viver, divertir e se relacionar eram igualmente alvos de preocupação dos membros da Câmara Municipal:

Art. 67. É proibido vagarem pelas ruas da cidade e povoações.

§ 1º Os loucos furiosos e perigosos.

§ 2º Os bêbados.

Os que forem achados em qualquer desses dous estados serão recolhidos em Custódia, até que sejam reclamados pelos parentes, ou que passe a embriaguesa.<sup>66</sup>

Por meio do Código, os grupos no poder visavam promover um “saneamento”, extirpando da urbe aquelas práticas que representavam um perigo para concretização do ideal de cidade colimado. Para tanto, a norma previa sanções que incluíam o cerceamento da liberdade contribuindo para o ocultamento de uma série de viveres e práticas experimentadas por diversos agentes nos espaços do município. Interessante ressaltar que o próprio artigo já imputava a determinados sujeitos atributos negativos, uma vez que os loucos, bêbados e furiosos não circulavam ou andavam, mas, ao contrário, *vagavam* pelas ruas da cidade e povoações, algo a ser rechaçado e devidamente punido pelo poder público.

De fato, era preciso coibir uma gama de práticas que envolviam aqueles que eram vistos como “desclassificados”, para tanto, proibia-se entre outras atividades:

Art. 57 § 2º Os jogos de asar nas Casas Públicas. § 3º Os jogos de toda espécie nas Tabernas e negócios. § 4º As loterias não concedidas pelas Assembléias Legislativas. § 5º As rifas (...). Aos contraventores multa de 30\$000 (...)

Expressos no corpo da lei estavam os anseios e ideais dos grupos no poder, os quais designavam significados pejorativos a uma série de sujeitos e práticas. Neste sentido, a norma tinha o firme escopo de modelar o viver urbano, visto que intentava imprimir noções de moral e conduta adequada para os cidadãos, e mesmo para

---

<sup>66</sup> Idem. p.p. 265 a 278.

aqueles que por ventura estivessem por aqui de passagem<sup>67</sup> ou ainda planejassem transferir residência para cá. Contudo, é preciso ter em mente que apesar das diversas imposições, as pessoas continuavam estabelecendo relações e fazendo usos da cidade muitas vezes de modo a burlar a legislação vigente.

Nessa tentativa de organização e constituição do espaço urbano nos moldes desejados pelos grupos no poder local, os escravos inescapavelmente tornavam-se mais um segmento visto com temor e ressalva pelos legisladores, mormente em Uberaba, uma vez que a população escrava do município no ano de 1868<sup>68</sup> somava 1.636 indivíduos, ou seja, aproximadamente 28% dos 5.785 habitantes. De acordo com as premissas de uma sociedade escravista, os cativos deveriam ater-se somente à lógica do trabalho e nestes termos participarem da cidade contribuindo com suas atividades laborativas; do contrário, sofreriam as imposições do regulamento, pois pelo artigo 68, era vedado aos mesmos:

(...) **Andarem pelas ruas a qualquer pretexto sem bilhete de seus Senhores depois do toque de recolher.** Os escravos achados nas ruas serão presos e recolhidos a prisão, até serem reclamados pelos seus Senhores a quem se avisará e que serão obrigados a pagarem a despesa feita com o tratamento e aviso (...) (grifos meus).<sup>69</sup>

Nesse momento, aponta-se a existência de um toque de recolher no município. Entrementes, não está claro se essa medida era direcionada e aplicada somente aos escravos ou se era extensiva à população como um todo. De qualquer modo, é uma forte evidência do caráter repressor do regulamento que demonstrava grande preocupação no sentido de eliminar várias práticas que deveriam ocorrer na cidade.

É bom esclarecer que em Uberaba, segundo registros pesquisados nos cartórios locais pelo Historiador Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior, entre os anos de 1821 e 1888

---

<sup>67</sup> No mês de julho de 1865, ou seja, poucos meses após a promulgação das Posturas locais, instalaram-se na cidade aproximadamente 4000 homens que compunham as brigadas da capital mineira, São Paulo e outras localidades, para formar a tropa que iria invadir a região norte do Paraguai em virtude da guerra (1864/1870). De qualquer modo, ficaram abrigados na cidade um grande contingente populacional até o mês de setembro do mesmo ano, mantendo, entretanto, até o fim do conflito, um considerável trânsito de pessoas e produtos diversos.

<sup>68</sup> Revista de Uberaba. Órgão Literário, Científico e Industrial. Livraria Século XX. P.86. In: RESENDE, RESENDE, Eliane Mendonça Marquez de. **Uberaba Uma Trajetória Sócio-Econômica/1811-1910**, Uberaba, Arquivo Público, 1991. p. 45.

<sup>69</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba 1857-1871 p.p. 265 a 278.

foram registradas 377 cartas de alforria<sup>70</sup> sendo que desse total, 193 em benefício de cativos do sexo masculino e 184 para o sexo feminino. Ademais, é preciso ponderar que muitos cativos adquiriam sua liberdade mediante pagamento de quantias consideráveis, o que nos leva a pensar que muitos desses indivíduos possuíam certa autonomia, algo que lhes permitiu concentrarem esforços em atividades com algum tipo de remuneração. Em outras palavras:

Ao que parece, o tempo livre do qual puderam dispor foi utilizado na execução de serviços , ou mesmo trabalhando em um pedaço de terra do qual tiravam seu próprio sustento, mantendo ainda viva a possibilidade de se libertar por meio da comercialização dos parcos excedentes dessa produção.<sup>71</sup>

Compreende-se que os escravos participavam de forma regular e constante na esfera econômica da cidade, pois estavam envolvidos nas atividades produtivas locais. Todavia, algo que poderia causar temor às camadas proprietárias locais era verificar que o almejado “hábito do trabalho” em que os cativos deveriam enquadrar-se, aparentemente só se relacionava aos aspectos compulsórios de sua relação com seus Senhores e, em outros casos, apenas com o fim específico de conseguirem sua alforria. De qualquer modo, havia a presença constante desses sujeitos nos mais diversos espaços, o que lhes possibilitava interagir com outros e variados agentes históricos.

Com efeito, as Posturas de 1865 concentravam sua atenção na tentativa de regular e normatizar as práticas, hábitos e costumes dos cidadãos, sem nunca perder de vista os cativos do município. São vários os artigos que abordam sobre as práticas desses trabalhadores na cidade. Atividades quotidianas que para os homens e mulheres livres eram lícitas, aos escravos nem sempre eram permitidas, pois para esse segmento havia uma série de restrições que contemplavam praticamente todas as esferas de sua vida, do contrário vejamos:

Art. 64. É proibido comprar a escravos mantimentos, ou quaisquer gêneros de lavoura, ou outros sem o consentimento de seus senhores (...) multa de 30\$000 (...) [Ou ainda num sentido similar:]

Art. 108 Fica proibido dar canto a escravos fugidos, retel-os para serviço próprio ou de outro sem o consentimento de seus senhores (...).<sup>72</sup>

---

<sup>70</sup>RIBEIRO, JUNIOR Florisvaldo Paulo. **A fabricação da liberdade alforrias e abolição da escravidão no Triângulo Mineiro, 1821-1888.** In: História & Perspectivas. (36,37). Uberlândia. Edufu. 2007. p.p.282, 283.

<sup>71</sup> Idem. p.285.

<sup>72</sup> Idem. p.p. 265 a 278.

De acordo com os dizeres da lei, é permitido conjecturar que, por vezes, determinados indivíduos teriam, de alguma forma, prestado auxílio a esses sujeitos. Em algumas oportunidades, como sugere o regulamento, algum morador possivelmente adquiriu víveres para alimentação de um escravo faminto, ou ainda, para que o mesmo pudesse revendê-los.

Existe também a possibilidade de algumas pessoas terem facilitado ou fornecido guarida para algum cativo que houvesse escapado de seu Senhor, com o intuito de protegê-lo ou mesmo “utilizá-lo” para benefício próprio. De qualquer modo, se a norma reprimia tais ações, isto se deve ao fato de que as mesmas não eram incomuns no âmbito do município e, portanto, deveriam ser coibidas.

Não obstante, considerando-se apreciável número de escravos na área do município, não seria inócuo inferir que o Código, ao reprimir, ou conforme o caso, restringir determinadas práticas, estaria sendo cauteloso; pois, de certo modo, tais agentes, se organizados, poderiam ser uma ameaça concreta à manutenção da ordem e da estrutura de poder vigente na localidade.

Talvez isso explique o artigo 103 da indigitada lei o qual proibia *os ajuntamentos de escravos de mais de três em conversação secretas os que forem achados em tais reunião serão presos e recolhidos a prisão.*<sup>73</sup> Urdido poucos anos antes da abolição da escravatura, os legisladores tinham consciência de que a norma deveria ser cuidadosa, pois com a liberdade aos negros, existia o temor pelo destino da grande massa de escravos da região. A esse respeito, Chalhoub nos assinala que:

(...) os libertos eram em geral pensados como indivíduos que estavam despreparados para a vida em sociedade. (...) A liberdade do cativo não significava para o liberto a responsabilidade pelos seus atos, e sim a possibilidade de se tornar ocioso, furtar, roubar, etc.<sup>74</sup>

Ao ponderarmos a proposição do autor, principalmente tendo em vista o contingente de escravos na região, notamos que, para as elites locais, fazia-se imperiosa a tomada de medidas objetivando solucionar essas questões. Além do problema da perda de mão de obra, havia o risco de que, supostamente, tais sujeitos representavam para a estabilidade da ordem social.

---

<sup>73</sup> Idem. p.p. 265 a 278.

<sup>74</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. Campinas: Unicamp, 2001. p.p. 67,68.

Para evitar o comprometimento dessa ordem – na e da cidade – iniciou-se a repressão aos caracteres negativos desses indivíduos, os quais, segundo o mesmo autor, somente (...) *seriam vencidos através da educação, e educar libertos significava criar o hábito do trabalho através da repressão, da obrigatoriedade.*<sup>75</sup> De qualquer forma, havia a presença constante dessas pessoas nos mais diversos espaços, mantendo inúmeras relações na cidade com outros e variados agentes históricos.

Deduz-se, então, que o regulamento expressava a vontade de “sanear” os costumes, práticas e hábitos ao evitar o contato com determinados sujeitos, em particular, os escravos ou os chamados negros forros, que por seus modos de vida, destoavam dos objetivos perseguidos pelas classes proprietárias.

A participação quotidiana desses agentes históricos na dinâmica da urbe era alvo de grande atenção por parte dos idealizadores do Código de Posturas de 1865, os quais procuravam delimitar ao máximo sua presença e visibilidade no espaço urbano, direcionando sua participação apenas para as atividades laborativas.

Nesse sentido, chama atenção o artigo 107 da norma, que aborda, entre outros pontos, a atividade do meretrício uberabense. Interessante verificar que, o legislador, habilmente busca normatizar uma prática que poderia congrega sujeitos de diferentes camadas sociais, como se nota na redação do item: *Art. 107 – É proibida às prostitutas a aceitação de filhos de famílias e escravos em suas casas, pena do artigo antecedente.*<sup>76</sup> Ao nomear expressamente os filhos de família, podemos inferir que a lei municipal considerava que o seu contato com o universo da prostituição poderia, entre outros aspectos, gerar herdeiros ilegítimos.

Além disso, se partimos da concepção de que o meretrício configurava-se como um “mal necessário”<sup>77</sup>, não seria auspicioso à presença de pessoas de classes

<sup>75</sup> Idem. p.68

<sup>76</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba 1857-1871 p.p. 265 a 278.

<sup>77</sup> Diversos autores ao pesquisarem acerca do meretrício em diferentes localidades nos apontam que, de modo geral, existia o pensamento por parte dos grupos dominantes e mesmo grande número de representantes da classe médica, de que tal prática tinha funções sociais, pois garantiria a satisfação dos desejos sexuais masculinos. Ou, como expressa Soihet acerca da cidade do Rio de Janeiro ao final do século XIX e início do XX: *“As medidas propostas para acabar com a prostituição desregrada tinham como limite a afirmação de que esta se constituiria num mal necessário – a relação sexual permitida pela existência da prostituição impediria a desmoralização da sociedade asseguraria a tranquilidade, honra e sossego das famílias; garantiria a satisfação de um instinto e, através desta satisfação, contribuiria para a diminuição dos crimes.”* SOIHET, Raquel. **Condição Feminina e forma de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890 – 1920.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. 205. Nesse mesmo caminho explicita Engel: *“Defendendo a necessidade de se regulamentar a prostituição, estes médicos assumem, claramente, uma perspectiva normatizadora, elaborada em torno da afirmação, ‘cientificamente’ fundamentada, de que a prostituição seria um ‘mal inevitável’ e, portanto, não poderia ser eliminada. Este é o ponto de partida para o raciocínio que conduziria à concepção segundo a qual*

abastadas nesses recintos considerados mundanos. Não obstante, existia ainda o perigo da contaminação por moléstias sexualmente transmissíveis, o que poderia por em risco a vida dos membros das camadas proprietárias locais.

Por sua vez, como já indicamos, ao escravo não caberia frequentar as casas de prostitutas, porquanto, sua atuação na cidade deveria estar conexas apenas ao mundo do trabalho. Ademais, a participação de escravos nesses lugares e um possível contato com pessoas de outras classes sociais feriam frontalmente o ideal de disciplinar e sanear os costumes dos cidadãos locais.

Nesses termos, a possibilidade do encontro entre escravos, trabalhadores, desocupados, “vagabundos”, “bêbados”, negros forros e prostitutas num mesmo ambiente era visto como algo que poderia contribuir para um arrefecimento das estritas fronteiras sociais, baseadas na hierarquia de classes e, sobretudo na relação entre Senhores e escravos. De fato, essa “mistura” só poderia ser encarada mesmo com ressalva por parte dos legisladores que jamais admitiriam o convívio da “*gente de bem*” com os “*desclassificados locais*” que comumente se reuniam nas casas de prostituição.

Nesse momento de transição, ao final do século XIX e início do século XX, ocorre, de forma mais acentuada, a divisão dos espaços e territórios na cidade. Em Uberaba, a elaboração de outro Código de posturas no ano de 1927 expõe que a cidade vivenciava transformações as quais demandavam uma nova série de medidas. Diferentemente da norma anterior, urdida em meados do século XIX, e que contava com 184 Artigos, a nova legislação continha 651 que abarcavam entre outros quesitos a estruturação dos vários órgãos municipais, instrução pública, organização da cidade, do comércio, indústria e profissões.

Dentre vários aspectos, podemos destacar o zoneamento ocorrido, que assim dividiu a cidade: central, urbana e suburbana. A partir de então, a região considerada central era composta, de acordo com o “Artigo 93, § 1º pela

(...) área demarcada pelo perímetro seguinte: - Estação da Mogyana, Rua Artur Machado, Praça Affonso Penna, Rua Bernardo Guimarães, Ladeira dos Estados Unidos, Praça Comendador Quintino, Rua Martin Francisco, Rua Lauro Borges, Rua

---

*ela seria um ‘mal necessário’ e portanto, não ‘deveria’ ser extinta.”* ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores - Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 105. Ainda a esse respeito ver: PEREIRA, Ivonete. **"As decaídas": prostituição em Florianópolis (1900 - 1940)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

Segismundo Mendes, Rua Vigário Silva, Rua Godofredo da Cunha, Rua Tristão de Castro até a esquina da Rua Triângulo Mineiro, Rua Tristão de Castro, Praça Ruy Barbosa, Rua São Sebastião, Praça Dom Eduardo, Rua Manoel Borges, Rua Senador Penna, Rua Saldanha Marinho, Rua João Pinheiro, Rua Padre Francisco Rocha e Praça da Estação da Mogyana.<sup>78</sup>

Já a região urbana, além de comportar as ruas do espaço delimitado como central da cidade, também abrigava inúmeras outras. Nesse sentido, o Código ainda explicitava o critério para definição da zona urbana e suburbana conforme o artigo 93 de 1927:

§ 2º (...) Nas ruas limitrophes da zona urbana, até cem metros da frente das ruas, para o lado da zona suburbana, é considerado zona urbana para effeito das diposições de hygiene. § 3º - A zona suburbana comprehende as demais ruas e bairros da cidade.<sup>79</sup>

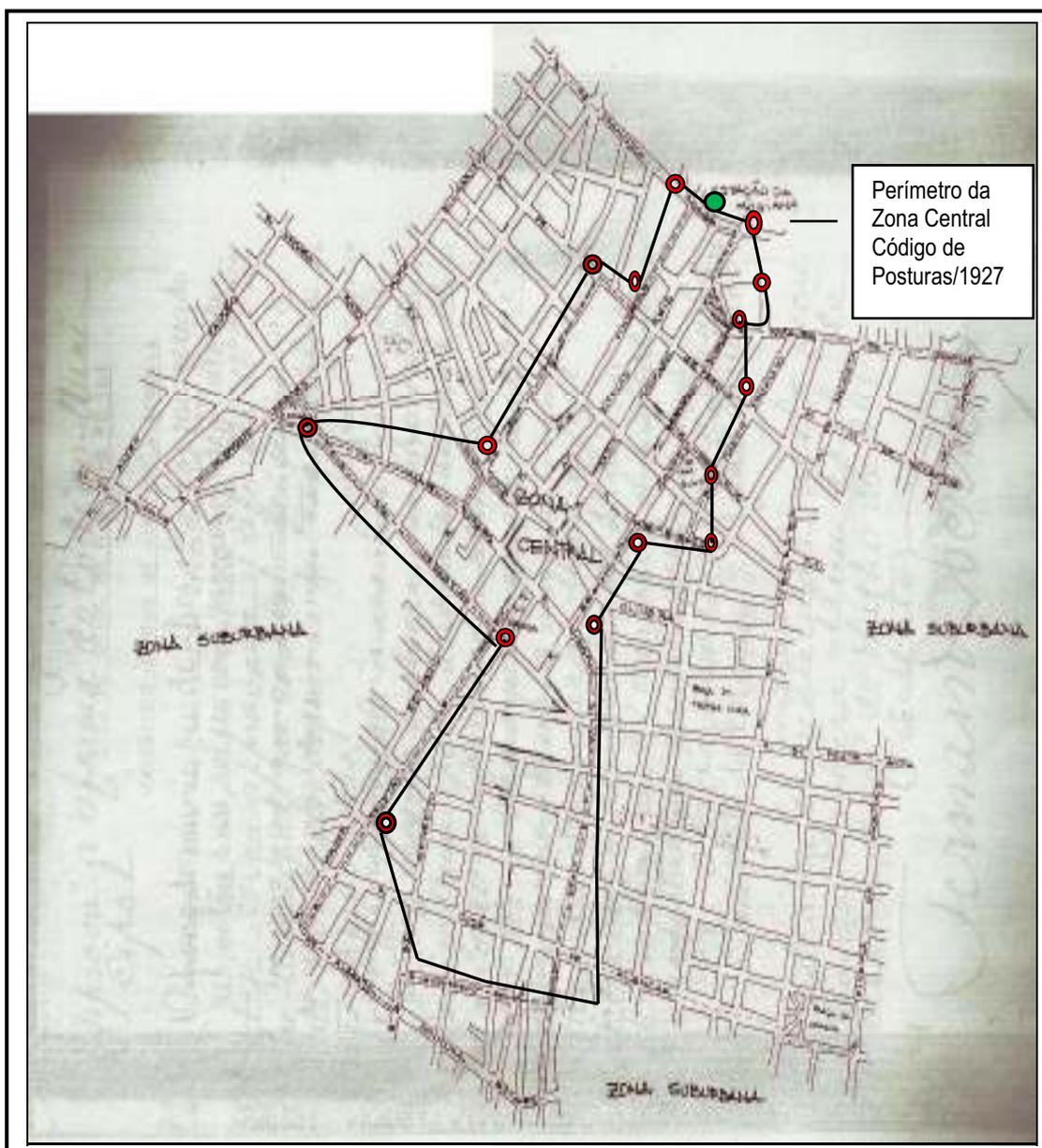
Tal divisão em zonas não foi guiada meramente por aspectos geográficos e espaciais, uma vez que algumas ruas próximas à região central não estavam enquadradas no perímetro correspondente ao centro da cidade, outras por sua vez, sequer apareciam no mapa<sup>80</sup>. Depreende-se então, que essa estratificação espacial guardava implicações diversas, pois valorizava e delimitava uma área principal em detrimento de outras que, embora estivessem próximas ao “centro”, devido aos critérios usados pelos legisladores, não se enquadravam nessa proposta.

---

<sup>78</sup> Código de Posturas Municipais da cidade de Uberaba ano de 1927. Disponível no Arquivo Público Municipal. p. 25.

<sup>79</sup> Idem. p. 26.

<sup>80</sup> Mapa de Uberaba demonstrando o zoneamento da cidade de acordo com a Lei Nº 544 de 08/07/1927 – Código de Posturas O perímetro da zona central em destaque no mapa foi delineado por mim de acordo com os logradouros constantes da citada norma. In: PINHEIRO, Ana Paula Arruda Mendes. **A origem do saneamento e dos princípios urbanísticos na cidade de Uberaba – MG**. Curso de Especialização FAUPUCCAMP – Urbanismo Moderno e Contemporâneo. 1994. Anexo 9.



Se verificarmos o correto perímetro da área central de conformidade às Posturas de 1927, constataremos o sinuoso trajeto formado para delimitar a área correspondente ao centro de Uberaba, conforme destacado na ilustração. Entretanto, nos lugares designados como zona suburbana o desenho das ruas está incompleto. Embora alguns desses locais não fossem densamente habitados, parte dos logradouros que aparecem inacabados no mapa, de fato existia, já outros, nem ao menos foram representados.

Entretantes, em alguns desses locais, predominavam pequenas chácaras ou casas humildes, próximos a córregos e/ou regos d' água, ou seja, não se enquadravam

no sentido de urbanidade proposto para a cidade de Uberaba pelos grupos dominantes locais através da norma. Na foto<sup>81</sup> abaixo, podemos ver o panorama da região correspondente à Avenida Leopoldino de Oliveira - que segue o percurso do Córrego das Lajes - em um alinhamento pouco a frente da Praça Thomaz Ulhôa, a aproximadamente 100 metros do Mercado Municipal, que se situa defronte a Igreja de Santa Rita.

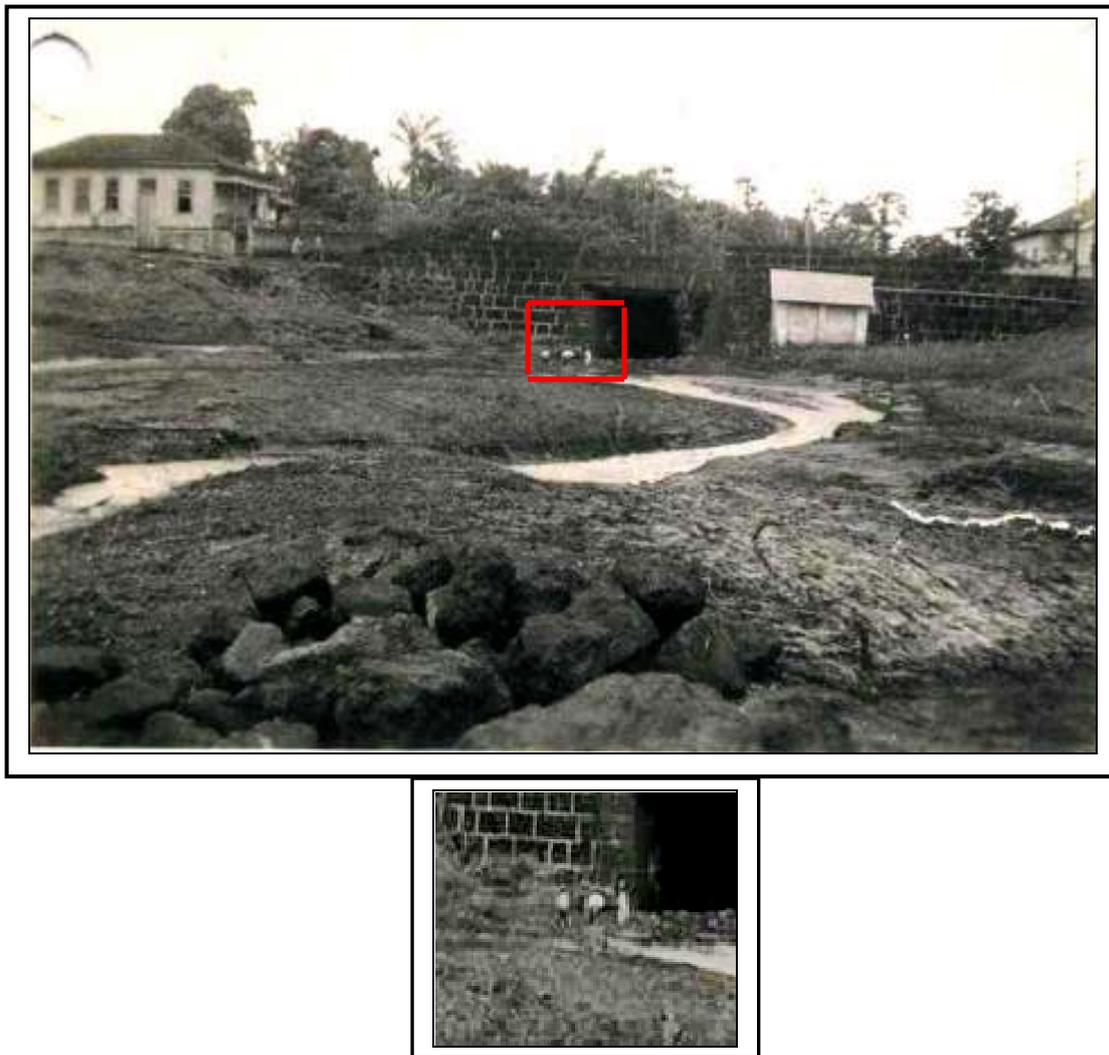


Nas imediações da região central existiam locais ainda com pouca infraestrutura em que prevaleciam, como já dissemos, pequenas chácaras. Em outra foto<sup>82</sup>, tirada de um ponto um pouco mais a frente ao da imagem acima, visualiza-se mais claramente uma ponte a base de tijolos que atravessa o Córrego das Lajes.

---

<sup>81</sup> Foto da Avenida Leopoldino de Oliveira no trecho defronte a chácara dos Padres Dominicanos em 1938. Disponível no Arquivo Público de Uberaba.

<sup>82</sup> Idem.



Também nos chama a atenção, a presença de três garotos brincando à beira do rego d' água próximos à ponte, o que não era permitido segundo o Código de 1927 em seu artigo 511:

É proibido tomar banhos nos rios e correjos da cidade e povoações do município. Quando seja designado local próprio para banhos, jogos, ou esportes náuticos, as pessoas que nelles tomarem parte deverão estar vestidas com roupas apropriadas, de modo a não ofender o pudor. O infrator incorrerá na multa de 20\$.<sup>83</sup>

Mais do que coibir uma brincadeira de crianças, o regulamento preocupava-se em modelar a cidade, os usos de seus espaços e as formas de viver de seus habitantes, e nesse aspecto, o zoneamento proposto demarcava um território central calcado em distinções sociais, sendo que nessa região, seguramente não poderiam ter visibilidade certas práticas e determinados sujeitos históricos.

<sup>83</sup> Código de Posturas Municipais da cidade de Uberaba ano de 1927. Disponível no Arquivo Público Municipal. p. 123.

Se as Posturas de 1865 perduraram por 62 anos, e se preocupavam com uma cidade em início de sua formação, atentando sobretudo para a participação dos escravos em seus espaços, o Código instituído em 1927, era mais minucioso e, de fato, esquadrihava a cidade e contemplava praticamente todas as esferas possíveis da vida pública. Neste viés, entendemos que a Lei de 1927 organizava a urbe de forma pormenorizada e meticulosa divisando a constituição da cidade e cidadãos modelos, delimitando, assim, diversas manifestações e costumes de seus habitantes. Portanto, é importante avaliar o caput 49 dessa norma ao aludir sobre os Costumes Públicos, mais especificamente o artigo 513:

Aquele que nas ruas praças e outros lugares públicos proferir palavras obscenas ou for encontrado na pratica de atos offensivos a moral e aos bons costumes incorrerá na multa de (...) além das penas em que possa incorrer, segundo a legislação constituída.<sup>84</sup>

Literalmente, o Código previa punição para qualquer cidadão, independentemente de condição social, bastava, para tanto, o mesmo burlar algo estabelecido na lei. Por outro lado, convém questionar se, de fato, qualquer pessoa sofreria as penalidades previstas, ou, se este era somente mais um instrumento urdido, com vistas a legitimar ações punitivas para os sujeitos indesejáveis que teimavam em ocupar o espaço urbano. Sendo assim, a fiscalização das possíveis infrações descritas no artigo acima, deveria apoiar-se em critérios interpretativos, o que reforça a perspectiva de que possivelmente haveria conivência em alguns casos e punições em outros.

Nesta senda, nota-se uma preocupação com a moralidade ligada a determinados usos dos corpos por alguns sujeitos e em certos espaços da cidade, os quais eram alvo de vigília desde a implementação das Posturas de 1865, visto que no artigo 100 dessa lei, encontramos uma proibição acerca da

(...) prostituição com actos extremos de excandalo ou provocação; as meretrizes se tornarem passíveis desse delicto, será imposta a multa de 20\$000 reis e 10 dias de prizão e o dobro na reincidência.<sup>85</sup>

“Inusitadamente”, após 62 anos tal prática ainda era vista com receio pelos legisladores locais, pois o Capítulo 49 das Posturas de 1927, no artigo 514 previa que:

---

<sup>84</sup> Código de Posturas do Município de Uberaba. 1927. p. 123

<sup>85</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba 1857-1871 p.p. 265 a 278.

As meretrizes que, por palavras ou gestos ofenderem a moralidade pública, ou que se apresentarem nas ruas ou praças sem a necessária decência, incorrerão na mesma infração penal do art. Anterior.<sup>86</sup>

Com efeito, tais ações reguladoras visavam ao que tudo indica o surgimento da cidade ideal, e nesse diapasão, o corpo social deveria ser cuidado de modo que fossem curadas as supostas “partes doentias”, incluindo assim, os diferentes agentes envolvidos na prática da prostituição. De acordo com essa premissa, os modos de vida desses sujeitos, não caberiam na projeção dessa cidade. Uma cidade em que reinasse um modelo ordenado, onde se pudesse exercer de forma satisfatória, um controle de determinados personagens históricos.

De qualquer modo, cumpre destacar que a prostituição era um dado concreto em Uberaba, e necessitava de regulamentação mais específica, o que foi contemplado, num primeiro momento por meio da instituição do Código de Posturas de 1865. Percebe-se que, por um lado a prática era de certa forma tolerada, entretanto, sua visibilidade precisava ser coibida, conforme revela o artigo acima que visava resguardar a imagem da cidade, poupando o espaço público e aqueles que por lá se movimentavam, de possíveis “*actos de escandalo*” protagonizados por essas mulheres - que se apresentavam em ruas e praças sem a “*necessária decência*” - e demais indivíduos que com elas se relacionavam.

De certo modo, tal restrição não se prendia exclusivamente às meretrizes, visto que os “*atos de escândalo ou provocação*” poderiam ser praticados em conjunto com seus clientes. Todavia, pelo regulamento, somente as mulheres eram punidas pelo delito. Não obstante, é preciso refletir sobre o que – ao final do século XIX e início do XX – poderia ser caracterizado como atos provocantes, escandalosos e indecentes.

Nesse cenário, qualquer manifestação pública de afeto mais incisivo talvez pudesse ser interpretada dessa forma. De qualquer modo, o que se nota é o afã civilizador e disciplinarizador dos grupos no poder local que procuravam, a todo custo, extirpar do espaço público qualquer sujeito destoante.

Ao analisar detidamente as fontes pesquisadas, constatamos que o meretrício era uma das questões que demandavam olhares atentos dos grupos no poder da cidade desde meados do século XIX. Nesse contexto, no diálogo com os registros de memorialistas locais, foi possível identificar uma região da cidade em que ocorria regularmente tal prática. Em seu poema, “*Uberaba de uma vez*”, datado de 1939,

---

<sup>86</sup> Idem, Idem. p. 123

Gabriel Toti<sup>87</sup> nos dá pistas sobre um espaço da urbe onde ocorriam práticas que não poderiam ter visibilidade, do contrário vejamos:

(...) No centro da cidade,  
O Beco da Liberdade,  
Tão acanhado entre os muros  
Quão largo nos seus escuros (...).<sup>88</sup>

Se tomarmos como referência apenas a poesia sutil de Toti, não nos seria permitido afirmar com segurança, o que os muros do Beco, com o sugestivo nome de Liberdade, escondiam em “*seus escuros*”. Entrementes, no diálogo com outras fontes constatamos que o Beco da Liberdade, que hoje leva o nome de Travessa Ernesto Pena, situa-se numa região caracterizada, entre outras, pela prática do meretrício. De acordo com Hildebrando Pontes o mencionado logradouro.

(...) Começa na Rua São Miguel, e finaliza na rua Floriano Peixoto, em frente a rua Marechal Deodoro. (...) **Fica na Colina da Matriz. Em 1908, essa travessa que é um pequeno trecho restante do extinto “beco da liberdade”, chamava-se rua “Coronel José Manuel”, lembrando o nome Coronel José Manuel da Silva e Oliveira, figura de vultoso relevo social e político (...)** o beco da Liberdade começa na rua Vigário Silva, finalizando-se na Rua Floriano Peixoto. **Era atravessado pelas ruas Santo Antônio, Nunes Viana (...) e São Miguel (...).**<sup>89</sup> (grifos meus)

Explicando melhor, a citada Rua São Miguel, que atravessava o “extinto” Beco da Liberdade, antes de ter esse nome, ainda no século XIX era conhecida como Rua da Alegria:

**Em 1855, chamava-se ‘Rua da Alegria’, posteriormente do José Fernandes, do ‘Ezequiel’. A Comissão recenseadora de 1880, deu-lhe o nome de rua do ‘Carmo’, que o tenente coronel Sampaio mudou para ‘São Miguel’ que até hoje tem. É vulgarmente conhecida como Bacolerê.**<sup>90</sup> (grifos meus)

Ora, tal designação se deve às atividades que lá ocorriam, uma vez que as mulheres que se ocupavam do meretrício, também recebiam o pitoresco nome de

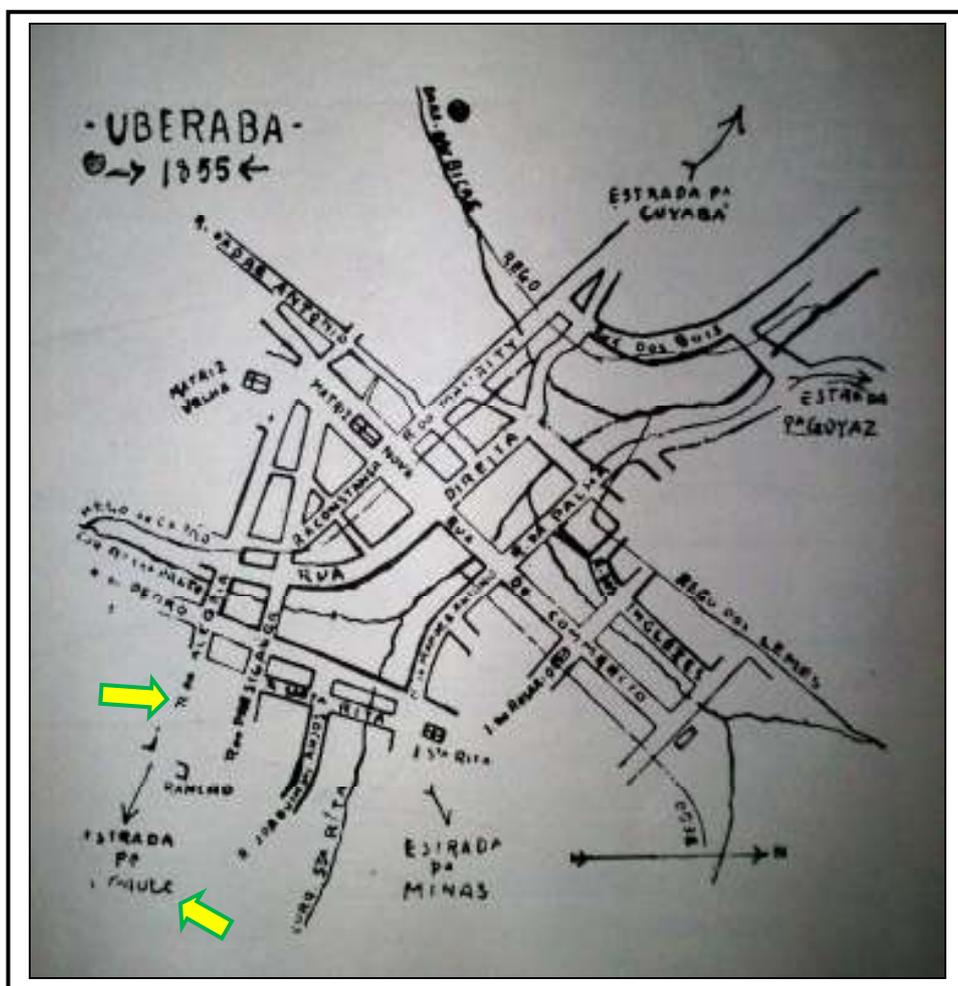
<sup>87</sup> Nascido em Uberaba em 1889, Gabriel Toti, filho de Pascoal Toti (fundador de várias fábricas na localidade), foi compositor, escritor e desenhista, além de autor do “*Álbum de Uberaba*”, publicado em 1956. Participou de vários clubes futebolísticos, tendo sido um dos fundadores do primeiro Time de Futebol local em 1906 e mais adiante, em 1912 chegou a fundar o Comercial Futebol Clube.

<sup>88</sup> “Uberaba de uma vez”. In: Revista Convergência nº45 – 1973.

<sup>89</sup> PONTES, Hildebrando. **História de Uberaba e Civilização no Brasil Central**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970. p.287.

<sup>90</sup> Idem. p. 294.

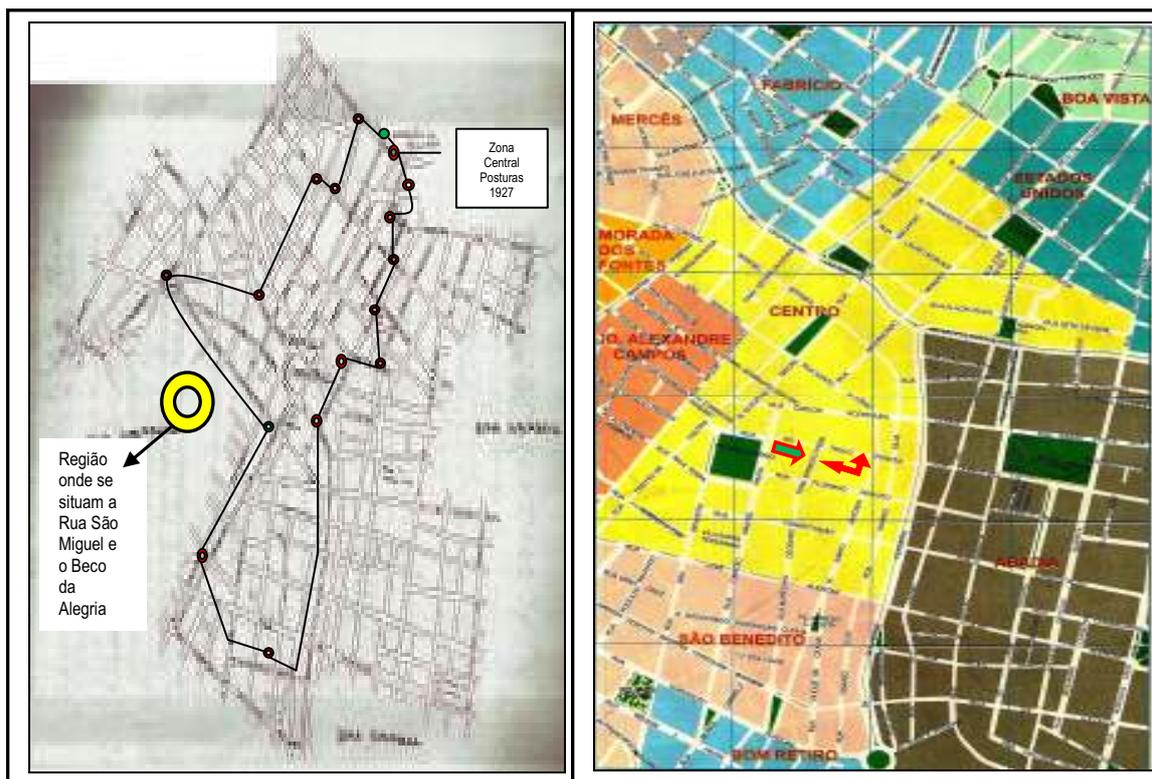
“mulheres de vida alegre”. Desse modo, é possível afirmar que, embora possa ter sido extinto o aludido Beco, a Rua São Miguel manteve-se abrigando o meretrício na localidade. Na Planta<sup>91</sup> abaixo, do ano de 1855, verificamos a existência da Rua da Alegria, que à época estava posicionada numa região de entrada e saída da cidade com rumo ao Estado de São Paulo.



O antigo Beco da Liberdade e a Rua São Miguel fazem parte, ao menos geograficamente, da região central de Uberaba. No entanto, se retomarmos a composição da área delimitada como centro da cidade pelas Posturas de 1927, entenderemos novamente, que as atuais Travessa Ernesto Pena e Rua Paulo Pontes, respectivamente, de forma deliberada foram excluídas do zoneamento, figurando apenas como região suburbana, do contrário examinemos as imagens<sup>92</sup>:

<sup>91</sup> Planta da Cidade de Uberaba em 1855. Álbum de Gabriel Toti.

<sup>92</sup> Na imagem da esquerda temos novamente o Mapa de Uberaba referente ao zoneamento da cidade em 1927 In: PINHEIRO, Ana Paula Arruda Mendes. **A origem do saneamento e dos princípios urbanísticos na cidade de Uberaba – MG.** Anexo 9. Na outra imagem vemos uma parte do Mapa da cidade atualmente, constante do Guia Sei Uberaba 2008. Mapa 19. p.29.



Como se nota, mesmo pertencendo à região central da cidade, a Rua São Miguel (atual Paulo Pontes) não estava relacionada como pertencente à zona do centro de Uberaba. Deduz-se assim, que as práticas existentes nesses espaços não se encaixavam na formatação de urbe idealizada pelos grupos dominantes. Desse modo, visualizamos a construção da invisibilidade de determinados sujeitos históricos que com seus modos de vida incompatíveis poderiam atravancar a constituição da cidade ideal.

Ainda nesse sentido, ao investigar o livro de Orlando Ferreira<sup>93</sup>, “*Terra Madrasta – um povo infeliz*”, escrito em 1926, o autor, ácido crítico das mazelas proporcionadas pelos administradores locais, mostra-nos que a cidade ilibada, a qual pelo menos em tese cobiçavam, estava longe de ser alcançada. Nas palavras de Ferreira, isso se dava devido a alguns motivos:

Uberaba é uma terra obra de liliputianos. Entre nós tem sido e são terríveis forças oponentes ao progresso do município: 1º - A administração. 2º - A política. 3º - O Clero. 4º - A empresa de Força

<sup>93</sup> Além de escritor atuou como jornalista, funcionário dos correios e também comerciante de gado em Minas Gerais pela década de 1920. Tido com um homem das letras, ironizava sua própria ocupação, que aparentemente contrastava com suas atividades literárias. Assim, quando lhe perguntavam com espanto, porque vendia gado, Doca respondia lacônico: Sou de Uberaba!

e Luz. 5º - A família Borges. 6º - A família PRATA. 7º - A família RODRIGUES DA CUNHA.<sup>94</sup>

O mordaz posicionamento de Orlando Ferreira se dá em face de que ele possuía uma visão de mundo, em certa medida, também partilhada pelas classes dominantes e que se baseava nos preceitos propugnados pelas teorias higienistas européias e nos utópicos projetos de cidades amplas, belas, saudáveis, dinâmicas e progressistas, da *belle époque*. Curioso perceber que, pelo menos nos relatos observados na imprensa e nas legislações locais, as visões de mundo defendidas tanto pelo crítico, quanto pelos políticos da cidade, eram em geral, aparentemente as mesmas.

Porém, para o autor algo estava errado e precisava ser mudado. Porquanto, no livro *Terra Madrasta*, Ferreira se ocupa em demonstrar todas as mazelas que, em seu entendimento, afligiam Uberaba, bem como os responsáveis por elas. Assim, ao criticar as famílias tradicionais da cidade, que se atinham, principalmente à política partidária e à administração de suas fazendas de gado, Doca põe em cheque a real intenção progressista, supostamente partilhada por esses grupos no poder local.

Nesta senda, pudemos observar que os aspectos conexos à “imoralidade”, “desordem” e “atraso” na cidade estavam, em muitos casos, vinculados ao universo do meretrício, especialmente na visão de Orlando Ferreira, uma vez que o vício do álcool e das drogas, bem como o jogo, recebia guarida nos bordéis uberabenses.

Assim, na defesa de uma Uberaba progressista e saneada, Ferreira alertava:

**Allegam muitos imbecis que, acabando com o jogo, destroe-se o movimento de Uberaba**, o que redundaria em prejuizos para nós... Isto evidentemente, é uma theoria immoralissima, que muito depõe contra nossa terra. **Que movimento é esse? Viciados que vão da casa de jogo para o bordel e que saem do bordel para a casa de jogo... (...)** **Precisamos de movimento, sim, mas movimento honroso, ennobecedor, de fábricas a trabalharem, de operários em marcha para suas officinas**, carroças e caminhões a trafegarem cheios de produtos... (...) Isto, sim, que é movimento (... grifos meus).<sup>95</sup>

Na visão de Ferreira, a cidade apresentava inúmeras características degradantes, as quais contribuíam sobremaneira para o seu atraso. Por outro lado, é importante destacar que, a responsabilidade por essa situação incômoda, recaía sobre

<sup>94</sup> FERREIRA, Orlando. *Terra Madrasta (um povo infeliz)*. Typ. do “Brasil Central. Uberaba. 1926.p.55

<sup>95</sup> Idem. p.153

os grupos no poder, os quais na ótica do autor, estavam acomodados, e nada faziam para alterar esse quadro, mas ao contrário, acabavam auxiliando para continuidade dessa situação.

Outro ponto relevante no discurso de Doca é que Uberaba somente apresentaria seu desenvolvimento, se congregasse ações com o intuito de remover de seus espaços a vadiagem, o jogo, a bebida, e a prostituição, e engendrasse o estabelecimento de uma cidade calcada no mundo do trabalho, atributo primordial para alcançar o progresso e a civilização.

Assim, avaliamos que a prostituição agregava outras práticas nada salutares e era existente em diferentes partes de Uberaba: *Em quasi todos os innumerous e incontáveis bordéis da cidade, as meretrizes fazem desbragadamente uso de venenos e compram por preços elevadíssimos (...)*<sup>96</sup>. Mais uma vez, Ferreira nos dá a entender que o meretrício não apenas era um dado real na cidade, porquanto, salienta que existiam em grande quantidade, tendo em vista os adjetivos utilizados em sua narrativa, os quais simbolizam a clara intenção de reforçar a abundância dessa atividade. Além disso, reforça a tese de que o mesmo congregava, por vezes, o uso de tóxicos e outros vícios.

Com efeito, o universo constituído pelo meretrício reunia em seu bojo diferentes sujeitos e práticas enxergadas com temor pelas autoridades locais, pois a vadiagem, a bebida, o jogo, a prostituição e o vício em drogas ilícitas, ordinariamente ocorriam nas casas de encontro da cidade, as quais se concentravam, em sua maioria, no território da Rua São Miguel.

Entrementes, a atenção dos legisladores não se concentrava apenas nesse universo, mas voltava-se também, para uma série de outras práticas que não estavam em conformidade aos ideais proclamados pelos grupos de poder da cidade.

Além das questões discutidas, o Código de 1927 se preocupava com os aspectos sanitários e de higiene que não eram utilizados com o mero escopo de zelar pela saúde da cidade e seus moradores, mas sim com fins sociais e morais. A norma criava uma Repartição de Higiene Municipal e ainda contava com um laboratório de análises clínicas, essa, era o órgão máximo no que se refere ao assunto, somente submetida ao Agente Executivo.

---

<sup>96</sup> FERREIRA, Orlando. **Terra Madrasta (um povo infeliz)**. Typ. Do “Brasil Central. Uberaba. 1926.p.66

Além das inúmeras atribuições dessa repartição, a lei ainda instituía um novo elemento reforçando sua autoridade, a chamada “*polícia sanitária*”, conforme consta do art. 361, a seguir:

A **polícia sanitária** será função directa da Repartição de Hygiene que **determinará visitas systemáticas a todas as habitações particulares ou coletivas, estabelecimentos de qualquer espécie** (...) bem como o asseio, conservação e condições hygienicas das ruas, quintaes, pateos, cocheiras (...) **pondo em atividade todo pessoal que trabalhar sob sua jurisdição** (...).<sup>97</sup> (grifos meus)

O cuidado e o desvelo com relação à questão da higiene<sup>98</sup> na cidade, observados nas atribuições da polícia sanitária, perpassavam a esfera pública e a esfera privada, adentrando ambos ambientes com o objetivo de zelar pela salubridade da urbe. Entrementes, se por um lado a preocupação seria a higiene da população, podemos ponderar que esse era apenas um mote, ou possível ponto de partida para os grupos no poder agirem sobre aqueles indivíduos que se encontrassem em desacordo com a norma. Na verdade, as pessoas que possivelmente estariam burlando tais preceitos, em sua maioria, pertenciam às camadas pobres da população, para onde, de fato, o olhar do legislador era lançado.

Em contrapartida, os sujeitos que não possuíam letramento ou profissão específica, quando não encontravam oportunidades de emprego viam-se sem muitas opções para burlar tal situação. Isso porque uma das possíveis ocupações que poderiam minimizar a carestia vivenciada, seguramente era a venda de quitandas nos tabuleiros, entretanto, tal atividade só poderia ser exercida com a obtenção de licença da Câmara, conforme previsto nas Posturas de 1865 e ratificada no Código de 1927 como segue, respectivamente:

Art. 81 Dentro da cidade é permitido a venda em tabuleiros de objetos de quitandas mediante a competente licença da Câmara

---

<sup>97</sup> Código de Posturas Municipais da cidade de Uberaba ano de 1927. Disponível no Arquivo Público Municipal. p. 92

<sup>98</sup> As questões referentes aos aspectos sanitários, de higiene e de saúde eram debatidas entre os membros de elite letrada local, principalmente pelos jornais, que de acordo com o levantamento feito pelo memorialista Hildebrando Pontes, até o ano de 1931, já chegavam a marca de 175 publicações. Esse expressivo número, em parte, se deve pelo fato de que a grande maioria desses jornais era de pequeno porte, e circulavam, muitas vezes, por um pequeno espaço de tempo devido, entre outros motivos a efemeridade das demandas as quais essas folhas se propunham a defender. Além desse fator, alguns opúsculos, conseguiam isenção de impostos públicos, tais como: *O Sorriso*, que segundo apuramos, se atinha em promover os aspectos culturais locais, o que, na visão do poder público dignificaria e aumentaria o status intelectual de uma parcela da população e por extensão da própria cidade.

Municipal. O proprietário de tabaleiro pagará pela licença o imposto de 5\$000 Reis anuais.<sup>99</sup>

[Já a lei de 1927 era mais rígida e detalhista:]

Art. 315.º Os mascates ou negociantes ambulantes não poderão exercer o seu commercio em qualquer ponto do município, sem se mostrarem competentemente habilitados com alvará de licença da Câmara e sem trazerem a competente chapa collocada exteriormente na caixa, taboleiro, cesta ou qualquer outro movel em que conduzam as mercadorias, chapa essa que determinará o número sob o qual o contribuinte se acha inscripto na municipalidade. Pela chapa pagará o contribuinte o preço fixado em lei (...).

[E mais:]

Art. 316.º Não poderão dous indivíduos exercer o commercio ambulante com a licença concedida a um só, ainda que sejam associados, ou se digam taes. Art. 317.º Cada negociante ambulante é obrigado a trazer consigo o alvará de licença e a chapa a que se refere o artigo 315, sob pena de 50\$000.

Ao que tudo indica, mesmo aqueles que se propunham a se inserir no mundo do trabalho, deveriam fazê-lo em consonância com os padrões estabelecidos pelos grupos dominantes da localidade, os quais aprovavam, com inúmeras restrições, as atividades relacionadas às vendas de produtos diversos por ambulantes pelos espaços públicos. Tal medida se propunha concomitantemente a limitar tal prática, bem como reforçar e conferir positividade ao comércio formal em armazéns de secos e molhados, confeitarias, farmácias e outros.

Por esses meios, os sujeitos no poder procuravam conter as práticas que pudessem remontar a um passado colonial, em que o mundo do campo imiscuía-se ao universo urbano, o qual esses grupos buscavam priorizar, atribuindo à cidade e ao espaço público os usos relativos à circulação. Destarte, não nos causa espanto verificar que o Código de Posturas de 1927 previa que todas as ruas abertas na cidade deveriam ser retas e possuírem no mínimo 14 metros de largura, por sua vez, as avenidas teriam nesse mesmo quesito, o mínimo de 20 metros.

Guardada as devidas proporções e considerando as diferentes particularidades locais, podemos concordar com Rolnik ao analisar as legislações de São Paulo ao final do século XIX ao indicar que urgia:

---

<sup>99</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba 1857-1871 p.p. 265 a 278.

Retirar quem atrapalhava o trânsito para finalmente regularizar o tráfego, por meio de reformas e alargamentos iniciados na virada do século, foi uma das estratégias adotadas para a captura do espaço da rua – antes destinado a uma multiplicidade de usos – ao uso exclusivo dos meios de circulação. (...) não bastava apenas passar pelas ruas; era preciso fazê-lo de forma cada vez mais rápida (...).<sup>100</sup>

Compreende-se que as inúmeras ações visando à rígida normatização dos espaços da cidade e das formas de viver de seus sujeitos demarcavam um espaço de luta, uma vez que tornavam ilegítimas várias práticas culturais exercidas pelas camadas pobres da urbe, bem como pelos desclassificados que maculavam o tecido urbano. Nesse movimento, algumas memórias eram constituídas mediante a descaracterização e apagamento de outras que pudessem obstar a marcha para a cidade ideal.

Destarte, notamos que havia uma disputa pelos usos dos espaços da cidade e pela constituição de territórios diversos, nos quais os modos de viver de alguns atores sociais não viessem a interferir na ordem social prescrita. Logo, se as ruas eram um local de circulação, comércio e trabalho, alguns sujeitos sociais se apropriavam desse espaço, de forma inadequada, na ótica dos grupos de poder uberabenses. Estes deveriam tornar-se “invisíveis”, não interferindo com seus modos de vida tidos como impróprios.

---

<sup>100</sup> ROLNIK, Raquel. **A cidade e a Lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**: Studio Nobel: FAPESP, 1997. p. 32.

## CAPÍTULO II

### SOB O “FOGO CRUZADO”: PERSEGUINDO OS SUJEITOS “INVISÍVEIS” NOS ESPAÇOS DA CIDADE.

No capítulo anterior analisamos e discutimos a constituição dos espaços da cidade de forma articulada às ações engendradas pelos grupos dominantes locais. Procuramos ainda, identificar, por meio dos registros analisados, as práticas sociais que destoavam das propostas de organizar a cidade, na tentativa de controlar os modos de vida da população.

Perseguindo essa trilha, busco, a partir do diálogo junto aos Processos Crime, Termos de Bem Viver, e almanaques da cidade, problematizar as formas pelas quais certos agentes históricos tiveram sua invisibilidade construída. Melhor dizendo, as diferentes estratégias utilizadas pelos grupos no poder para construir uma imagem positiva da cidade, e, ao mesmo tempo, promover a desqualificação de certas práticas enxergadas como inadequadas, por vezes atribuídas aos sujeitos das classes populares de Uberaba.

No que tange as produções da imprensa local, tivemos a publicação, no ano de 1895, do *Almanaque Uberabense*<sup>1</sup>, porém, após sua segunda edição em 1896, permaneceu inativo por um tempo, quando em 1903 reinicia sua impressão, terminando, por fim, no ano de 1909.

Se, nesse momento, Uberaba disputava a liderança regional, quer no âmbito econômico, político ou mesmo intelectual, a ocasião era azada para a tessitura de obras que fornecessem elementos que pudessem abalizar essa condição de primazia

---

<sup>1</sup> No que tange a elaboração de almanaques Heloísa de Faria Cruz, nos aponta que tais obras constituem: “(...) ampla tradição da cultura européia, (...) estreitamente vinculado às necessidades das atividades mercantis, trazendo além de calendário, informações gerais sobre importações e exportações, impostos e taxas, horários de trens, tabelas de conversão de preços e medidas, repartições públicas e atos administrativos, (...) foram paulatinamente assumindo uma feição mais generalizada e amena, incorporando de forma crescente conteúdos lúdicos e de entretenimento.” CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana - 1890-1915**. São Paulo Educ.; Fapesp. 2000. p.84. Embora gestados em cenários, enredos e conjunturas diversas, as publicações brasileiras não se mostravam muito diferentes das oriundas do Velho Mundo, pois foram encetadas num momento de afirmação da cidade enquanto núcleo urbano e moderno, constituindo-se como o lugar do fazer histórico. Por isso, suas páginas eram recheadas com um grande volume dos mais variados tipos de informações que remetiam aos aspectos físicos, geográficos e históricos de Uberaba, bem como, e até com mais enfoque, nos caracteres inerentes ao comércio e aos diversos serviços oferecidos que sugeriam ao leitor imagens de uma urbe em efervescência.

frente às outras paragens da região, vinculando à cidade aos grandes centros metropolitanos.

A partir de 1895 os trilhos da Mogiana estendem-se até Uberlândia e em 1896 chegam a Araguari; portanto, a elaboração dos Almanques representam um importante elemento para propagar os interesses dos grupos de poder na localidade que, possivelmente, visualizavam em tais publicações um meio de exaltar as possíveis virtudes da urbe que deveria surgir como um local dotado de condições adequadas para capitanear o progresso da região.

Cabe lembrar que no final do século XIX, com a chegada dos trilhos da Companhia Mogiana, cuja sede ficava na cidade de Campinas no interior paulista, os espaços da cidade começaram a sofrer uma modificação mais acentuada. Sob esses aspectos, constatamos que data de 1893, a consecução do primeiro loteamento urbano da cidade, a Vila Carlos Machado, estabelecido nas imediações da Cia. Mogiana<sup>2</sup>, empreendimento levado a êxito por Crispiniano Tavares, engenheiro da citada empresa.

Nesse sentido, nota-se que a “linha do trem” imprime no mapa social um sentido de limite para moradia, mas por outro lado, um sentido de lugar de passagem para muitos que chegariam ou que daí sairiam para os seus destinos, levados pelos trens.

A cidade deveria estar preparada para acolher uma gama de pessoas com origens, hábitos e costumes diversos, para tanto, era necessária a existência de um comércio diversificado, bem como uma oferta de serviços distintos, conforme estampava no Almanaque<sup>3</sup> de 1895:

---

<sup>2</sup> Calvo, ao analisar o universo das relações de trabalho na Companhia Paulista entre o final do século XIX e primeiros anos do século XX, nos mostra que uma das formas de evitar o abandono de emprego por parte do trabalhador ferroviário e ainda garantir uma maior vigília acerca de suas práticas, foi a construção de casas nas imediações da empresa “(...) *objetivando criar condições para esses trabalhadores sentirem-se menos livres para abandonar o trabalho*”. Ainda nesse sentido, era comum o fato das “(...) *moradias possuem sempre o mesmo projeto (...)*” algo também constatado em Uberaba na Vila Carlos Machado. - CALVO, Célia Rocha. **Trabalho e Ferrovia: a experiência de ser ferroviário da companhia paulista**. São Paulo, 2004, (dissertação em história) PUC-SP. p. 52.

<sup>3</sup> A primeira edição foi organizada por Diocleciano Vieira e Artur Costa. Conforme Guido Bilharinho no livro Uberaba dois séculos de História, Vieira era maçom, tendo sido diretor e um dos fundadores da Loja Maçônica “Pátria Universal”, colaborou também na fundação da Sociedade Literária Instrução Mútua que, apesar de ter funcionado por apenas um ano, chegou a manter uma escola noturna; além disso, participou da criação de um Clube Separatista que visava a desanexação do Triângulo de Minas Gerais e a criação do Estado de Entre-Rios. Com relação a Artur Costa, somente consegui apurar que foi autor de marchas carnavalescas na cidade, conforme aponta José Mendonça em História de Uberaba, p.133. No edição de 1903 além de Diocleciano consta como organizador o senhor Aredio de Souza, que de acordo com Guido Bilharinho, foi proprietário da Livraria Século XX, a qual possuía tipografia própria, tendo por ela sido publicada entre outras obras: Escritos de um impressionista, de José Augusto Avelino e

Loja do Amador –Antonio Magalhães – Rua do Vigário Silva – Uberaba – Minas – Completo sortimento de flores para Festas, Bailes e Casamentos – Grande quantidade de galões, franjas e rendas de ouro e prata, fitas de todas as qualidades, leques espartilhos e luvas, filó liso e de salpico, dito com barra bordada e oura para saiotos (...) enfeites de canutilho e lantejoulas para anjos de procissão (...) e vários artigos para modistas (...).<sup>4</sup>

[E mais:]

Fumos Desfiados – Pacotes Latas e Barricas – Fumo virgem e em cordas (...)”<sup>5</sup> Ou: “Salão Cosmopolita (...) Rua do Commercio – Encontra-se nesse salão completo sortimento de perfumarias dos melhores produtores, charutos de todas as marcas, cigarros de superior fumo goyano, etc...<sup>6</sup>

[Ou ainda, reclames de profissionais liberais:]

Clínica Médico-Cirúrgica Dr. Thomaz Pimentel de Ulhôa – Consultorio e residência Rua Municipal (...)”<sup>7</sup> – “O advogado Desiderio Ferreira de Mello – Reside nesta cidade e trata de causas crimes, civis, commerciaes, (...) Faz defesas perante o juiz contrata divisões de terras neste e nos municipios vizinhos.”<sup>8</sup>

A diversidade apresentada nas propagandas do Almanaque nos mostra uma cidade com oferta de serviços e produtos variados, porém, de modo geral, voltados para uma pequena parcela da população, já que dificilmente os trabalhadores comuns poderiam reunir um montante a fim de adquirirem as “franjas e renda de ouro e prata” ou os “*cigarros do superior fumo goyano*”. De qualquer modo, tais reclames constituíam-se como elementos que ajudavam a conferir uma aparência de cidade “dinâmica” e “adiantada”, além disso, corroborava os argumentos expressos na apresentação do primeiro número do Almanaque Uberabense de 1895, conforme segue:

Há muito que se impunha, como uma das medidas mais palpitantes connexas ao progresso intellectual dessa cidade, a criação de uma obra que servisse como que de guia, aos forasteiros, e ao vindante e mesmo aos grandes centros commerciaes de S. Paulo, Rio de Janeiro

---

Folhas Soltas de Felício Buarque, a última editada em parceria com o Grêmio Literário Bernardo Guimarães, do qual Aredio fazia parte da Diretoria.

<sup>4</sup> *Almanaque Uberabense*. 1895 p.219. Disponível no Arquivo Público de Uberaba.

<sup>5</sup> Idem. p.220.

<sup>6</sup> Idem. p. 216.

<sup>7</sup> Idem. p. 220.

<sup>8</sup> Idem. p. 221.

e Santos, (...).Uberaba, este empório vasto do commercio do interior que tem, ultimamente, crescido em população, que dia a dia augmenta de extensão pela construcção de novas ruas e edifícios, acha-se em vias de progredir muito, pois não lhe faltam elementos de vida própria para sua manutenção. Mais alguns esforços mutuos de seus habitantes e poderemos, dentro em pouco, inscrevel-a no rol das primeiras cidades brasileiras, sendo ella hoje a terceira ou quarta de nosso Estado.<sup>9</sup>

Observamos, por um lado, uma cidade que através das articulações tramadas entre os grupos no poder e os sujeitos atuantes na imprensa, cultivava uma proeminência em relação às demais e, de outro (mas não em contraposição) forjava imagens na tentativa de se consolidar como local de progresso material e intelectual. Dessa forma acabava por ocultar algumas características que pudessem prejudicar a composição dessa imagem.

Havia uma explícita preocupação em ressaltar os aspectos que agregassem positividade à cidade, sendo que o adensamento urbano, a abertura de novas vias públicas e a construção de edifícios eram valores que perpassavam uma conjuntura nacional e internacional, os quais teriam a capacidade de forjar a imagem de cidade desenvolvida.

Segundo seus idealizadores, o almanaque serviria como um guia para os visitantes e também como forma de projetar o município junto às capitais e outros importantes centros urbanos do país. Ao se colocar na qualidade de guia, tal publicação trazia para si a responsabilidade de produzir significados que enaltescessem Uberaba. Portanto, o que se escrevia no almanaque estava supostamente calcado em evidências reais, já que, aparentemente, a intenção principal era relatar e descrever o universo uberabense para aqueles que não o conheciam.

No entanto, podemos deduzir que tais produções simbólicas operavam também no sentido de ocultar aspectos que soassem como pejorativos e que pudessem macular a construção da cidade ideal. Se considerarmos os preceitos defendidos pelos organizadores do almanaque, a elaboração do Código de Postura em 1865 teria possibilitado que Uberaba avançasse e se tornasse um pólo progressista e comercial, pois tal norma visava ordenar a cena urbana em formação e regular seus habitantes, sobretudo os escravos e demais agentes que “vagavam” pelas ruas na forma de bêbados e loucos.

---

<sup>9</sup> Idem. p.p.3,4.

A argumentação de que a cidade avançava a “*olhos vistos*” também se encontrava na edição do Almanaque do ano de 1903:

Nestes oito annos, o evoluir de nossa cidade foi constante, progressivo, rápido e seguro. Uberaba que parecia disposta a perpetuar a vida socegada e commodista de velha sertaneja, tomou de repente novos habitos, deixou aquela **morbidezza**, e atirou-se resoluta e corajosamente á estrada do progresso, que perslustra com admirável perseverança. <sup>10</sup> (grifos do autor)

Nos discursos dos autores do almanaque, outrora a cidade possuía características de um lugar atrasado e sertanejo, no entanto, como já descrito na publicação de 1895, a cidade congregava uma série de atributos que poderiam alçá-la a uma condição de destaque na região, algo que, segundo os jornalistas, havia ocorrido de forma acelerada nos últimos oitos anos, deixando para trás a indesejável morbidez.

Percebe-se, assim, que os grupos no poder utilizavam-se dos meios de imprensa e da legislação, para forjar a construção de significados que consolidassem e dessem visibilidade aos seus projetos políticos e de cidade, ao mesmo tempo em que buscavam tornar invisíveis outros elementos que denotassem aspectos negativos, maculadores desses projetos.

Nas imagens que intentavam erigir, o progresso material vinha estampado de forma evidente, assim como a idéia de que prosperava o avanço intelectual da urbe, evidenciados por meio da consolidação de uma elite letrada local: *Desenvolvida em sua parte material, restabelecamos o equilíbrio, impulsionando a parte intelectual, auxiliando a propaganda da instrução pública.* <sup>11</sup> Por outro lado, a realidade social experimentada pela maioria dos moradores dava mostras de que a situação da cidade se distanciava do que retratavam essas publicações.

Alguns dados ajudam a problematizar essa situação. Em 1908, a população urbana uberabense era de 9.186 habitantes; destes, a maioria eram mulheres que somavam o número de 4.819, enquanto os homens perfaziam um total de 4.637. Já o número de analfabetos era de 4.740 indivíduos, o que correspondia a aproximadamente 52% da população, ou seja, a maior parte dos cidadãos. Constata-se,

---

<sup>10</sup> *Almanaque Uberabense*. 1903 p.03. Disponível no Arquivo Público de Uberaba.

<sup>11</sup> *Idem*. p. 4.

ainda, uma quantidade expressiva de negros e pardos, os quais congregavam 2.987 pessoas, ou seja, aproximadamente 32% dos habitantes no perímetro urbano<sup>12</sup>.

Podemos supor que, deste percentual de analfabetos, parcela considerável era composta pelo contingente de negros e pardos da cidade, entre os quais, boa parte provavelmente não possuía profissão específica, muito menos acesso ao letramento. Todavia, ainda assim, a norma de 1865 obstinadamente, obrigava o cidadão a manter uma ocupação, fechando o cerco à “malandragem” e à “vadiagem”, pois previa no Artigo 69, Parágrafo Único, que era proibido: *Viver alguém sem ocupação honesta, quando não tenha meios de subsistência, o contraventor desta disposição será obrigado por termo a mostrar-se ocupado dentro de um prazo razoável (...)*.<sup>13</sup> Apesar da reduzida oferta de trabalho formal na cidade, o Código vetava uma série de ocupações que, na visão dos legisladores, não seriam “honestas”, transparecendo dessa forma, seus juízos de valor, uma vez que atribuía virtudes somente para as pessoas que se enquadrassem em seus questionáveis parâmetros.

Torna-se importante destacar que, ao contrário do que apontavam os almanaques locais, principalmente ao final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, a cidade não possuía um sistema de abastecimento e distribuição de água eficaz, quase não tinha calçamento em suas vias e a iluminação pública era ineficiente.

Eram notáveis as más condições no que se refere ao aparelhamento estrutural da urbe, porém o poder público pouco fazia a fim de promover uma melhora na condição das vias urbanas da cidade; logo, não levou a êxito qualquer projeto que oportunizasse uma evolução das condições de vida daqueles sujeitos que navegavam nas fímbrias da sociedade.

Entretanto, procedeu ao levantamento das ruas, praças e becos, bem como a definição da denominação para esses logradouros a pedido do vereador Major Joaquim Barcelos no ano de 1879, o qual justificava sua solicitação tendo por base: *(...) que está é uma necessidade palpitante, posta em prática em todas as cidades nas condições de Uberaba, (...)*<sup>14</sup>.

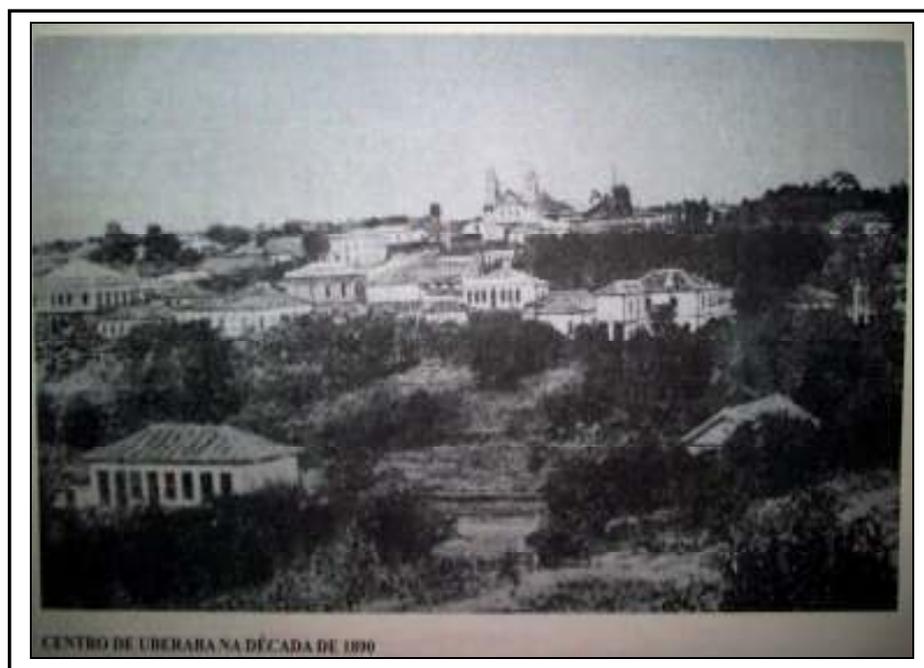
---

<sup>12</sup> Essas informações foram compiladas do recenseamento promovido pela Câmara Municipal no ano de 1908, feito por Hildebrando Pontes e constam do Almanaque Uberabense de 1909.

<sup>13</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba 1857-1871 p.p. 265 a 278.

<sup>14</sup> MENDONÇA, José de Souza. **História de Uberaba**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1974. p.196.

No ano de 1880, Uberaba contava com 45 ruas, nove praças, três travessas e dois becos. Na imagem<sup>15</sup> abaixo verificamos uma tomada da região central da cidade na década de 1890, com destaque para alguns casarões ladeados por áreas ainda desocupadas, e no alto mais ao centro a Igreja Matriz.



Já em 1900, os números haviam aumentado e a cidade passou a ter 86 ruas, 15 praças, dois becos e uma travessa. Nesse curto espaço de tempo, a quantidade de ruas e praças praticamente dobrou, originando uma forte demanda para que houvesse uma adequação nos aspectos sanitários e no abastecimento da cidade que convivia regularmente com inúmeras epidemias.

Nesse período, a distribuição de água era precária, pois, se em tese as nascentes e cursos faziam parte do patrimônio público, na realidade, eram exploradas pelos proprietários das terras onde se encontravam. Não havia uma fiscalização, ou mesmo um estudo sobre a qualidade e pureza das águas, já que grande parte dos habitantes utilizava-se dos poços nos quintais das casas, sendo comum existirem depósitos de lixo e fossas próximos a esses locais.

Em 1898 o professor Eng<sup>o</sup> Ataliba Vala (da escola Politécnica de São Paulo) escreveu que as águas que atravessavam a cidade não

---

<sup>15</sup> Imagem retirada de: BILHARINHO, Guido. **Uberaba: dois séculos de história – dos antecedentes a 1929**. Ed. Arquivo Público de Uberaba. 2007. p153.

eram puras pois os córregos eram habitados até os pontos mais altos; recebendo todos os despejos das casas, (...) que com as chuvas levavam dejetos e detritos para os córregos. (...) os mananciais não eram suficientes e não davam para suprir a parte mais elevada.<sup>16</sup>

Apesar disso o problema de abastecimento tornou-se crônico, contribuindo para a proliferação de doenças que castigavam boa parte da população. Nesse aspecto, Uberaba não foi a única, as epidemias “premiavam” toda uma região que se interligava pelas linhas de ferro.

(...) até o dia 7 de julho, nenhum novo caso tinha aparecido. Entretanto, a epidemia assolava todo o Triângulo Mineiro. Por isso mesmo foi enérgico o policiamento sanitário na estação da Companhia Mojiana. Todos os passageiros procedentes de Uberlândia e Araguari eram desinfetados e mantidos sob vigilância diária.

[Porém, pouco tempo depois, ainda em 1910]

(...) No dia 30 de agosto a situação era muito grave. Ruas havia com cinco até 10 doentes; o contágio fazia-se aqui mesmo. O mal atingia proporções impressionantes. (...) Mortes houve de criaturas, á míngua sem qualquer recurso. (...) Em julho, a varíola veio somar-se o sarampo, responsável, ele também por vários casos fatais. (...) A essa altura, achavam-se vazios os cofres municipais. A moléstia fazia vítimas quase que diariamente.<sup>17</sup>

A precariedade estrutural da cidade contrastava com o propalado vigor enunciado nas publicações da imprensa local e colocava em xeque o alardeado refinamento das formas de sociabilidade dos setores proprietários, que contavam com cinemas, cafés, hotéis e outros espaços de lazer.

Na figura<sup>18</sup> que segue, do livro *Terra Madrasta* de Orlando Ferreira, temos a fotografia da Rua Manoel Borges, antiga Rua Direita ou Rua Grande<sup>19</sup>, que corta o centro da cidade passando defronte a Praça Rui Barbosa.

<sup>16</sup> Idem. p. 7.

<sup>17</sup> BILHARINHO, José Soares. **História da Medicina em Uberaba**. Volume III. Ed. Arquivo Público de Uberaba/Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro 1993.p.814, 816.

<sup>18</sup> FERREIRA, Orlando. **Terra Madrasta (um povo infeliz)**. Typ. do “Brasil Central. Uberaba. 1926.p.192

<sup>19</sup> De acordo com José Mendonça: “Rua Direita ou Rua Grande, é atual Rua Vigário Silva e Rua Manoel Borges juntas, desde a São Miguel até a Rua das Mercês. Esta rua grande em comprimento mas parece ironia o nome que lhe deram de Direita, pois é a mais irregular da cidade.” MENDONÇA, José de Souza. **História de Uberaba**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1974. p.193.



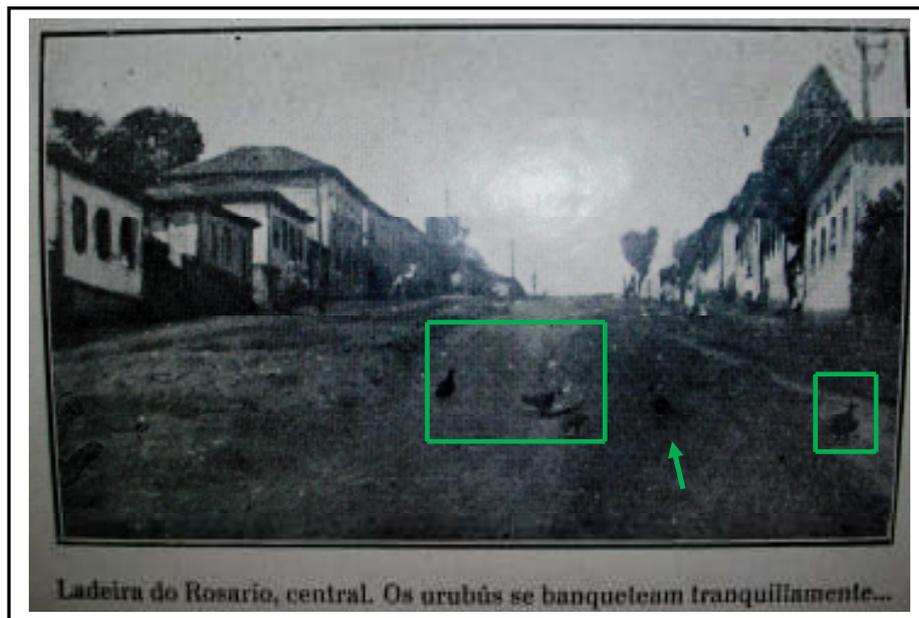
A imagem corresponde à época em que era Agente Executivo o Monsenhor Ignácio Xavier da Silva, que ocupou esse cargo entre 1916-1920 e 1921-1922. Como se nota, a poucos metros da principal Praça de Uberaba ainda havia terrenos vagos e ruas sem calçamento, ou qualquer outra benfeitoria. Na imagem, as pessoas atravessam uma pinguela no local onde atualmente localiza-se a Avenida Santos Dumont.

Afora os argumentos irônicos de Ferreira, é possível verificar que, embora fosse “palavra de ordem” alardear a magnitude e prosperidade de Uberaba, muito faltava para que a “cidade ideal” suplantasse a “cidade real”. As administrações municipais que, via de regra, foram ocupadas por Coronéis ligados as fazendas de gado zebu, não demonstravam qualquer interesse em amenizar a situação de desleixo das vias públicas, tampouco a miséria em que se encontrava a maioria da população, que não via muitas oportunidades de melhoria.

Nas imagens<sup>20</sup> abaixo, veremos ruas da região central sem qualquer melhoramento servindo de “restaurantes” para urubus e exemplares de zebuínos que

<sup>20</sup> De acordo com Orlando Ferreira, as fotos correspondem ao período em que estiveram a frente do governo municipal o Coronel Manoel Terra: 1920/1923 - Monsenhor Ignácio Xavier: 1916-1920 e 1921-1922 e Geraldino Rodrigues da Cunha, 1924/1927. Interessante destacar que, Ferreira ao final de “Terra

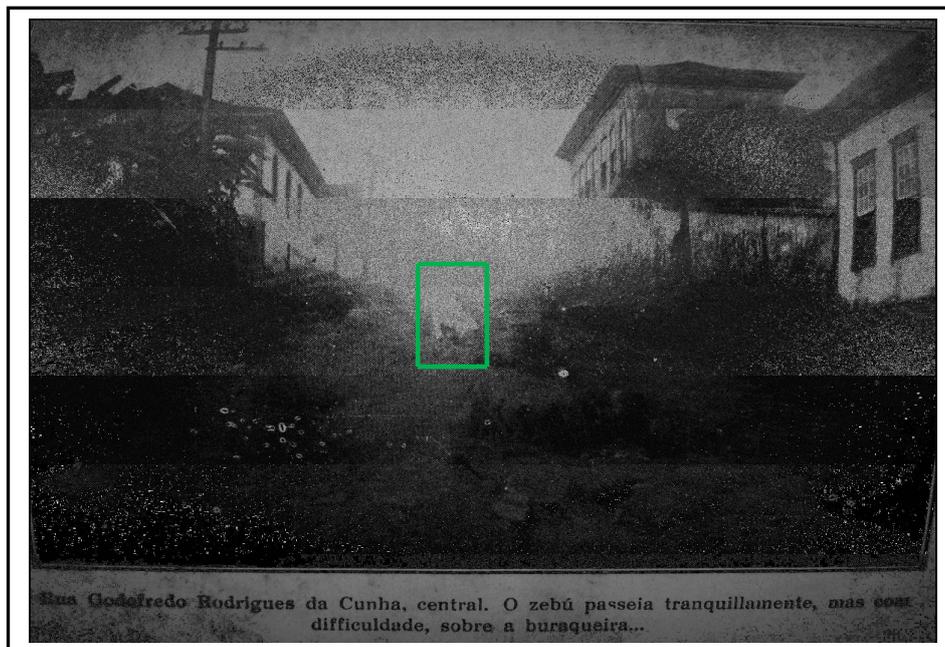
passavam pela Uberaba, a qual na narrativa dos almanaques vivenciava uma evolução “*rápida e segura*”. Tais imagens nos possibilitam questionar com maior veemência o propalado desenvolvimento da cidade. A Ladeira do Rosário, que inicia na Rua Artur Machado (zona central), embora apresentasse uma via larga que facilitaria o trânsito, também encontrava-se sem qualquer calçamento, acumulando detritos e restos de alimentos que serviam de comida para os famintos abutres.



Já na Rua Godofredo Rodrigues da Cunha, considerada pelas Posturas de 1927, como região central da cidade, temos um quadro “pitoresco” e ao mesmo tempo paradoxal: um exemplar de gado zebu, símbolo da “pujança” e “riqueza” do município, tão alardeados pelos memorialistas, utilizando o logradouro como pasto. Diante de tal situação podemos ponderar que os administradores uberabenses, em sua maioria, ligados a pecuária não concentravam suas ações de modo a materializar os discursos ufanistas propagados na imprensa da cidade.

---

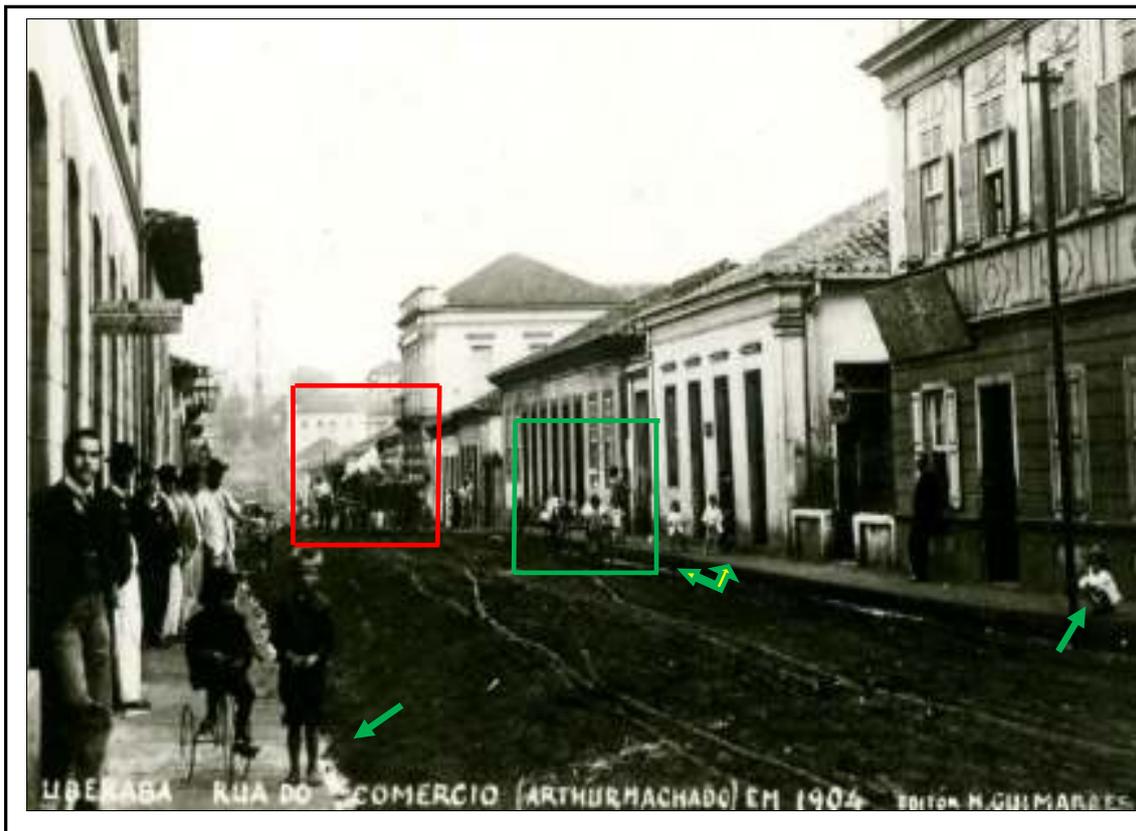
Madrasta”, faz questão de mencionar a dificuldade enfrentada para obter tais fotografias, conforme assinala: “(...) Tive que lutar com uma terrível dificuldade para conseguir as fotografias: o medo dos fotógrafos de Uberaba... Hoje, nem a 1000\$000 conseguirei um só retrato de rua! Devido pois a medorrhéia dos nossos ‘artistas’ uberabenses deixo de publicar excelentes clichês (...) ” FERREIRA, Orlando. **Terra Madrasta (um povo infeliz)**. Typ.do “Brasil Central. Uberaba. 1926.p.269.



Nesta senda, temos uma fotografia<sup>21</sup> da Rua Artur Machado, naquele momento considerada a mais importante via da cidade, conhecida como Rua do Comércio, já que abrigava boa parte das casas comerciais de Uberaba. Podemos distinguir nos recortes da imagem<sup>22</sup> ao fundo da fotografia, que dividindo aquele mesmo espaço, havia ainda carros de bois e carroças no meio da via carregando ou descarregando algum produto.

<sup>21</sup> Aspecto da Rua Artur Machado em 1904. Disponível no Arquivo Público de Uberaba.

<sup>22</sup> Detalhes da fotografia. A imagem da esquerda destaca uma carroça no meio do logradouro, enquanto o recorte seguinte identifica um carro de boi, ao lado uma criança e um senhor.



Nesse panorama, a presença de carros de boi numa via tão importante, poderia denotar aspectos de uma localidade em que ainda prevaleciam práticas diretamente relacionadas ao campo, o que por sua vez, indicaria um suposto atraso uberabense. Na imagem também identificamos uma quantidade considerável de crianças: algumas brincando, outras à porta de suas casas, e uma ao lado do carro de boi, o que sugere trabalho, prestando auxílio ao condutor.

Não obstante, as pessoas se aglomeravam nas estreitas calçadas, possivelmente tentando esquivar-se do barro, pois a rua não era calçada. Ademais, uma via como a

Artur Machado<sup>23</sup> que deveria representar a pujança da cidade, convivia em seus espaços com uma série de sujeitos e viveres distintos. De qualquer modo, além de abrigar boa parte do comércio da cidade o logradouro era também residencial<sup>24</sup>. Logo, as relações sociais tramadas nesse espaço eram diversas e não se prendiam diretamente ao universo do comércio formal.

Interessante verificar, ainda, que até o ano de 1926, segundo apurado por Orlando Ferreira<sup>25</sup>, em sua obra *“Terra Madrasta – um povo infeliz”*, Uberaba contava com 155 ruas e 19 praças, porém dessas ruas, apenas 11 da zona central eram asfaltadas. Nesse sentido, também é importante notar que o número de carros motorizados alcançou, no ano de 1928<sup>26</sup>, a marca de 248. Havia também, 106 caminhões, 350 carroças, 30 charretes e apenas 1 carro de boi, cadastrados na Câmara Municipal, referentes ao município de Uberaba.

Tais dados nos permitem pensar que no espaço de vinte anos ocorreram alterações na dinâmica social da cidade. Todavia, também é aceitável avaliar que o pequeno número de charretes e carros de boi, - especialmente se compararmos com a quantidade de carros motorizados e caminhões, ao todo 354, contra 350 carroças - deve-se ao fato de que muitos proprietários desses veículos de tração animal não se cadastraram na Câmara.

---

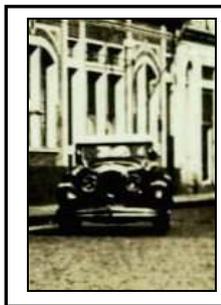
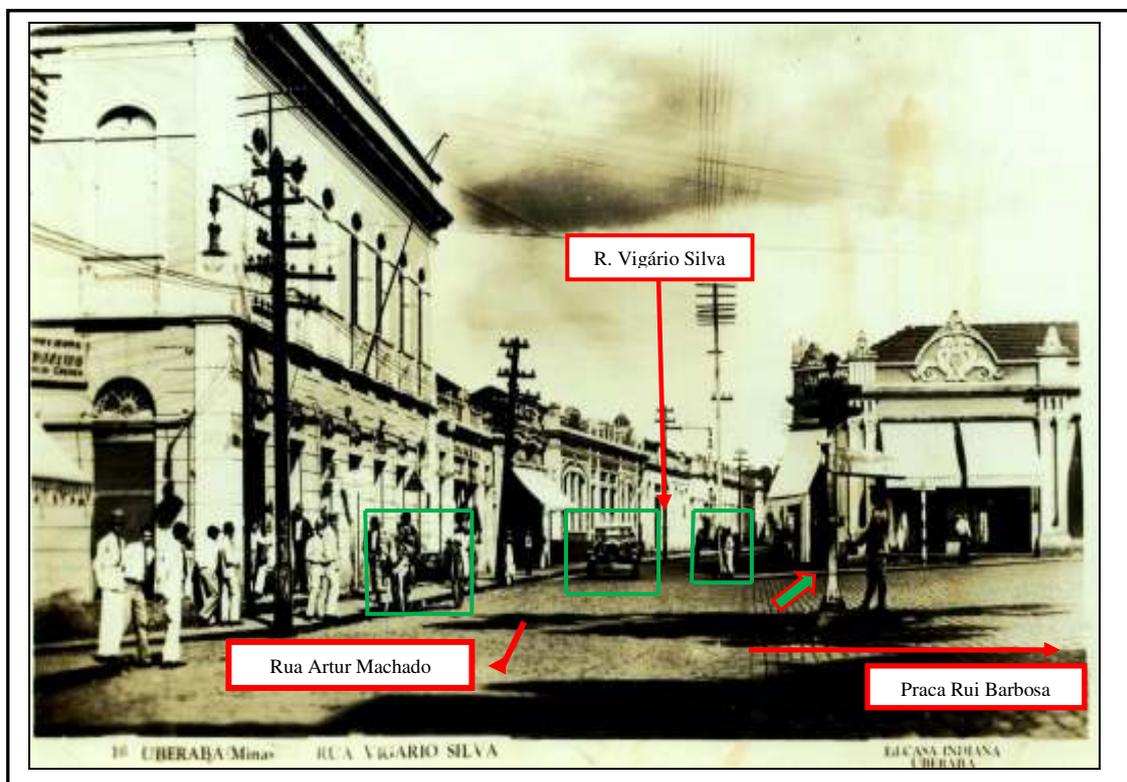
<sup>23</sup> Interessante constatar que nesse logradouro, tido como o principal da cidade, a precariedade estrutural era visível. Em *“Terra Madrasta”* Orlando Ferreira, chama-nos a atenção para o fato de que o estado era tão lastimável que o Jornal Lavoura e Comércio, ou como dizia o autor: o “órgão oficial da Câmara”, também teve a “coragem” de criticar a situação.: *“Quem passa pela rua Comercio, a certas horas do dia, (...) sente um máo cheiro horrível. É o esgoto dalli, a lançar pelo respiradouro todos os seus miasmas e perigos. A falta de água é causa dessa verdadeira calamidade, na ‘rua principal’ , na primeira rua de Uberaba... Era o caso dos srs. fiscaes municipaes agirem, (...)”* – Lavoura e Comércio, n.2475 de 25/09/1924. In: FERREIRA, Orlando. **Terra Madrasta (um povo infeliz)**. Typ.do “Brasil Central. Uberaba. 1926.p.62.

<sup>24</sup> Cabe ponderar que muitas vezes os estabelecimentos comerciais também abrigavam a casa de seu proprietário. Segundo Rezende, ao final do século XIX, *“As casas de morada, como eram chamadas, eram na maioria térreas. A existência de algumas ‘casas de sobrado’ justificam esta designação por causa da loja que situava no térreo e iam surgindo à medida que o movimento comercial da vila se intensificava”* RESENDE, Eliane Mendonça Márquez de. **Uberaba Uma Trajetória Sócio-Econômica/1811-1910**, Uberaba, Arquivo Público, 1991. p. 58.

<sup>25</sup> Orlando Ferreira, a fim de averiguar os lucros exorbitantes obtidos pela Companhia de Força e Luz da cidade, em atitude no mínimo pitoresca, percorreu pessoalmente todos os logradouros e respectivas residências de Uberaba, para colher dados referentes ao consumo de energia, e assim, coletou o nome dos proprietários e/ou moradores dos imóveis que ora nos servem de suporte.

<sup>26</sup> Os dados foram retirados de: BILHARINHO, Guido. **Uberaba: dois séculos de história – dos antecedentes a 1929**. Ed. Arquivo Público de Uberaba. 2007. p.286.

A imagem<sup>27</sup> a seguir, mostra a região da confluência entre a Rua Vigário Silva, Artur Machado e Praça Rui Barbosa, ou seja, o “coração da cidade”. Na fotografia, nota-se a existência de um guarda de trânsito que operava um semáforo, visando regular o fluxo dos diferentes veículos que por lá trafegavam.



Como pode se ver nos recortes acima, naquele momento, trafegavam duas carroças e apenas um carro. Tal constatação reforça a hipótese de que quantidade de veículos de tração animal, utilizados para o transporte de cargas e a prestação de outros serviços, não sofrera uma considerável diminuição, porquanto representava a forma de sustento inerente ao modo de vida de várias pessoas.

<sup>27</sup> Aspecto do entroncamento das Ruas Artur Machado e Vigário Silva, defronte a Praça Rui Barbosa, sem data, possivelmente, entre os últimos anos da década de 1920 e início da década de 1930. Disponível no Arquivo Público de Uberaba. Recortes e adendos feitos por mim.

A colocação de um guarda de trânsito no local, nos permite inferir que o tráfego era, naquela conjuntura, considerado elevado, sobretudo devido à existência simultânea de automóveis e carroças, algo ainda novo para cidade durante o período. Outro ponto de relevo é a quantidade de pessoas que se encontravam naqueles espaços, que reunia uma diversidade de estabelecimentos, tais como, alfaiatarias, confeitarias, lojas de armarinhos entre outros. Ou seja, tal espaço reunia uma série de sujeitos e práticas com modos de vidas distintos e que participavam de formas diversas da dinâmica da cidade.

Ainda nessa seara, conforme já enunciamos, é preciso ponderar que no fim do século XIX e início do XX, cidades como Uberaba assistiram a um adensamento urbano. Consequentemente era preciso haver uma redefinição da urbe, dos usos dos espaços e, por conseguinte, dos modos de viver de seus habitantes.

As ruas, por exemplo, deveriam ser mais largas<sup>28</sup> propiciando o melhor fluxo do trânsito, além do que, se fazia útil:

(...) regularizá-las e introduzir alguma racionalidade em um desenho considerado caótico. É importante afirmar aqui que o movimento tinha duplo sentido. Por um lado, pretendia-se retirar o convívio dos homens de bem da mistura das ruas, criando espaços exclusivos para isso no interior das casas (a sala de visitas e os escritórios) e fora destas (cafés, salões e clubes privativos). Por outro lado, iniciou-se também nesse momento um conflito histórico (...) entre a apropriação da rua como espaço de circulação e todos os demais usos, automaticamente excluídos.<sup>29</sup>

Os apontamentos de Rolnik, tendo por base principalmente a cidade de São Paulo, nos levam a entender que, de modo geral, o espaço público passou a ter seu uso atribuído prioritariamente à circulação, enaltecendo, desse modo, o ambiente privado como *locus* de segurança e conforto. Ao mesmo tempo, relacionava a rua com práticas “condenáveis”, tais como a ociosidade, o vício, a mendicância e a libertinagem.

Entrementes, constata-se que o espaço público poderia ser visto de forma diversa, de acordo com o sujeito que nele se movimentasse. Dito de outro modo, para o homem, especialmente aquele tido como trabalhador, tal espaço não representava necessariamente sua desgraça, mas a possibilidade de liberdade. Destaca-se que o

<sup>28</sup> Conforme mencionado no capítulo anterior o Código de Posturas de 1927 previa que as ruas abertas deveriam ser retas e possuírem no mínimo 14 metros de largura, já as avenidas teriam o mínimo de 20 metros.

<sup>29</sup> ROLNIK, Raquel. **A cidade e a Lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**: Studio Nobel: Fapesp, 1997. p. 31.

mesmo não se aplicava às mulheres, pois a rua era o local onde poderiam se corromper e/ou perder suas virtudes.

De qualquer modo, o espaço público congregava aqueles atores sociais que, não encontrando ocupação definida, “vadiavam” pela urbe, ou viviam de bicos, pequenos furtos, mendicância e outras atividades, os quais, de acordo com as elites dominantes e o poder público, eram enxergados como marginais. Aqueles que deveriam ter sua participação na cidade vigiada e restrita, e, principalmente ocultada.

Nesse ponto, é importante ponderar sobre a construção do conceito de vadiagem, que segundo Chalhoub<sup>30</sup>, emerge ao final do Segundo Reinado e se apóia na idéia de ociosidade enquanto negação do trabalho. Portanto, todos os atributos positivos inerentes ao mundo do trabalho, são lhe retirados, pois o labor promoveria o bem comum, ao passo que a vadiagem representaria uma ameaça a ordem.

Nesse viés, se o ocioso disputa o espaço público com aqueles oriundos do trabalho honesto, o primeiro constitui-se num constante perigo:

(...) a ociosidade é um estado de depravação de costumes que acaba levando o indivíduo a cometer verdadeiros crimes contra a propriedade e segurança individual. Em outras palavras, a vadiagem é um ato preparatório do crime, daí a necessidade de sua repressão.

<sup>31</sup>

Conforme esse autor, não era concebível nas cidades que se propunham modernas e progressistas, a proliferação das práticas relacionadas aos personagens destituídos de recursos financeiros, que na visão dos legisladores, não encontravam ocupações devido às características inerentes ao próprio país. De acordo com esse princípio, defendia-se o conceito de que, no Brasil, a abundância de recursos para subsistência, bem como a facilidade para obtê-los, incitaria os sujeitos à ociosidade. Desse modo, era necessário forçar esses sujeitos ao trabalho, o que agregaria benesses não só para o indivíduo em particular, mas para sua cidade e seu país.

Visando lograr tais objetivos, foram divulgadas as teorias higienistas oriundas da Europa e ajustadas para o meio nacional de forma a interferirem diretamente na dinâmica social. Os intelectuais da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, aliados aos grupos dirigentes, baseavam-se na tese de que a água e o ar eram os meios responsáveis pelo contágio e propagação das moléstias.

---

<sup>30</sup> Ver: CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botiquim**. Campinas:Unicamp, 2001.

<sup>31</sup> Idem. p.75.

Segundo a teoria dos fluídos (...) o ar e água eram considerados veículos mórbidos, portadores de emanações fétidas e pútridas, conhecidas como miasmas, transmissores de doenças. A inalação dos miasmas poderia provocar uma ruptura no organismo, obstruindo as vias de circulação de sangue e ocasionando o surgimento das febres.<sup>32</sup>

Importante observar que tais hipóteses serviram como suporte para a elaboração de diversas legislações que regulamentariam o viver na cidade. “Inusitado” constatar que, mesmo tendo sido posteriormente contraposta por Pasteur (ao dizer que não eram os miasmas emanados os causadores das doenças, mas sim os diferentes microorganismos, os quais não surgiam de forma espontânea das substâncias em decomposição) a teoria dos miasmas continuou sendo utilizada, pois se adaptava melhor aos objetivos dos legisladores.

Nos municípios de maior porte, as teorias médicas se juntavam aos regulamentos locais para normatizar os modos de vida dos cidadãos das classes pobres, como por exemplo, na eliminação dos chamados cortiços. Dessa forma, a medicina ganhava um caráter social, visando preservar e defender a família e, por conseguinte, a cidade, daqueles elementos que, com suas moradias, hábitos e práticas colocavam a urbe e os dito cidadãos de bem em perigo, pois que, esses modos de vida perniciosos poderiam obstruir a almejada ordem social e ferir a moral dos seus habitantes.

Nesse momento histórico, o espaço público era alvo de atenção dos legisladores que enxergavam em alguns sujeitos uma séria ameaça à ordem que se ensejava obter. E, com efeito, para as mulheres, esse mesmo espaço era cercado de mistérios e perigos, mormente sob o ponto de vista das elites patriarcais conservadoras.

Muitas delas lutavam por nele poderem permanecer continuando a batalha com as armas que possuíam, as quais muitas vezes não eram vistas com bons olhos pelo poder público, jornalistas e os setores proprietários da cidade. Nas páginas do jornal Gazeta de Uberaba, do ano de 1912, a defesa dos hábitos saudáveis, apropriados a determinados recintos públicos se fez presente também nesse artigo:

---

<sup>32</sup> ROLNIK, Raquel. **A cidade e a Lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**: Studio Nobel: Fapesp, 1997. p. 40.

Uma mulher, (...) praticando publicamente a feitiçaria, sem que as autoridades policiaes encarregadas do respeito a lei, se intervenham no caso para dar um paradeiro a tão revoltante e indecorosa exploração. Diariamente das 10 as 12 horas do dia quem passar pelas imediações da rua Tristão de Castro e travessa Joaquim Ignacio poderá verificar o que estamos afirmando. Uma mulher (...) benzendo uma multidão de pessoas recebendo para este fim parcas economias daquelles que allí vão, procurar melhoras que não podem encontrar (...).<sup>33</sup>

Se partirmos da ótica do jornalista, havia de fato, muitas “coisas erradas” nessa situação. De início, podemos sublinhar que, de acordo com os preceitos em voga, a mulher não poderia ser vista no espaço das ruas, principalmente em algumas situações. Nesse caso, o “pecado” se apoiava em várias bases, uma delas, como já dissemos, era a própria presença da mulher no domínio do público.

Outro fator importante era o uso da feitiçaria, e o pior: em plena luz do dia numa região que fazia parte, ao menos geograficamente, da zona central da cidade, não muito distante da Igreja Matriz, atraindo uma “*multidão de pessoas*”. Tratava-se de uma afronta aos católicos que, juntamente com o poder público, supostamente buscavam zelar e proteger a população de uma possível proliferação dessas atividades, bem como o avanço do espiritismo<sup>34</sup>, ou, como eram chamadas pelos membros do clero: as “*seitas malditas*”.

O que o cronista designava como feitiçaria, começava a ser considerada uma prática residual, e conseqüentemente, não se adaptava a uma cidade que se arvorava como sendo a *Princesa do Sertão*. Na imagem<sup>35</sup> abaixo, observa-se um trecho da Rua Tristão de Castro<sup>36</sup> em 1908, quatro anos antes do relato jornalístico acerca da “incômoda feiticeira”.

<sup>33</sup> FEITIÇARIA ou fanatismo. Gazeta de Uberaba, Uberaba, n. 4501, 23 jul. 1912. Acervo HH.

<sup>34</sup> Uberaba contou desde o início do século XX com algumas folhas que se dedicavam a propagação da doutrina espírita, dentre estas, destacamos o Arrebol, que, após a edição de número 54, altera sua denominação para Brado de Alerta. Esse jornal foi órgão oficial do Centro Espírita Uberabense.

<sup>35</sup> Fotografia da Rua Tristão de Castro em 1908. Disponível no Arquivo Público de Uberaba.

<sup>36</sup> De acordo com Hildebrando Pontes o logradouro: “*Começa no canto superior direito da praça Rui Barbosa e finaliza na rua Triângulo Mineiro . Dela partem, à esquerda, a rua Coronel Carlos Rodrigues da Cunha; à direita, a travessa Coronel José Ferreira, à esquerda a travessa Frei Eugênio; é atravessada pela travessa da Fôrça e ruas Teófilo Otôii e José de Alencar. Fica na colina da Matriz. Desde a sua formação anteriormente a 1880, já se conhecia pelo nome de rua do ‘Azagaia’, (...) A comissão recenseadora de 1880 contemplando-a com o nome de ‘Antiga rua do Azagaia’, deu-lhe, todavia, o nome de rua de ‘São Miguel’, que o tenente coronel Sampaio mudou para ‘Tristão de Castro’, em lembrança de Tristão de Castro Guimarães, doador do patrimônio do ‘Arraial da Capelinha’, nas cabeceiras do Lajeado dos Ribeiros. Esta rua tem a metade calçada a paralelepípedos e a outra a macadame.*”



A via possuía nesse trecho um precário calçamento de macadame, que originava, com o aumento do trânsito, uma desagradável nuvem de poeira. A maioria das casas denotava uma construção mais antiga, apresentando um aspecto de abandono. À porta de uma delas, três homens observavam curiosos a atuação do fotógrafo. Do lado direito, podemos ver uma pessoa montada num cavalo carregando uma série de embrulhos, parada bem defronte a um sobrado com características arquitetônicas mais “refinadas”, sendo que na entrada surgia uma garotinha com um alvo vestido.

É aceitável pensar que apenas quatro anos depois desse registro, a cidade não tivesse passado por grandes mudanças<sup>37</sup>, e por sua vez, o logradouro também não tenha sido alvo de grandes alterações ou mesmo recebido calçamento. Logo, esse

<sup>37</sup> A esse respeito, se levarmos em consideração os dados apurados por Orlando Ferreira, oriundos de relatórios e documentos oficiais, notaremos que as pesadas críticas do autor aos agentes executivos locais, tem, de fato, algum respaldo. Longe de aceitar acriticamente a argumentação do autor, mas, com um olhar acurado acerca da situação apresentada, constata-se que no curto período de quatro anos a Rua Tristão de Castro não recebeu melhorias da Câmara. De acordo com os apontamentos de Ferreira, o Agente Executivo Philippe Aché, médico e criador de Zebu, em seu mandato, além de uma viagem a Índia, fez o seguinte: “Calçou *pessimamente*, a macadan, com respectivo *exgotto* ou ‘*tripa de barro*’, a rua do *Commercio*, construiu 6 *pinguelas*, concertou algumas, ajardinou uma praça, removeu terra para tapar buracos, capinou, matou cachorros, nomeou muitos professores analphabetos e outros funcionário.” FERREIRA, Orlando. **Terra Madrasta (um povo infeliz)**. Typ.do “Brasil Central. Uberaba. 1926.p.32.

espaço não deveria ser muito diferente daquele em que a mulher realizava suas benzições. Destarte, ao olhar a fotografia, torna-se difícil imaginar uma “*multidão de pessoas*” se “consultando” com a “*feiticeira*”, ou “*buscando melhoras que não podem encontrar*” conforme alardeia o cronista.

Podemos deduzir pela imagem que, mesmo numa região central de Uberaba, alguns moradores não se viam em condições econômicas muito favoráveis e, nessa situação, é possível inferir que a benzição era mais uma estratégia de luta por sobrevivência na cidade. Tal atividade aliada à venda e utilização de ervas, era algo proibido pelo Código de Posturas de 1865, vigente naquele momento, pois, conforme o Art. 64:

É proibido fingir-se inspirado e predizer futuros – § 2º Intitular-se curado de enfermidades, pelos meios de encanto, feitiços e orações.  
 § 3º Intitular-se possuidor de remédios, segredos, vendidos sem autorização legal. Aos contraventores se imporá a pena de 8 dias de prisão e 30\$000 de multa.<sup>38</sup>

De acordo com a interpretação, a mesma atividade poderia ser enquadrada no Art. 43. *É Proibido o exercício da Medicina e Pharmácia, sem possuir a licença da Camara Municipal e sem um aprofundado conhecimento das formulas legais (...) será imposta multa (...)*<sup>39</sup>. Essa prática poderia ser entendida como exercício ilegal da medicina, visto que muitas das pessoas que procuravam a benzedeira, ali se dirigiam também com o intuito de se verem livres de diversas moléstias. Levando-se em consideração as teorias e ideais que perpassavam o país, o pesquisador Carlos José Ferreira dos Santos, ao discutir a atuação dos curandeiros no final do século XIX e início do XX, mostra-nos que o poder público de São Paulo enxergava com receio tal atividade, conforme segue:

A influência dos ervanários, curandeiros, feiticeiros sobre a população causava tanto ou mais receio do que o suposto perigo a saúde pública. O prestígio dessas pessoas deixa transparecer pois a permanência de valores que tentavam destruir, mas que resistiam influenciando hábitos e costumes de muitas pessoas(...).<sup>40</sup>

<sup>38</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba 1857-1871 p.p. 265 a 278.

<sup>39</sup> Idem.p. p.265 a 278.

<sup>40</sup> SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano – São Paulo e pobreza 1890-1915**. São Paulo. ANNABLUME.1998. p.15

Num momento em que se esboçava a formação de uma sociedade trabalhadora, limpa, higiênica, saudável fisicamente e moralmente, pode-se afirmar que alguns hábitos poderiam expressar um meio de vida inadequado, conforme nos lembra Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior em sua tese: *O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional. Minas Gerais, 1888-1928*, conforme segue:

No processo de constituição do mundo do trabalho, os hábitos de sentar-se à mesa de jogos de azar, consumir bebidas alcoólicas, freqüentar casas de prostituição e prostituir-se receberam as censuras e condenações veementes e reiteradas – de uma moral cristã e liberal –, que tentam imprimir significados ao processo de reforma social em curso, buscando estabelecer como corretos e únicos os princípios de respeito ao trabalho e a licitude das condutas como alimento e caminho de salvação da alma.<sup>41</sup>

Tendo em mente as proposições do autor, no que tange ao universo do meretrício, advertimos novamente que a Lei de 1927 não proibia o seu exercício, mas sim o controlava, de modo a não sobressaltar a vista com seus possíveis gestos escandalosos e “*ofensivos a moralidade pública*”.

Com efeito, tal presença no espaço público não era uma proibição, todavia, essas mulheres deveriam inserir-se nos padrões estéticos e comportamentais adotados e tidos como normais e desejáveis pelos parâmetros morais apregoados pelos setores dominantes de cidade. Nesse mesmo caminho, a parcela da população que frequentava os bordéis e se ligava aos jogos de azar, bebida, feitiçaria ou vadiagem, deveria ser no mínimo vigiada.

Se “no papel”, a lei era profícua, na prática, nem sempre assim o era. Ambas as Posturas (1865 e 1927) mostravam-se rígidas com as condutas dos cidadãos locais, apesar disso, muitas vezes, as autoridades cobriam-se com antolhos e faziam ouvidos moucos. Esse posicionamento incomodava alguns segmentos sociais e parte da imprensa, que, em nome dos bons costumes, protestava em suas páginas acerca da ação negligente dos delegados e chefes de polícia local.

---

<sup>41</sup> JUNIOR, Florisvaldo Paulo Ribeiro. **O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional. Minas Gerais, 1888-1928. 2008.** Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.p.141.

O jornal *Lavoura e Comércio*, por meio da pena de Quintiliano Jardim<sup>42</sup>, promoveu, ainda em 1912, sob a vigência do Código de 1865 uma campanha contra a jogatina que, aparentemente, processava-se em vários lugares de Uberaba. Devido a essa atitude, o delegado de polícia, sentindo-se ofendido, promove um atentado contra o repórter.

(...) Quintiliano Jardim ao subir a rua do Comércio, às 19 horas, em companhia do jornalista João Camelo, é atacado pelas costas pelo delegado de polícia Sertório Leão, que só não o assassina por se ter travado seu revólver durante a luta que se seguiu. (...) A agressão originou-se da campanha do jornal contra a jogatina que impera na cidade, não combatida pelo citado delegado.<sup>43</sup>

O diálogo com as fontes indica que não apenas a jogatina era comum na cidade, mas ainda: o curandeirismo, a prostituição, o alcoolismo entre outras práticas. Cumpre também observar que, tais hábitos não eram restritos aos locais mais periféricos, tampouco, restringiam-se as camadas pobres da cidade.

Embora a fala dos sujeitos inseridos nas camadas de poder pudesse demonstrar uma repulsa acerca de determinados modos de vida e práticas comumente subvalorizadas e, que remetiam aos setores populares da cidade, por vezes, esse posicionamento residia apenas no mundo das idéias.

Não obstante, algumas práticas relacionadas às camadas pobres da população - que para muitos era intolerável numa cidade como Uberaba, terceira ou quarta de Minas Gerais - eram comuns nos mais diversos espaços da urbe. Uma dessas práticas era o meretrício, que como já elucidamos no capítulo anterior, ocorria entre outros locais, na Rua São Miguel.

Contudo, devido ao deliberado esquecimento por parte dos memorialistas e da historiografia local e considerando o processo de ocultação que essas atividades tidas como improfícuas, ilegais, ou imorais sofreram, torna-se difícil discutir com mais clareza sobre os demais lugares onde a mesma ocorria, bem como visualizar de forma mais minuciosa os sujeitos que se ligavam a esse complexo universo na cidade.

---

<sup>42</sup> De acordo com o apurado nas obras dos memorialistas, Quintiliano Jardim, nasceu em Uberaba, no ano de 1880 vindo a faleceu na mesma cidade, em 1966. Dedicou-se ao jornalismo, atuando no como redator, diretor e posteriormente proprietário. Além disso, colaborou em revistas brasileiras, publicando poesia. Ao completar 25 anos de jornalismo, recebeu o título de "Príncipe dos Jornalistas do Brasil Central".

<sup>43</sup> BILHARINHO, Guido. **Uberaba: dois séculos de história – dos antecedentes a 1929**. Ed. Arquivo Público de Uberaba. 2007.p.224

Desde a chegada dos trilhos da Mogiana, o fluxo de pessoas que para cá acorriam, aumentou com base no preceito de que havia em Uberaba maior número de possibilidades de prosperidade. Nesse universo, muitas mulheres acabaram por buscar em Uberaba formas diversas de sustento, entre as quais, seguramente, encontrava-se o exercício da prostituição como fonte de renda.

No livro *As raparigas da Rua de Baixo - Memórias da Infância*, o escritor e jornalista Reynaldo Domingos Ferreira, nascido na cidade de Uberaba na década de 1930, nos mostra que, pelos trilhos da Mogiana, encontravam-se além de produtos e serviços, indivíduos das mais diversas origens; e nesse meio, mulheres buscando uma forma de vida e sustento nas cidades interligadas pelas linhas do trem.

Em suas memórias, o autor relata as impressões vivenciadas em sua infância, quando do “furor” ocasionado pela chegada dessas mulheres à vizinha cidade de Dores do Campo Formoso, atual Campo Florido:

Além das boiadas, dos ciganos, dos leprosos e dos enterros de crianças, passavam também em nossa casa, as raparigas recém-chegadas à cidade, pensionistas dos prostíbulos existentes na chamada Rua de Baixo. Havia muita curiosidade, (...) tanto da parte da minha mãe como da de suas amigas (...). Assim à hora da chegada das jardineiras vindas de Barretos, no Estado de São Paulo, ou de Uberaba, noivas ou qualquer pretendente a ter homem sob seu domínio se mostravam atentas, olhando por frestas de portas ou de janelas de suas casas para se certificarem de quantas raparigas estavam indo embora ou arribando à cidade. – Ontem, chegaram três – dizia aterrorizada uma senhora ao ouvido da minha mãe, que arregalava os olhos (...). – Não, criatura – acudia outra, de ânimo mais moderado – chegaram duas, vindas de Barretos.<sup>44</sup>

Se levarmos em conta as indicações fornecidas pelo autor a partir de suas memórias de infância, notaremos que através da ferrovia, as cidades intercambiavam diversos sujeitos sociais, os quais por sua vez, traziam consigo práticas enxergadas com um misto de curiosidade, repúdio e temor, principalmente por parte das mulheres da pequena cidade.

Essa efeméride, segundo Ferreira, não se dava às escondidas, aliás, pelo contrário, era alvo de atenção, tanto por parte de algumas Senhoras que, entre outros fatores, temiam uma possível concorrência, e também pelos homens da localidade, os quais nutriam algumas expectativas acerca desse acontecimento.

---

<sup>44</sup> FERREIRA, Domingos Reynaldo. *As raparigas da Rua de Baixo - Memórias da Infância*. São Paulo: El - Edições Inteligentes, 2004.p.43.

Ainda sob essa perspectiva, observamos que o advento da Companhia Mogiana<sup>45</sup> interligando várias cidades do interior do país, a partir de meados do século XIX, proporcionou inúmeras transformações sociais nos locais cortados pelas linhas do trem<sup>46</sup>.



Nessa conjuntura, a cidade passou a receber pessoas das mais diferentes localidades e com os mais diferentes propósitos. Também por esse motivo, o antigo hábito da hospedagem em casa de parentes e compadres estava sendo substituído, pois se antes os visitantes, em sua maioria, possuíam algum grau de parentesco ou conhecimento, os novos elementos que para cá acudiam, não se enquadravam nesse critério.

Em virtude dessa nova demanda, surgiu a necessidade da construção de pequenos hotéis ou mesmo a adaptação de residências que passaram a funcionar como pensões. De certa maneira, Uberaba começava a ser vista por muitas pessoas como uma localidade onde se pudesse prosperar. Não somente por parte de negociantes e fazendeiros, mas por outros sujeitos sociais que não dispunham de recursos financeiros, profissão certa ou letramento.

<sup>45</sup> Imagem retirada de: BILHARINHO, Guido. **Uberaba: dois séculos de história – dos antecedentes a 1929**. Ed. Arquivo Público de Uberaba. 2007. p141.

<sup>46</sup> Nesse momento, a economia do país voltava-se essencialmente para a produção e exportação do café e, por isso, era alvissareira a constituição de uma rede ferroviária que garantisse a expansão dessa cultura, proporcionando um transporte mais rápido, barateando custos. As primeiras ferrovias do país foram constituídas contando com o capital e logística inglesa. Se de um lado, a Cia. Paulista de Estrada de Ferro foi organizada com capitais oriundos dos cafeicultores, aliados ao capital inglês, por sua vez, a Cia. Mogiana também não fugiu a regra, uma vez que nasceu atrelada aos interesses do café.

Devido a essa união de fatores, bem como a maior facilidade de comunicação com os grandes centros nacional, deram-se inúmeras alterações nas formas de viver dos uberabenses. Muitos fazendeiros e famílias que viviam na zona rural passaram a construir casas na cidade e frequentá-las mais assiduamente, enquanto outros se mudavam definitivamente para o perímetro urbano. Logo, ocorreu a abertura de várias pensões nas imediações da Estação Mogiana, proporcionando para o viajante uma maior praticidade e, para o empreendedor, mais uma fonte de renda.



Na imagem<sup>47</sup> acima, datada de 1904, observamos em destaque um casarão branco onde funcionava a “Pensão Globo”, situada na Rua Artur Machado, nas proximidades da Estação Mogiana. Na oportunidade, nota-se uma considerável aglomeração de pessoas. Infelizmente não há como afirmar a que se deve tamanha

<sup>47</sup> Aspecto da Rua Artur Machado, antiga Rua do Fogo e Rua do Comércio, nas proximidades da Estação Mogiana, em 1904. Disponível no Arquivo Público de Uberaba.

movimentação, uma vez que não encontramos registros explicativos sobre a fotografia. Contudo, é possível se tratar da chegada de algum “ilustre” visitante à cidade, que, pelos apontamentos dos memorialistas locais poderia ter sido Venceslau Brás, Deputado Federal e futuro Presidente de Estado (1908) e Presidente da República (1914 /1918).

Todavia, algumas dessas pensões não se atinham em oferecer apenas serviços de hospedagem, mas ainda, outros divertimentos por vezes protagonizados por meretrizes atuantes na localidade. Em anúncio no Almanaque Uberabense de 1903, encontramos o reclame da “*Pensão Mineira*” também localizada na principal rua de acesso para a Estação Mogiana, a Rua Artur Machado, na época alcunhada de Rua do Comércio:

A Pensão Mineira – **Estabelecimento montado sob todas as condições higiênicas** – Rua do Comercio, 67 (...) **Próximo a Estação da Estrada de Ferro – Uberaba** – O gerente deste estabelecimento sempre prompto a satisfazer a qualquer hora todas as exigências, convida aos srs. viajantes para visitarem-n’o nesta cidade, garantindo-lhes desde já, que não se arrependerão. (...) **No mesmo estabelecimento moram o gerente e sua família, o que quer dizer que a PENSÃO é familiar, affiançando portanto, toda ordem, respeito e garantia.** (...) <sup>48</sup> (grifos meus)

É possível sopesar que, além de ressaltar os aspectos concernentes a higiene da Pensão, o anunciante visava enfatizar para os leitores do Almanaque e, por conseguinte, aos possíveis clientes, a “identidade” do estabelecimento, que como se nota, era estritamente familiar. Logo, verificamos que a necessidade em realçar tal aspecto, possivelmente se fazia alvissareira, porquanto naquela região da cidade não eram incomuns pensões que agregavam características um pouco diversas e ofertavam outros tipos de serviços.

Nesse sentido, é importante observar a narrativa dúbia construída acerca dessa mesma rua, que se inicia defronte a Igreja Matriz e finda nas proximidades da Cia. Mogiana. De acordo com o memorialista José Mendonça, até aproximadamente fins do século XIX, não havia uma nomenclatura dos logradouros da cidade: *As ruas tinham até então uma denominação interessante e pitoresca, de acordo com os moradores mais populares das mesmas ou também de outra ou qualquer*

---

<sup>48</sup> Almanaque Uberabense. 1903 p.223. Disponível no Arquivo Público de Uberaba.

*particularidade que nelas se encontrasse.* Tendo em vista tal assertiva, vejamos agora a descrição de Hildebrando Pontes sobre o citado logradouro:

(...) Começa na praça Rui Barbosa e finaliza na praça Siqueira Campos, pertencendo a colina da Matriz a aos altos dos Estados Unidos e da Estação Mogiana. **É a mais importante da cidade inteiramente calçada a paralelepípedos.** (...) Desde os primórdios de Uberaba **conheceu-se pelo nome de rua do ‘Comércio’.** Em meados do século próximo, findo era a rua do ‘Fogo’ onde se acumulava, de preferência, o povo farrista, separado assim, do que ficava a rua ‘Grande’ de viver pacato. Em 1889, perdeu a denominação de rua do Comércio e tomou a de ‘Barão de Ataliba’. **Em 1894, voltou a chamar-se ‘Comércio’, que se mudou em 1916 para ‘Artur Machado’ em homenagem ao Coronel Artur Batista Machado, eminente chefe político uberabense.**<sup>49</sup>(grifos meus)

No que se refere ao mesmo espaço, José Mendonça, nos acrescenta algumas novas informações, e, por outro lado, elabora uma nova explicação, diferente a formulada por Hildebrando Pontes, para a adoção da alcunha de Rua do Fogo.

Rua do Comércio é a atual Rua Artur Machado. Desde o início do arraial teve aquele nome. **Foi conhecida também como Rua da Baixa, Rua do Centro e Rua do Fogo.** Os dois primeiros nomes tinham razão de ser, porquanto mesmo naquela época já era centro, como também era e é a rua mais baixa da cidade. **Rua do Fogo, dizem, provinha de que um de seus primeiros moradores era ferreiro e na sua ‘tenda’ nunca faltava fogo, onde os vizinhos e moradores iam ‘buscar fogo’.** Naquele tempo em que não havia fósforos era um achado.<sup>50</sup> (grifos meus)

Conforme se observa, existe uma discordância entre os relatos dos memorialistas, portanto, é bom aclarar que as obras nas quais encontramos tais descrições, nos remetem a duas temporalidades diversas. Pontes escreve sua história da cidade ainda na primeira metade do século XX, muito embora tenha sido publicada apenas em 1970. Por sua vez, Mendonça teve seu livro publicado em 1974, pouco tempo após a publicação de Pontes.

Sem desconsiderar a argumentação de Mendonça, e analisando de forma mais abrangente e crítica as diversas fontes pesquisadas, somos tentados a crer na afirmativa de Hildebrando Pontes, pois o mesmo chegou a Uberaba em 1884, e, teve

<sup>49</sup> MENDONÇA, José de Souza. **História de Uberaba.** Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1974. p.193.

<sup>50</sup> PONTES, Hildebrando. **História de Uberaba e Civilização no Brasil Central.** Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970. p.279.

condições de vivenciar mais de perto o que narrou, mesmo porque, foi Agente Executivo da cidade em duas oportunidades. E mais, os locais próximos aos trilhos da Mogiana concentravam pequenas pensões, nas quais possivelmente se encontravam “*o povo farrista*” mencionado pelo memorialista.

Desse modo, a designação de Rua do Fogo, nos remete as práticas relacionadas à “vadiagem”, as danças, aos jogos, a bebida e a prostituição, que, conforme destaca Pontes, não se misturava com outros territórios da cidade, como por exemplo, a Rua Grande que conservava um “*viver pacato*”. Mendonça, escrevendo já nos anos finais do século XX, procura forjar, nesse caso específico, uma narrativa mais “estéril”, e explica a origem da alcunha de Rua do Fogo, devido ao morador que exercia a profissão de ferreiro.

Sem ignorar tal informação, é fato que o logradouro em questão apresenta múltiplas facetas, congregando uma grande diversidade de relações sociais, viveres e experiências de distintos agentes históricos. Todavia, nas memórias acerca deste espaço prevalecem os aspectos conexos à existência de um comércio regular e variado, apesar de ter abrigado práticas relacionadas a diversão e ao entretenimento de diferentes sujeitos históricos, oriundos de diversas camadas sociais.

Não obstante, uma das questões que colocavam em polvorosa os setores dominantes locais foi o meretrício, uma vez que tal atividade, na maioria das vezes, estava articulada a outras práticas enxergadas com receio e temor pelas autoridades, tais como: o jogo, a vadiagem e o alcoolismo.

Com base nos embates travados por esses sujeitos na tentativa de se estabelecerem e/ou sobreviverem nessa cidade em movimento, percebemos que os mesmos se contrapunham as leis em vigência objetivando sua preservação nos espaços da urbe. Portanto, os sujeitos ligados às práticas execradas por uma sociedade que valorizava e relacionava o trabalho a uma conduta correta, muitas vezes serão vislumbrados incorrendo contra a ordem estabelecida, o que nos possibilitou rastreá-los examinando as fichas dos Processos Crimes de Uberaba.

Nossos “personagens” começaram a surgir em meio às tipificações de crimes diversos, tais como: ofensas físicas, tentativas de homicídio, homicídio, contravenção, e, ainda ao final do século XIX, nos chamados Termos de Bem Viver. Ao problematizar essas fontes, tornou-se aparente que nelas se encontravam os sujeitos que se opunham as diferentes legislações instituídas na cidade, e, por conseguinte, a ordem desejada.

Nos Processos Crimes, nos quais constavam mulheres como ré e vítima, geralmente grassavam as seguintes expressões: *por motivos frívolos, por motivos de ciúmes*, conforme segue: *Por motivos de ciúmes, Ana traiçoeiramente, desferiu uma garrafada em Maria, que ficou ferida*<sup>51</sup>. Ou ainda: *A ré por motivos frívolos, agrediu a vítima, dando-lhes várias cacetadas e bordoadas em sua cabeça, produzindo-lhes ferimentos*<sup>52</sup>. A própria narrativa que descrevia e resumia os autos dos processos era carregada de juízos de valores, e dessa forma, constatamos a produção de memórias que desqualificavam esses sujeitos, porque, era comum ao se referirem as mulheres que praticavam a prostituição, a utilização de alcunhas depreciativas tais como: *mulher de vida airada, decaída, mulher de vida pública, mulher da vida*, entre outros.

No entanto, ainda assim foi custoso enxergar como se movimentavam os agentes sociais que navegavam por esse universo, visto a exiguidade de alusões explícitas que remetiam diretamente a essa esfera da cidade, uma vez que o meretrício não era considerado ilegal nos Códigos de Postura de 1865 e de 1927. Isso porque as mesmas só incorreriam em crime quando praticassem outros atos tidos como ilícitos, tais como: ofensas a moralidade pública, andarem nas ruas de “modo indecente”, ou ainda os já citados acima, tais como agressões físicas etc.

Para “perseguir” seus rastros foi preciso recorrer aos tipos de crime que possivelmente poderiam envolver esses sujeitos. Em vários processos, percebemos que as mulheres surgiam não só como rées ou vítimas de outras mulheres, como nesse caso datado de 1921: *Ré: Maria Paula - Vítima: Maria Clara – Obs: embriagadas, a ré e a vítima tiveram uma discussão, resultando a ré desferir uma facada na vítima, que teve morte instantânea*.<sup>53</sup> Em muitos outros, acabavam aparecendo também como motivo para o cometimento do delito, do contrário vejamos:

Réu: João Francisco de Souza – Vítima: Idalina Clara de Jesus –  
Obs: Idalina dizendo que poria outro homem dentro de casa e até por cima de João, seu marido, este, ouvindo o que ela dizia, sacou de uma faca e desferiu-a em Idalina.<sup>54</sup>

[Ou ainda:]

<sup>51</sup> APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Agressão Física. 30/03/1901. Uberaba/MG. Ficha N°002 Caixa 084.

<sup>52</sup> APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Agressão Física. 15/08/1901. Uberaba/MG. Ficha N°014 Caixa 085.

<sup>53</sup> APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Homicídio. 18/02/1921. Uberaba/MG. Ficha N°238. Caixa 142.

<sup>54</sup> APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Homicídio. 01/11/1912. Uberaba/MG. Ficha N°096. Caixa 183.

Réu: Trajano Marra – Vítima: Aniceto Joaquim de Freitas. Obs: O réu desentendeu-se com a vítima por causa de uma mulher de vida airada. Este esperando a vítima em uma esquina, desferiu-lhe um tiro de Garrucha pelas costas, deixando-o ferido.<sup>55</sup>

Nota-se que eram imputados vários atributos que contribuíam para a construção de uma imagem depreciativa para as mulheres despossuídas da cidade, pois as mesmas figuram como um pólo no qual circundavam e se agregavam diversos delitos; assim, suas ações poderiam gerar um ato de criminalidade no olhar das autoridades uberabenses. Destarte, o exercício da prostituição acabava por vincular a figura da mulher aos aspectos relacionados à desordem na e da cidade.

(...) Estando o réu João José dos Santos dormindo em casa da Meretriz Rosa Amélia das Flores, foram surpreendidos por três rapazes que arrombaram a porta e penetraram no quarto. Em seguida João José armou-se de revólver e disparou um tiro em Jonas Borges e um em Adelino.<sup>56</sup>

Cabe acrescentar que a prostituição estava no rol de uma série de práticas que eram consideradas inadequadas. Vale reforçar que na maioria das vezes ocorriam concomitantemente em um mesmo lugar, junto à jogatina, a “vadiagem”, o alcoolismo, entre outros. Logo, as autoridades enxergavam com temor o avanço e a visibilidade desse universo de “desordem” que congregava aqueles atores sociais que deveriam tornar-se “invisíveis”.

De fato, sobretudo no início do século XX em Uberaba, as autoridades se viram às voltas com uma grande quantidade de infrações, que poderiam interferir na constituição do espaço urbano nos moldes desejados pelos grupos no poder. Muitos sujeitos cometiam ilicitudes caracterizadas como contravenção penal. Nesse sentido, em 1902, temos o caso de Laurindo Américo, que fora acusado de:

(...) ter **transformado seu estabelecimento**, denominado **hotel Mangueiras, em casa de prostituição**. Instaurado o inquérito e ouvidas as testemunhas, não foi possível confirmar a denúncia, sendo ordenado o arquivamento dos autos.<sup>57</sup> (grifos meus)

[Por sua vez:]

<sup>55</sup> APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Tentativa de Homicídio. 03/09/1913. Conceição das Alagoas/MG. Ficha Nº104 Caixa 184. – Cabe lembrar que, nesse momento, várias cidades da região estavam sob a jurisdição da Comarca de Uberaba.

<sup>56</sup> APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Homicídio. 11/03/1910. Uberaba/MG. Ficha Nº89. Caixa 133.

<sup>57</sup> APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Contravenção. Sub-série: Casa de Tolerância. 22/12/1902. Uberaba/MG. Ficha Nº015. Caixa 119.

(...) **Herculano foi preso por ser vagabundo e andar vagando pelas ruas de Uberaba sem ocupação.**<sup>58</sup> (grifos meus)

[Ou ainda:]

Autora: A justiça – Réus: Astholfo de Vasconcelos (dono do estabelecimento), Manoel de Andrade, Elviro de Novaes, Pio de Novaes, João Quintino Junior, José Honório Ribeiro Rosa, Joaquim Floriano Lemos (jogadores) – Obs: **Os réus estavam jogando “Primeira” (jogo de azar)** no salão da casa de tavadagem ‘El dorado’ quando adentrou no recinto o delegado que efetuou um flagrante delito levando-os para cadeia para depoimentos.<sup>59</sup> (grifos meus)

Nas fichas examinadas, sobretudo aquelas relativas ao primeiro quartel do século XX, foi comum deparar com os seguintes termos: *o réu embriagado*, ou: *o réu tido com tido desordeiro*, ou ainda: *o réu em estado de embriagues*, etc. Deduz-se desse modo, que o crime era na maioria das vezes diretamente relacionado a “personalidade desviante do réu”, que se caracterizava, entre outros aspectos, pelo consumo de álcool, pelo vício do jogo, ou pelo envolvimento junto à prática da prostituição.

Nesse viés, podemos pensar que esses sujeitos não se enquadravam nos ideais de virtude e trabalho almejados para os habitantes de Uberaba. Com efeito, por se afastarem desses preceitos e envolverem-se num universo de práticas indesejáveis, e, nesse caso específico, com ênfase ao consumo de álcool, diversos elementos incorreram em crimes que, segundo os relatos da justiça, tiveram origem na bebida.

Autora: A Justiça - Réu: Carlos Bernardes Ferreira – Vítima: Antônio José Fernandes Filho. Estando Carlos Alcoolizado e causando desordens, Antônio lhe deu voz de prisão, resistindo, Carlos tentou contra a vida de Antônio com um tiro; foi preso em flagrante.<sup>60</sup>

Como se observa, os processos crimes trazem a tona um cotidiano tenso, permeado de relações conflituosas entre as autoridades e os recalcitrantes sujeitos que continuavam a fazer uso dos espaços da cidade, desconsiderando as previsões legais.

<sup>58</sup> APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Contravenção. Sub-série: Perturbação a ordem pública. 26/04/1901. Uberaba/MG. Ficha Nº007 Caixa 119.

<sup>59</sup> APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Contravenção. Sub-série: Jogo de Azar. 16/05/1915. Uberaba/MG. Ficha Nº029 Caixa 119.

<sup>60</sup> APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Tentativa de Homicídio. 12/04/1908. Uberaba/MG. Ficha Nº51 Caixa 181.

(...) Ludgero foi preso por estar embriagado e por desrespeitar as pessoas na rua. Ao chegar na cadeia pública, nervoso deu um soco em Silvestre que era carcereiro da referida cadeia. O réu foi absolvido.<sup>61</sup>

[Um ano após, em 1902:]

(...) Agostinho negando servir mais uma dose de aguardente a Manoel, este desferiu-lhe uma facada, causando ferimentos. Foi condenado a 1 ano e 2 meses de prisão simples.<sup>62</sup>

Na “captura” de pistas sobre os sujeitos “invisíveis”, mas que incomodavam as elites locais e o poder público devido aos seus hábitos incompatíveis, encontramos nos Processos Crimes de meados do século XIX, os chamados Termos de Bem Viver, que visavam enquadrar numa determinada ordem, os cidadãos que ocupavam diversos espaços de urbe, maculando a imaginada cidade ideal.

Para esses elementos não restavam muitas formas de se posicionarem na cidade e em uma sociedade que se transformava e, nesse movimento, visava forjar e mesmo inculcar junto aos diversos sujeitos, os ideais do chamado “mundo do trabalho”. Dessa forma, encontramos 19 fichas relativas aos Termos de Bem Viver que vão de 1844 até 1888, destas, constam diversos delitos, tais como: desordem, perturbação pública, mau procedimento, embriaguez, palavras imorais e prostituição, que na maioria dos casos, surgiam conjugados com alguns dos outros crimes citados.

Indispensável realçar que, nesse quesito, as mulheres figuravam como “personagens principais” e recebiam punições por “perturbarem a ordem”. Eufrazina Maria de Jesus pôde sentir de perto a ação reguladora das autoridades dois anos antes da criação do Primeiro Código de Posturas de Uberaba. A mesma fora acusada de prostituição e embriaguez, além do acoitamento de escravo:

(...) O Juiz (delegado) a condenou a assinar o termo de bem viver, e ficar presa vinte dias, a pagar vinte mil réis a cada vez que descumprisse o termo assinado, e a pagar as custas do processo<sup>63</sup>.

<sup>61</sup> APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Ofensas Físicas. 23/06/1901. Uberaba/MG. Ficha N°01 Caixa. 84.

<sup>62</sup> APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Agressão Física. 02/06/1902. Uberaba/MG. Ficha N°026 Caixa. 86.

<sup>63</sup> APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Termo de Bem Viver. Sub-série: Prostituição e embriaguez. 28/12/1963. Uberaba/MG. Ficha N°009 Caixa 083.

A severa repreensão a Eufrazina nos leva a crer que sua punição serviria como exemplo para outros indivíduos que por ventura viessem a incorrer nos mesmos “erros”. Ora, a ré combinou em seu delito práticas absolutamente condenáveis naquele momento, pois além de se prostituir e embriagar-se dava guarida a um escravo, sujeito que era alvo de extrema vigília por parte das autoridades. Não obstante, um dos objetivos dos Termos de Bem Viver, parecia ser a preservação da “paz e da tranquilidade” para as “famílias honestas” de Uberaba:

Maria Gregória da Conceição e Maria Marcelina dos Reis, assinaram termo de bem viver, pois estavam atormentando o sossego público.<sup>64</sup>

[E mais:] Autor: Antônio Alves da Silva Moreira – Ré: Maria Pinheira. Obs: A ré era acostumada a perturbar a vizinhança, sendo por isso denunciada, tendo sido condenada a assinar Termo de Bem Viver, a trinta dias de prisão e a pagar 30\$000 caso venha a quebrar o termo.<sup>65</sup>

[Ou ainda:]

Autor: A justiça – Ré: Maria Magdalena da Silva Miquita. Obs: Maria tinha o hábito de embriagar-se e provocar desordens com seus vizinhos e com quem passasse pela rua, perturbava o sossego público, proferindo palavras ofensivas a moral e os bons costumes.<sup>66</sup>

Da leitura acima, depreende-se que a norma tinha com escopo resguardar as famílias e determinados espaços públicos da cidade, de atos, hábitos e práticas que contrastassem a uma ordem que se tentava estabelecer naquele momento<sup>67</sup>. Essas mulheres, no olhar dos setores dominantes, faziam mau uso dos espaços urbanos, o que, por conseguinte, acarretava uma afronta aos “moradores de bem”, pois desestabilizava o equilíbrio das coisas.

Outro ponto relevante, é que a narrativa dos delitos, supostamente neutra, acabava por tecer uma imagem de desregramento desses personagens, pois ressaltava que as mesmas “*tinham o hábito*” de cometerem tais infrações. Porém, as mulheres

<sup>64</sup> APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Termo de Bem Viver. Sub-série: Perturbação da ordem pública. 21/01/1871. Uberaba/MG. Ficha N°015 Caixa 084.

<sup>65</sup> APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Termo de Bem Viver. Sub-série: Perturbação da vizinhança. 08/02/1864. Uberaba/MG. Ficha N°010 Caixa 083.

<sup>66</sup> APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Termo de Bem Viver. Sub-série: Perturbação da vizinhança. 18/10/1870. Uberaba/MG. Ficha N°014 Caixa 084.

<sup>67</sup> Durante esse período do século XIX, as cidades, em geral, possuíam pouquíssimas ruas calçadas e não apresentavam uma grande quantidade de locais onde, sobretudo, as mulheres das classes mais abastadas pudessem manter uma sociabilidade mais constante, mormente se levarmos em conta que as ruas eram em grande parte partilhadas com os inúmeros escravos que desempenhavam funções diversas. Fazia-se desse modo, necessária uma “limpeza social”.

não eram as únicas condenados a assinarem os Termos de Bem Viver; Lázaro Romão Barroso Junior, também se viu enquadrado pela norma, pois segundo consta:

**O réu costumava embriagar-se** ao sair à rua molestando as pessoas, por isso foi denunciado e condenado a 20 dias de prisão, a assinar o termo de Bem-Viver e a pagar multa de 20\$000 caso não cumprisse o termo. <sup>68</sup>(grifos meus)

Ao que parece, de acordo com as construções forjadas pelos os relatos das autoridades, as pessoas que se envolviam nesses tipos de transgressão, possuíam características inerentes a sua personalidade que as levavam de forma contumaz a cometerem tais delitos. Nesse contexto, a punição também se deve ao fato de que, pelo menos nos processos analisados, esses elementos vinham a algum tempo praticando as mesmas ilicitudes. Desse modo, deveriam ser penalizados exemplarmente com restrição de liberdade e pagamento de multa.

Das fichas relativas aos Termos de Bem Viver algumas chamam a atenção por mostrar a ação repressora ocorrendo dentro do espaço privado. Assim, torna-se pertinente assinalar que, na maioria dos casos, os processos têm como autores a justiça, entretanto, em outros, observamos os próprios moradores auxiliando os órgãos de repressão contra os hábitos totalmente reprováveis sob o ponto de vista dos grupos no poder, conforme segue:

Autores: Antônio Hilário de Souza, Manoel Marcelino de Oliveira. Réu Joaquim Moreira Vicente. O réu costumava fazer súcia em sua casa com danças, gritos e bebedeiras, até alta noite incomodando os vizinhos. Foi condenado a assinar termo de bem viver, vinte dias de prisão e vinte por cento de multa. <sup>69</sup>

Em nome da manutenção da ordem, inferimos que era permitido atuar tanto no espaço público quanto no espaço privado no afã de promover a disciplinarização dos cidadãos e, por conseguinte a limpeza social, estabelecendo nessas relações conflituosas a invisibilidade dos inúmeros sujeitos que, recalcitrantes, pugnavam pela preservação de seus modos de vida numa cidade em transformação.

---

<sup>68</sup> APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Termo de Bem Viver. Sub-série: Perturbação da ordem. 04/02/1864. Uberaba/MG. Ficha N°011 Caixa 084.

<sup>69</sup> APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Termo de Bem Viver. Sub-série: Perturbação Pública. 07/07/1863. Uberaba/MG. Ficha N°008 Caixa 083.

Nessa senda, com o fito de perseguir mais pistas para problematizar a participação dos sujeitos “invisíveis” em Uberaba, foi preciso ler nas entrelinhas os relatos de memorialistas locais, os documentos oficiais produzidos pelo poder público e ainda, analisar detidamente a constituição de significados por meio da imprensa local.

Em meados da década de 1920<sup>70</sup>, devido às alterações na dinâmica social, a cidade e seus moradores foram experimentando novos hábitos e formas de diversão, que denotavam uma sociedade em movimento. Muitos desses novos costumes, aliados as antigas práticas, congregavam elementos para uma mistura explosiva e que causava descontentamento e espanto:

Raríssimas noites o povo uberabense póde dormir sossegado. Frequentemente, é acordado pelo barulho infernal de almofadinhas, jogadores, meretrizes e vagabundos que, de automóveis percorreram quasi todas as ruas, até alta hora da noite, cantarolando embriagados, proferindo dizeres immoraes e obscenidades de toda ordem, dando tiros de revolver repetidas vezes a esmo!...<sup>71</sup>

A citação de Ferreira nos sugere que a “novidade” do automóvel, por um lado, poderia demonstrar o desenvolvimento da economia da cidade, e até mesmo um avanço nas tecnologias, mas por outro, quando usado de “maneira inadequada”, entrava no rol das práticas vistas como degradantes para urbe. De fato, a cidade passava por inúmeras transformações, as quais sob vários aspectos matizavam a dinâmica social, porém, de maneiras degradantes para muitos. Convém lembrar que os fatos descritos por Orlando Ferreira se referem aos primeiros anos da década de 20 em Uberaba, mais precisamente até 1926, oportunidade que o mesmo concluiu a obra, período em que ainda estava em vigência o Código de Posturas de 1865.

Ao contrário dos anos finais do século XIX e início do XX, quando a maioria das evidências nos fazia crer que o lado “negativo da cidade” estava indissociavelmente ligado aos sujeitos despossuídas da urbe, agora, havia indícios contestando essa premissa e demonstrando que os membros das camadas mais

---

<sup>70</sup> Em 1919, foi fundado o Herd Book Zebu, com o objetivo de realizar o registro genealógico desse gado; tal organização reflete um cenário no qual os criadores locais vivenciavam um momento de união de forças e prosperidade, o que segundo Lopes e Rezende alcançaria seu apogeu entre os anos de 1930 e 1940. Ver: LOPES, Maria Antonieta Borges e Eliane Mendonça Marquês de Rezende – **História e Histórias**. São Paulo. Comdesenho, 2001. Ainda, já na década de 1920, os capitais acumulados com o zebu eram vultosos e permitiram aos representantes desse segmento a construção de palacetes, a melhoria das sedes na fazenda, e, possivelmente a aquisição da “novidade” dos automóveis.

<sup>71</sup> FERREIRA, Orlando. **Terra Madrasta (um povo infeliz)**. Typ. Do “Brasil Central. Uberaba. 1926.p.55.

abastadas, também poderiam comprometer a ordem na cidade. Se antes os desclassificados locais vagavam ou perambulavam a pé perturbando o sossego, nesse momento, além destes, havia os “*almofadinhas*” que percorriam de carro boa parte da urbe, promovendo arruaças em “conluio” com jogadores, bêbados, desocupados e prostitutas.

Nesse caminho, outro trecho de Terra Madrasta nos sugere que, por vezes, os membros das camadas proprietárias locais se envolviam em atividades nada salutares para o almejado progresso uberabense.

**Eu já denunciei publicamente, pela imprensa, um despudorado médico desta cidade, o qual, de longa data, vem exercendo o indecoroso comercio de morphina e cocaina e tem feito inumeras victimas. (...) a polícia conhece, mas hoje em dia só se preocupa seriamente com as perseguições pessoais e com as secções eleitorais (...) O médico que denunciei publicamente não se defendeu, não foi procurado pela polícia, é o typo mais asqueroso e immundo que vive em Uberaba: ébrio habitual, cocainomaco, sem clínica, atrasadíssimo, mantém um rendez-vous numa rua central onde explora o comércio infame, onde recebe meretrizes que alli iniciam e satisfazem o vício terrível da toxicomania (...) <sup>72</sup>**  
(grifos meus)

De acordo com o arcabouço ideológico partilhado pelo autor, o mesmo imputa aqueles sujeitos vinculados ao vício e a prostituição um status de total inferioridade, alcunhando o meretrício como sendo um comércio infame. Assim, a partir das análises empreendidas e discutidas até o momento, podemos constatar a existência de uma “*tríade do mal*” que congregava o alcoolismo, o jogo e a prostituição, sendo que, subjacente a ela pairavam a vadiagem, o roubo entre outros, ou seja: aspectos tidos como empecilhos a consecução de uma cidade ordenada, limpa e progressista. De qualquer forma, é possível afirmar que as práticas aparentemente depreciadas pelos setores dominantes e, muitas vezes também por alguns órgãos de imprensa, não eram exclusivas dos indivíduos que faziam parte das classes despossuídas da cidade.

Outro fato de relevo é a alusão de que o comércio de entorpecentes ocorria conjuntamente ao meretrício e o “*pio*”: numa rua da parte central da cidade, concomitantemente ao jogo e ao vício.

Nesta senda, não é de balde pensar que existia, em determinadas situações, certa convivência e, por vezes, a participação e o envolvimento direto de representantes

---

<sup>72</sup> FERREIRA, Orlando. **Terra Madrasta (um povo infeliz)**. Typ. Do “Brasil Central. Uberaba. 1926.p.66

do poder público com os elementos “nocivos” para urbe, mormente se levarmos em consideração alguns apontamentos de Ferreira.

**Os jogos proibidos e todos os vícios condenados sustentam entre nós um exército de desocupados e de criminosos de toda espécie (...) os nossos politiqueros os protegem abertamente, escandalosamente (...) esses antros malditos são fontes de brigas, de discussões, de orgias e de constantes desordens. (...) A sociedade, pois nada tem a lucrar com o jogo e, no entanto os politiqueros perversos e mesquinhos e as autoridades policiais, todos insensíveis e atacados de lepra moral, nada enxergam e cosentem o mal (...) Aqui o jogador profissional e tão considerado, que até faz parte do diretório político (...) e estas casas estão por ahi abertas em quasi todas as ruas centraes (...) Um escândalo! Uma ignomínia!** <sup>73</sup> (grifos meus)

Novamente Orlando Ferreira destila uma ácida crítica desnudando outras facetas da cidade e pondo a mostra um universo até então ocultado por memorialistas, imprensa e historiografia. Na visão do autor, Uberaba era de fato uma “*Terra Madrasta*”, e ao que tudo indica pela leitura de sua obra, essa terrível condição ainda perduraria por muito tempo, pois as próprias autoridades eram coniventes com a “alarmante” situação.

Para continuar perseguindo os “sujeitos invisíveis” na cidade foi preciso atentar para os diferentes indícios que nos remetiam as “práticas aviltantes” vivenciadas na urbe, para tanto, analisamos dois levantamentos sobre a Rua São Miguel, que como já alertamos no primeiro capítulo, abrigava o exercício da prostituição. Um desses levantamentos data de 1923 e outro de 1932, o primeiro levado a êxito por Orlando Ferreira, e o segundo, realizado no mandato do Prefeito Municipal Guilherme Ferreira, no ano de 1932. Estes dados nos ajudam a perceber a constituição de um território na cidade em que o meretrício ocorria sem uma vigília mais rigorosa por parte das autoridades municipais.

Tais informações nos mostram que nesse logradouro predominavam as Pensões; locais em que na cidade, poderia ocorrer à prática da prostituição. Outro ponto relevante é que essas Pensões possuíam, como característica comum, o fato de serem governadas por proprietárias e/ou locatárias. Pelo levantamento de Orlando Ferreira, no ano de 1923, das 29 residências, em 16 delas, as mulheres figuravam

---

<sup>73</sup> Idem. p.151.

como responsáveis, indício este que ajuda a caracterizar o exercício da prostituição, uma vez que no país, não é incomum a manutenção de bordéis por cafetinas.



A imagem<sup>74</sup> acima, foi reproduzida do livro *Terra Madra* de Orlando Ferreira, sendo que a legenda (*Rua S. Miguel central. É o famoso "Bacholerê", lugar dos bordéis. Syphilis, capim, buraqueira, imundície, prédios velhos, póstes tortos...*) é também de sua autoria. Contudo não há informação sobre o período exato em que foi tirada a fotografia, porém segundo as indicações de Ferreira, entre 1902 a 1922.

De qualquer modo, era esse o espaço em que proliferavam as "*Pensões Alegres*", localizado numa região central, um território com características próprias em que o uso dos espaços era destinado prioritariamente às práticas relacionadas ao meretrício, o qual na visão do Ferreira, também era lugar da temível sífilis, entretanto, ao que indica a imagem, abandonado a própria sorte, esburacado e com mato.

Já em 1932, de acordo com os dados da Prefeitura, na Rua São Miguel havia 11 Pensões, num total de 27 prédios. Interessante notar que em regra, nesse levantamento, para cada logradouro cadastrado encontrava-se a descrição dos tipos de

<sup>74</sup> Idem.p..36

atividades realizadas, entretentes, causou-nos certo espanto o fato de que, particularmente sobre a citada via, nada constava a esse respeito. Ou seja, não havia informações relativas aos tipos de atividades e/ou profissões existentes naquele espaço, conforme se nota na transcrição abaixo:

RESUMO - Bairro: **Parte Central Rua: Rua São Miguel** - Faltas de guia: uma (1) – Numero de predios de aluguel: 20 – Numero de predios não de aluguel: 7 - **Numero total de predios: 27**  
INDUSTRIA - Nº de fabricas ----- Nº de oficinas -----  
COMERCIO - Numero de casas comerciais ----- Secos, molhados, latarias, etc ----- Fazendas, armarinhos, etc -----  
 --- PROFISSOES LIBERAIS - Medicos - Engenheiros – Advogados  
 – Protético OUTRAS PROFISSÕES----- -  
OBSERVAÇÕES: Número de pensões: 11<sup>75</sup> (grifos meus)

Desse modo, notamos que permeava um preconceito com relação aos grupos sociais envolvidos nas atividades consideradas mundanas. Portanto, não seria de bom tom ressaltar num Relatório Municipal oficial, a existência de tais práticas na cidade e, principalmente numa região que fazia parte, ao menos geograficamente, de uma zona considerada central. Ao deixar em branco propositadamente os espaços relativos a outras profissões, entendemos que as atividades exercidas naquele local não se ajustavam de maneira alguma ao universo do trabalho, ou ainda a atividades que pudessem ser consideradas como produtivas do ponto de vista das relações capitalistas.

Ao assinalar no tópico de observações o número de pensões ali existentes, a autoridade responsável pela composição do Relatório, “dava uma dica” do que lá se passava. Depreende-se portanto, que a maioria dos moradores, incluindo o Prefeito Guilherme Ferreira, tinha conhecimento de que “*Bacolerê*” era a designação dada a Rua São Miguel, ou seja, o território onde era comum a prostituição na cidade.

Neste sentido, uma das particularidades que denotava a existência de tal prática nessa região era a quantidade de pensões<sup>76</sup> ali situadas, conforme nos demonstra a “sutil” descrição no levantamento citado. Mesmo porque, como já alertava Ferreira, a

<sup>75</sup> Relatório da Prefeitura Municipal de Uberaba. Secretaria de Planejamento. Resumo. Rua São Miguel.1932. Disponível no Arquivo Público de Uberaba.

<sup>76</sup> Ao destacar que as pensões eram os principais lugares onde ocorria, entre outras atividades, a prostituição, ressaltamos que esse termo não deve ser sempre pensado como um local onde necessariamente ocorra tal prática. Porém, por não ser incomum essa vinculação, os anúncios de pensões observados nos diversos jornais pesquisados, na grande maioria dos casos, procurava distingui-las deixando claro o tipo de estabelecimento e de negócio que lá se processava, reforçando sempre o seu caráter familiar.

Rua São Miguel abrigava o “*famoso Bacholerê*”. Mesmo visando produzir um relatório “neutro” e “estéril”, o Poder Público demonstrava o seu posicionamento frente as práticas relacionadas a prostituição em Uberaba, qual seja, o de supostamente ignorar sua ocorrência uma vez que a mesma não se enquadrava nos ideais de trabalho e modernidade propugnados pelo setor.

Perpassava a cidade o desejo de instituir uma moralização acerca dos usos dos espaços urbanos, sobretudo aqueles nas proximidades da zona central. Nesta senda, ao buscar outras fontes para problematizar tais questões, verificamos junto ao periódico Lavoura e Comércio a Coluna “*Boca do Povo*”. Criada dois anos após a implantação das Posturas de 1927, constitui-se como um instrumento que tinha entre outros, o intuito não de externar os anseios das classes populares uberabenses, mas antes, atuar no sentido de moralizar a urbe demonstrando por meio das supostas reclamações populares, os modos de vida aceitáveis e adequados para a cidade moderna que se propunham construir.

Numa das reclamações externadas nessa coluna, observamos o temor dos “cidadãos de bem” com a impudência de alguns casais que se encontravam na Praça da Gameleira, ao lado da Rua Artur Machado.

O jardim da praça da Gamelleira está necessitando de moralização Os moradores da praça da Gameleira querem que o sr. dr. delegado regional mande proceder energico policiamento naquelle logradouro publico, onde, desde as primeiras horas da noite, se registram scenas que attentam grandemente contra a moral. Nos bancos do jardim ficam casaes que, por vezes, se esquecem de que estão em um lugar publico e fazem cousas que escandalizam todos quantos assistem a essas scenas de transporte amoroso. Transmitindo á delegacia regional a reclamação dos moradores da praça da Gamelleira, esperamos que a providencia solicitada não tarde em ser posta em pratica.<sup>77</sup>

Ao que nos indica o diálogo com as evidências, os “atentados a moral e aos bons costumes” não eram de todo incomuns na cidade; e as praças, eram um dos locais preferidos para tais “desplantes”, nesse caminho, essas práticas acabaram sendo alvo de indignação por meio da Boca do Povo:

**A policia precisa dar uma batida, tardes horas da noite, no jardim da praça Afonso Pena. Inumeras familias residentes á praça Afonso Pena, nesta cidade, mandaram pedir ao “Lavoura e Comercio” para publicar uma reclamação, dirigida especialmente á delegacia**

<sup>77</sup> Jornal Lavoura e Comércio. Coluna Boca do Povo. 21.03.1930.p.02.

**de policia local, contra os inominaveis abusos** de que está sendo cenario a praça Afonso Pena.[Atual Rui Barbosa] Naquele jardim,(...) ás primeiras horas da noite **juntam-se os pares amorosos e por ali ficam em cenas praticas que atentam contra a moral da visinhança** Alguns pares vão ao desplante de fazer as suas **expansões amorosas até mesmo durante o dia.** Nestes ultimos tempos, no carnaval, então, **a cousa chegou a um termo tal que está exigindo uma medida policial repressiva.** Ai fica a reclamação solicitada.<sup>78</sup> (grifos meus)

[Ou ainda]:

O jardim da **praça Ruy Barbosa. Tardes horas da noite, é um perigo.**

– Vieram nos contar que o jardim da praça Ruy Barbosa, às horas tardias da noite, está se transformando em um verdadeiro jardim callypteio. Ficam por ali, batendo umas coxinhas á tóa, rindo alto, vozeirando alto e pertubando a serenidade das palmeiras que de noite fazem a digestão da seiva sugada durante o dia... **O que se passa ali, dizem os nossos informantes, não é de molde a agradar. Ha cousas torpes... cousas infames e altamente amoraes...**

Fica, aqui, a reclamação **ao sr. dr. delegado regional, afim de que elle mande um guarda tomar a logradouro publico.**

Imprescindível destacar que, segundo os redatores do jornal, as solicitações advinham dos moradores, os quais inconformados com a “degradante” situação encaminhavam suas queixas com o intuito de colocarem fim às “práticas indecorosas” nos espaços públicos. Mas nesse momento, na cidade de Uberaba, quais seriam as pessoas que teriam o status de moradores, a quem se referia o jornalista? Para endereçar as críticas e para “conferir” se de fato as mesmas seriam publicadas, os moradores, necessariamente deveriam ser alfabetizados, condição restrita a boa parte da população; portanto, os sujeitos reclamantes eram, em sua maioria, ligados aos setores proprietários da localidade, os quais poderiam ter tido oportunidade de cursarem escolas e/ou faculdades.

Outro ponto de relevo, é que nos casos citados, a solução viria apenas com a utilização do aparato policial, reprimindo - *de forma enérgica* – as pessoas que faziam usos “condenáveis” dos espaços da urbe. Tais manifestações reforçam o suposto de que havia uma grande preocupação em ordenar a cidade, colocando limites e designando funções para os cidadãos.

Nesse sentido, uma utilização diversa do previsto, poderia acarretar desde reclamações na imprensa até o enquadramento em sanções legais, relativas ao Código

---

<sup>78</sup> Jornal Lavoura e Comércio. Coluna Boca do Povo. 22.03.1933.p.04.

de Posturas de 1927, o qual previa que *Aquele que nas ruas praças e outros lugares públicos proferir palavras obscenas ou for encontrado na pratica de atos offensivos a moral e aos bons costumes incorrerá na multa (...) <sup>79</sup>*.

Deduz-se então, que as solicitações de providências publicadas nos jornais Lavoura e Comércio estavam respaldadas na lei que previa punições para esse tipo de prática delituosa. Nestes termos, convém pensar que o jornal ao veicular essas reivindicações, estava se posicionando socialmente de forma a auxiliar na formatação de uma cidade livre das práticas “imorais” protagonizadas por diversos sujeitos<sup>80</sup>, nos seus inúmeros espaços.

Problematizando os “usos permitidos” nos espaços públicos, bem como, constituição de uma cidade ancorada nos ideais do mundo do trabalho, encontramos na seção Boca do Povo, uma reclamação que tangenciava esse universo:

AS SERENATAS DA RUA MARECHAL DEODORO ESTÃO PERTUBANDO O SOCEGO PUBLICO.

Os moradores de diversas ruas do alto de S. Benedicto, nesta cidade, notadamente os da rua Marechal Deodoro, estão estomagadisissimos com as serenatas que todas as noites um grupo de desocupados leva a efeito naquelle suburbio de Uberaba. Queixam-se que é uma cantoria, toda santa noite, acompanhada dos instrumentos mais extravagantes, prolongando-se até de manhã, sem dar um momento de socego á visinhança. Querem uma providencia policial energica e rapida, que ponha termo ao abuso e permita ao pessoal que trabalha, desfructar do repouso nocturno a que tem direito. <sup>81</sup>

Cumpre-nos reforçar mais uma vez, que a reclamação segundo o Jornal, era oriunda dos “moradores”. Aliás, não eram apenas meros moradores, mas de acordo com o jornalista, honestos trabalhadores, que fatigados da labuta quotidiana, não poderiam usufruir seus merecidos momentos de descanso, porquanto eram incomodados por “*desocupados*”, que não possuíam a mesma preocupação com horários. Era, então, preciso coibir as práticas reprováveis desses indivíduos que, com seus modos de vida impróprios, destoavam da cidade ordenada, progressista que se pretendia constituir.

<sup>79</sup> Código de Posturas do Município de Uberaba. 1927. p. 123

<sup>80</sup> Cabe lembrar, que as pessoas de classes proprietárias também se envolviam com o universo dos jogos, bebida e prostituição na localidade. Contudo, sua participação nesses espaços foi estrategicamente ocultada, de modo que as práticas consideradas incompatíveis com a Uberaba moderna, fossem atribuídas apenas aos sujeitos sociais dos setores populares da urbe.

<sup>81</sup> Jornal Lavoura e Comércio Coluna Boca do Povo. 22.03.1930 p. 2.

Conforme constatamos, havia uma preocupação em ordenar o espaço urbano, conferindo as vias públicas um sentido útil, destinado a circulação e não ao ócio. Por outro lado, na tentativa de sobreviverem, muitos indivíduos possuíam ocupações que nesse momento, não eram condizentes com a moderna Uberaba e, por isso, deveriam ser combatidas e extirpadas, do contrário vejamos:

Os portadores de volumes e os passeios de Uberaba - **Voltam a insistir, pedindo ao “Lavoura” que reitere publicações instando com o sr. prefeito do município de Uberaba, para que providencie afim de que os portadores de volumes, de taboleiros, de bandeijas, de cestas, de balaies e de caixas, não transitem pelos passeios das ruas centraes, embaraçando os transeuntes. Alegam que em toda a cidade civilisada é terminantemente proibida essa pratica** e que Uberaba, que absolutamente não pode ser qualificada de cidade sertaneja, tolera esse absurdo que lhe diminue os fóros de civilisação, aos olhos dos que visitam e têm necessidade de andar nas calçadas da rua do Commercio notadamente. Ahi fica a reclamação solicitada.<sup>82</sup>(grifos meus)

Com efeito, o posicionamento desses personagens remetia ao atraso colonial que se desejava suplantar, neste sentido, o ideal de trabalho propugnado pelos grupos de poder local não abarcava a venda de quitandas, ervas e demais atividades “*no taboleiro*”, as quais atrapalhavam o trânsito e o comércio formal caracterizando a cidade como “*serteneja*” aos olhos dos visitantes.

Importante ressaltar que pelo censo de 1920, em toda área do município, contando com os distritos de Veríssimo, Campo Formoso e Conceição das Alagoas, existiam 59.807 habitantes, já, se levado em conta apenas a cidade Uberaba, esse número se reduz para 40.539, contudo, boa parte não ocupava a área urbana. De qualquer forma, era um número expressivo que denotava um considerável movimento que deveria ser controlado, do contrário vejamos:

**A POLICIA PRECISA FISCALIZAR A SAHIDA DAS SESSÕES CINEMATOGRAFICAS - A sahida das sessões dos cinemas de Uberaba esta necessitando de um reparo policial. Os espetadores sahem e se agglomeram em frente á porta, olhando o pessoal que vem sahindo, e ali ficam impedindo o transito dos demais. (...)Querem, então, que o sr. cap. Reynaldo Oscar de Almeida determine á guarda civil uma especie de “circulez”, que evite esse aspecto nada lisongeiro para os nossos foros de cidade civilisada.**<sup>83</sup>  
(grifos meus)

<sup>82</sup> Jornal Lavoura e Comércio. Coluna Boca do Povo. 11.09.1931. p.02

<sup>83</sup> Jornal Lavoura e Comércio. Coluna Boca do Povo 14.05.1930. p.02

[E mais:]

**Dentro e fóra no Capitólio<sup>84</sup>. A policia precisa se fazer sentir - O Capitólio é um teatro novo, bonito e situado num magnifico ponto da cidade. E' de aspecto severo e elegante. (...) Dentro d'elle, porém, alguns mocinhos que não tomaram aquelle tão lembrado chá em pequeno, desmancham por completo o aspecto externo, sizudo e elegante daquelle cinema. (...) A policia fica esta reclamação enderaçada. Aliás, é a primeira parte de uma reclamação. Tem mais. E' o seguinte: **Fóra do Capitólio, agglomera-se um mundo de garotos desoccupados, de vendedores, de tableiros**, de gente, enfim, que impede a livre sahida dos espectadores, quando a sessão cinematographica se acaba. **Além desse inconveniente, há, ainda, a ser posto em relevo o desagradabilissimo aspecto que apresenta aquella casa de diversões, com uma verdadeira feira aboletada em sua entrada. Parece mais um circo em um logarejo remoto do sertão. E o barulho, e o berreiro daquela agglomeração! E' um horror... Sahe cada cousa ali, capaz de fazer corar um copo de sorvete de creme... Com vistas ao sr. dr. Francisco de Andrade Mello, energico delegado regional, para corrigir as anormalidades do Capitólio.**<sup>85</sup>(grifos meus)**

Na imagem<sup>86</sup> abaixo, temos a saída de uma sessão no Cine Teatro São Luiz<sup>87</sup>, localizado na Praça Rui Barbosa. A edificação possuía uma bela arquitetura e encontrava-se na região nobre da cidade. Existia de fato uma grande movimentação à porta do cinema com várias pessoas, inclusive, ao que parece, um chofer de praça. Havia algumas crianças no local, todavia não foi possível verificar a presença dos desagradáveis vendedores de tabuleiros, tampouco alguma mulher com vestimentas inadequadas<sup>88</sup>.

<sup>84</sup> O cine teatro Capitólio foi inaugurado em 1925, pela firma Damiani, Bossini & Cia, se localizava na Praça Comendador Quintino. Posteriormente passou a chamar-se Cine Royal.

<sup>85</sup> Jornal Lavoura e Comércio. Coluna Boca do Povo 27.07.1929. p.03

<sup>86</sup> Fotografia do Cine Teatro São Luiz na década de 1930. Disponível no Arquivo Público Municipal.

<sup>87</sup> O Cine São Luiz foi criado em 1864, funcionando à essa época apenas como teatro. Em 1903 foi reconstruído, a mando do Agente Executivo Antero Ferreira. Mais adiante em 1926, curiosamente durante o mandato do Cel. Geraldino Rodrigues da Cunha, (1924/1927) foi concedido o terreno onde o mesmo funcionava, para Orlando Rodrigues da Cunha e Olavo Rodrigues da Cunha, filho do Cel. Geraldino e futuro agente executivo de Uberaba (1927/1930) o novo Cine Teatro São Luiz que foi inaugurado em 30/05/1931.

<sup>88</sup> Ao vasculhar os exemplares do Jornal Lavoura e Comércio, observei que uma dos temas que pululavam nesse opúsculo, ligava-se as transformações assistidas no campo das vestimentas. A questão ligava-se a problemática dos diferentes usos dos corpos, que por sua vez encontra-se imbricada a moral e as formas de viver tidas como corretas ou incorretas, do contrário vejamos: *AS LOUCURAS DA MODA - As mulheres estão usando «colleiras» Exquisiteces. Fanfarronadas. A moda actual pretende dominar pelo ineditismo, pela originalidade, pela independencia bizarra de concepções(...). Não se cinge ás normalidades comesinhas da elegancia e não perde ensanchar de frizar no gesto, na palavra, nos costumes e na indumentaria, a rigorosa independencia de criterio que se creou, arbitrio que vas commumente á audacia e, não raro, á extravagancia. A mulher moderna encurtou as roupas até que os figurinos soassem a escandalo. (...) diminuiu, até certo ponto, a transparencia.(...) Agora, uma novidade surge em materia de adorno: a colleira do classico talho canino, com os botões e a peilaria decorativos.*



Novamente, percebemos que o encaminhamento correto para solucionar os periclitantes “problemas” mencionados seria a dura ação policial. Por outro lado, sem qualquer espanto, foi possível entender que a coluna “*Boca do Povo*”, - ao contrário do que apontava seu nome e o propósito descrito quando de sua criação – em momento algum demandou apelos provenientes das camadas populares. Se assim o fizesse, não teria acolhido as solicitações que implicavam na retirada dos vendedores

---

*Existe já em uso opulento stock de modelos – (...) E' mais uma audacia feminina a registrar. (...) Até que ponto levarão as rapazas modernas o pendão da sua audaciosa indumentaria.*”<sup>88</sup> Jornal Lavoura e Comércio 17.02.1927 p.04. A preocupação com a novidade nas indumentárias, prendia-se às novas práticas e ao posicionamento dos diversos sujeitos, sobretudo, das mulheres na sociedade. Longe de ser uma mera censura aos novos modelos de colares e ao comprimento dos figurinos, estava implícita a reprovação à possibilidade da adoção de um temeroso posicionamento das mulheres no meio social uberabense. Assim, referindo-nos as camadas populares, é razoável crer que esses indivíduos não possuíam meios de se vestir ou portarem de maneira “*chic*” ou elegante, estando fora dos padrões estéticos e de comportamento tidos como apropriados. Sob esse aspecto, a pesquisadora Barbosa, ao discutir sobre as regras de moda externadas nas revistas publicadas na cidade de Fortaleza no início do século XX, nos aponta que: “(...) *Essa observação sobre o corpo feminino sinaliza a existência de uma preocupação com uma prática de exibição do corpo e sua relação com uma outra prática a de controle dessa exibição. (...) A fala sobre os ideais de elegância, beleza, o frenesi da moda são uma contrapartida à ausência desses valores entre os despossuídos. As poses baratas representam as diferenças que, não só a nível do discurso, mas da prática foram construindo e delimitando o pertencimento dos valores, das atitudes, dos gestos, das palavras, de acordo também com os locais.*” Partindo dessa perspectiva podemos pensar que em Uberaba, buscava-se não apenas “barrar” a moda de roupas transparentes, curtas ou extravagantes, mas, construir um consenso entre as “mulheres de bem” sobre o que seria “*chic*” e permitido. Instaurava-se por meio da estética, uma distinção social delimitadora, formando barreiras simbólicas, instituindo o conveniente uso dos corpos, das formas de se vestir e comportar na cidade; logo, os sujeitos que não se enquadravam nesses quesitos eram alvo de reprovação.

de tabuleiro das vias públicas, uma vez que, esses de fato eram originários das camadas pobres da cidade e encontravam nessa atividade o seu parco sustento.

As disputas pelos usos de determinados espaços na urbe era nítida, porquanto, os membros das camadas médias e altas de Uberaba estavam demarcando seus territórios definindo os usos, sujeitos e práticas aceitáveis para cada um desses lugares. Logo, o cine Capitólio deveria ser caracterizado pela presença de pessoas finas, *chics* e elegantes, que de fato saberiam apreciar um bom filme e se portarem adequadamente no “*sizudo*” cinema. Ou seja, era preciso delimitar claramente que certos divertimentos eram públicos, porém, apenas para aqueles sujeitos talhados para o desfrutarem. Era inconcebível a intromissão dentro e fora do cinema de certos indivíduos que não se encaixavam nesses requisitos.

O “deplorável espetáculo” assistido quando do término das sessões, poderia levar o visitante a pensar que a cidade não era civilizada, pois lembrava um lugarejo qualquer, algo que não condizia com o status defendido pelas elites locais. Ainda neste sentido, é bom observar que a *Coluna Boca do Povo*, gestada dois anos após o Código de Postura de 1927, auxiliava na formatação da cidade, pondo-se vigilante a qualquer transgressão.

A solicitação para dar fim às aglomerações na porta do cinema, bem como aos vendedores de tabuleiro e demais indivíduos portadores de embrulhos que “embaraçavam os transeuntes” e prejudicavam o comércio, encontrava guarida nas Posturas de 1927, pois havia ali uma anormalidade, ou seja, algo que fugia à norma, pois de acordo com o artigo 454: *Aquele que transitar pelo passeio das ruas carregando objectos volumosos, incorrerá na multa de 20\$000.*<sup>89</sup>

De fato, havia a intenção de direcionar a utilização das vias públicas para a circulação, o que implicava em diversas alterações nas estruturas dos imóveis e, mormente, dos hábitos dos cidadãos, do contrário vejamos:

Art. 448. É prohibido collocar quaesquer objectos do lado de fora das portas, bem como pendurá-los exteriormente; ter limpa-pés fixos nos batentes das portas que dão para rua, collocar nas janellas, rotullas, grades ou venezianas que abram para fóra de modo a dificultar ou perturbar o trânsito público pelos passeios da rua. Os que conservarem pelas janellas vasos com flores, caixões e quaesquer objectos que possam cair á rua e offender os transeuntes,

---

<sup>89</sup> Código de Posturas do Município de Uberaba. 1927. p. 113

serão responsáveis pelos danos que causarem e sujeitos a multa de 50\$000.<sup>90</sup>

A lei era minuciosa, e abarcava inúmeros aspectos das formas de viver dos cidadãos uberabenses, portanto, as mudanças que pretendiam ser colocadas em prática tiveram grande resistência, pois afetavam diretamente hábitos e costumes de certo modo arraigados pelos indivíduos. Neste sentido, foi preciso uma articulação entre o poder público, as elites locais e a imprensa que por meio de artigos, matérias, propagandas, charges e pela *Boca do Povo*, produziam significados como forma de desqualificar determinados agentes históricos e práticas não “afinadas” à cidade ideal.

Por outro lado, ao analisar o cenário construído na imprensa local, identificamos que os temas referenciados se articulavam tendo como um dos focos principais a reafirmação da família e do trabalho enquanto salvaguardas da sociedade. A redoma doméstica protegia os membros da família das tentações do espaço público, onde somente o homem poderia transitar com fins específicos ligados ao mundo do trabalho, e, ainda assim, guardando vigília para não incorrer em práticas que pudessem contribuir para a derrocada da estrutura familiar.

Tal fato pode ser verificado ao pesquisar o Jornal *Lavoura e Comércio* e encontrar algumas reclamações atinentes ao universo do meretrício em Uberaba. A princípio, a primeira manifestação mais clara se fez num espaço destinado a notas policiais, no ano de 1927, como segue:

Pela policia - Casas de “rendez-vous” – Uso de toxicos e entorpecentes – A acção salvadora da 6ª delegacia auxiliar - **Uberaba não é uma cidade santa... Muito pelo contrario. E’ mesmo uma cidade sufficientemente diabolica**, onde se joga (jogava, aliás...), se bebe, se mata, etc.,(...). **Uberaba vae perdendo aquelle seu secular character de cidade – bazar destas vastas regiões, recebendo aqui innumerados carros de bois, com innumera camaradagem, com figuras raras, com typos especiaes**, (...) Uberaba, (...) hoje é diferente. Tem um cunho mais citadino, e mais local. O mal aqui, actualmente, perde aquellas fórmas sertanejas antigas, e se refina, se faz tambem moderno, e mesmo futurista... (...). **Ninguem acharia possivel que aqui houvesse mais uma profissão, e maravilhosa: vender entorpecentes. Ninguem acreditaria que aqui se explorasse uma outra infamia, muito commercialmente: as casas de alcovitice**, de cafetismo civilizado, as taes casas de «rendez-vous». (...)Em Uberaba, **por esses altos, por essas ruas afastadas, e mesmo não afastadas, existem casas de comadres ordinarias e crapulosas**, que se enfeitam surrateiramente de brios familiares, que

<sup>90</sup> Código de Posturas do Município de Uberaba. 1927. p. 109

**fingem negociar, ou exercer emfim qualquer actividade licita, mas que se incubem, e por preços modicos, de alliciar menores para a prostituição, de favorecer encontros amorosos adulteros, de concorrer para o desassocego das familias, etc.. Homens e mulheres vendem entorpecentes, e por preços fabulosos, a pobres decahidas arrazadas pelo vicio. (...)Localizado o meretrício, acabada a vadiagem, deportado ou collocados no trabalho os vadios, extinto o jogo – o que vae realizando a 6ª Delegacia Auxiliar – é o momento de se combater aquelles dois flagellos do nosso meio, encaminhando Uberaba para o trabalho e a paz, a familia, a religião. E é justamente o que vae levar a effeito o sr. dr. João Romeiro, combatendo sem treguas aquelles alludidos cancos da nossa sociedade. Já o dr. João Romeiro, numa feliz diligencia, prendeu e admoestou severamente a uma perigosa alcoviteira, contra a qual havia queixas. Os vendedores de cocaina já têm o seu rasto seguido, e devem, si não quizer ir para a cadeia, mudar de profissão. Não há como elogiar essas medidas da 6ª. Delegacia Auxiliar, e que aqui jámais foram postas em pratica, sendo por isso verdadeiramente salvadoras dos nossos destinos – porque **infelizmente é a mocidade sã a primeira victima desses males.**<sup>91</sup> (grifos meus)**

De acordo com o jornalista, a antiga Uberaba, empório do sertão, possuía características até certo ponto pitorescas, e mesmo os aspectos negativos eram mais “amenos”, todavia, com o crescimento outros males começaram a vicejar. No entanto, com a ação repressora da 6ª Delegacia, “*os flagelos*” uberabenses começariam a ser combatidos. E, neste sentido, a venda de tóxicos, a exploração da prostituição, o jogo e a vadiagem que, segundo o jornalista grassavam por diversas ruas, deveriam ser banidos da cidade. A “Princesa do Sertão” não poderia conceber em seus espaços sujeitos e práticas tão aviltantes, maculando sua imagem e impedindo a constituição de uma cidade desenvolvida pautada no trabalho, na família e na religião.

Por outro lado, cabe ressaltar que afora as reclamações na seção *Boca do Povo*, durante o período pesquisado, esse artigo foi a única alusão direta ao universo da prostituição na cidade veiculado pelo *Lavoura*, que como se vê, estava imbricado ao jogo e ao vício, ou seja: aos aspectos tidos como fatores preponderantes para a desordem na urbe. Tais práticas afetavam, segundo o cronista, a juventude sã, algo que os impediria de participar da cidade contribuindo com seus braços para o trabalho “justo e honesto”.

Forçoso lembrar que o artigo data de 1927, ano em que foi instituído o Código de Posturas. Percebe-se assim, que Uberaba vivenciava inúmeras transformações, depreende-se daí, a necessidade de congregar esforços para forjar a construção desta

---

<sup>91</sup> Jornal *Lavoura e Comércio* 09.11.1927. p.05

“nova” cidade harmoniosa, em que somente à alguns era dado o direito de usufruírem de tal condição. Para alcançar tal escopo, era imperiosa e legítima a ação saneadora da polícia, que cuidaria para extirpar os temíveis “cancros” tornando-os invisíveis na cidade e na memória.

Nesta senda, ao analisar a seção *Boca do Povo*, apreendemos que nesse espaço o universo do meretrício surgia de forma mais clara e era objeto de repúdio por parte de alguns “ilustres moradores” que demonstravam sua reprovação por meio de cartas endereçadas à citada seção. Outro ponto de destaque é a identificação de outros locais em que havia a presença dos agentes ligados a essa prática.

Interessante verificar que a primeira reclamação data de setembro de 1929, dois meses após a “inauguração” da citada seção, faz alusão às meretrizes que, se aproveitando da ausência da polícia, desassossejavam os moradores do Bairro Fabrício. Mais adiante, em 1934, identificamos outra reclamação que nos da conta de que nesse bairro residiam as recalcitrantes mulheres de “*vida airada*”, conforme segue:

**O pessoal residente no alto do Fabrício está pedindo um policiamento** mais energico naquella parte da cidade. Alega, que **existe por ali umas ‘taes’ ‘zinhas’ que prevalecendo-se da ausencia de patrulhas nas ruas, promovem um ‘sarceiro’ espantoso puchado a immoralidade.** A reclamação aqui fica endereçada a enérgico sr. Delegado Regional. <sup>92</sup>(grifos meus)

[E mais:]

Atentados á moralidade publica no alto do Fabricio **Inumeras pessoas residentes no alto do Fabrício**, na zona proxima á praça Aristides Borges, **pedem-nos publicuemos uma reclamação** endereçada ao sr. cel. Afonso Elias Prais **no sentido de ser mantido um rigoroso policiamento** daquela parte da cidade, **onde a todo momento são cometidos verdadeiros atentados á moralidade publica, por parte de mulheres da vida airada ali residentes.** A cousa chegou a um ponto, alegam os reclamantes, que **as familias moradoras nas vizinhanças, são forçadas a permanecer de portas e janelas fechadas, para que não sejam forçadas a espetaculos terriveis.**<sup>93</sup>

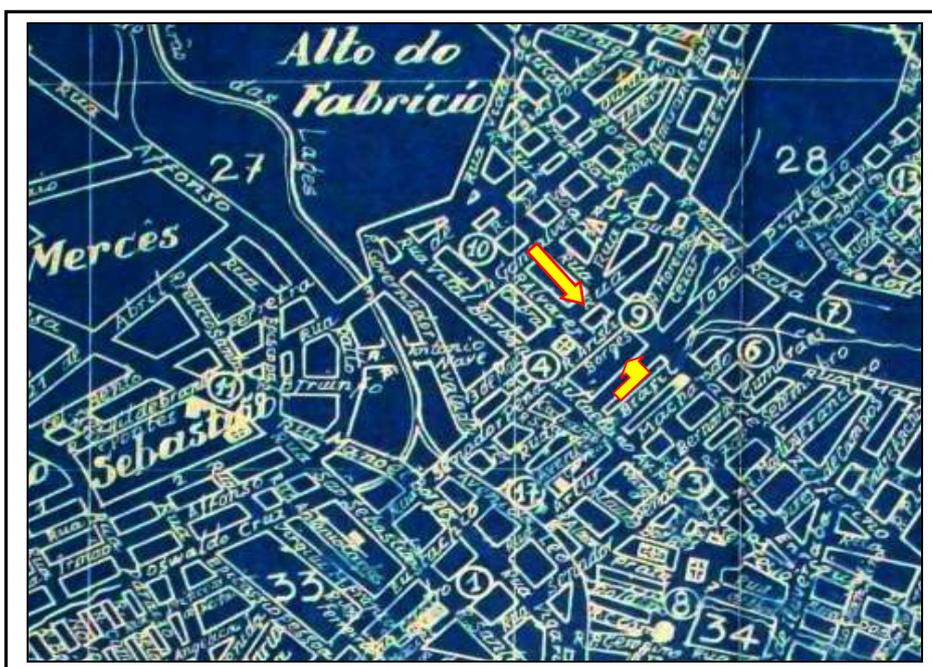
Ao que tudo indica cinco anos após a primeira reclamação as coisas ainda permaneciam sem muita alteração. Embora não mencionado no protesto de 1929, possivelmente tais fatos se davam já naquele período, porque naquela região residiam

<sup>92</sup> Jornal Lavoura e Comercio 12.09.1929 p.02

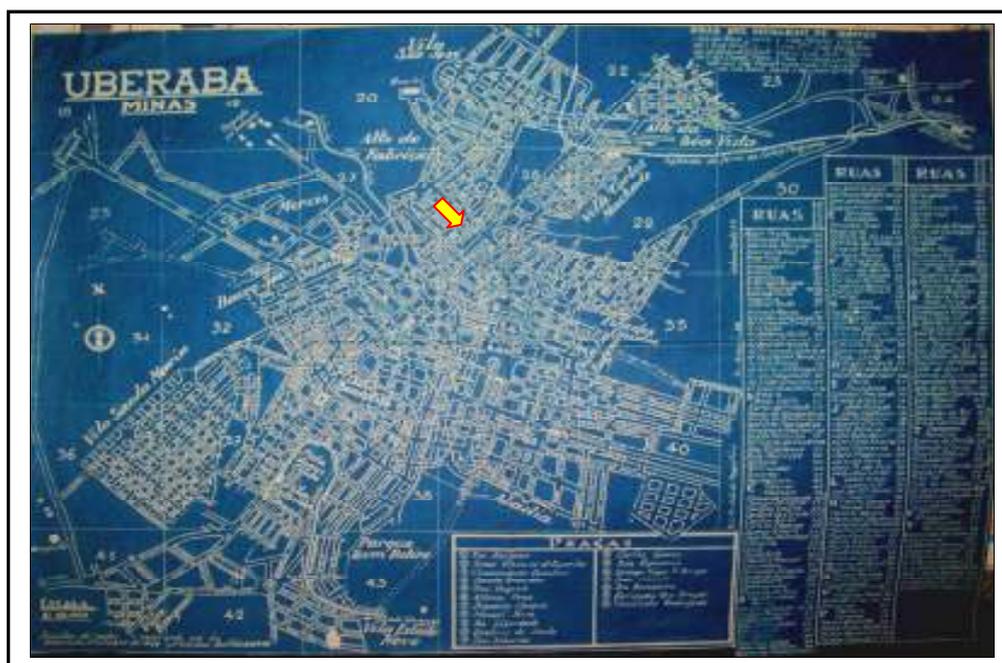
<sup>93</sup> Jornal Lavoura e Comercio 24.03.1934 p.02

algumas mulheres que praticavam o ofício da prostituição, e, talvez por lá existisse alguma “casa de encontros”. De qualquer modo, entendemos que a permanência dessas mulheres naquele território nos remete a uma disputa na qual as mesmas urdiam meios diversos ensejando seu estabelecimento naquele bairro.

Na Planta<sup>94</sup> datada de 1919, especialmente no recorte destacando o Bairro Fabrício, averiguamos que a Rua Aristides Borges situava-se entre as Praças Santa Terezinha (4) e Liberdade (9). Era o segundo logradouro acima da Artur Machado, ou seja, pertencia ainda a uma região central da cidade, conforme consta no Relatório do Prefeito Guilherme Ferreira, elaborado em 1932. Por esse Relatório, verificou-se que a via possuía apenas 21 habitações. Interessante perceber, é que as fontes nos indicam que a rua citada na Coluna *Boca do Povo*, ficava numa região entre duas praças, as quais possivelmente seriam os locais em que as mulheres de “vida fácil” estariam atuando visando conseguirem o seu sustento.



<sup>94</sup> Planta da Cidade de Uberaba de outubro de 1919. Disponível no Arquivo Público de Uberaba.



Por conseguinte, as “famílias de bem” não poderiam suportar a presença “inconveniente” daqueles sujeitos pródigos em praticar “imoralidades” e, que devido a tais abusos, não permitiam que os “verdadeiros cidadãos uberabenses” desfrutassem daquele espaço, sendo obrigados a ficarem confinados em casa com as janelas fechadas sob pena de assistirem aos “degradantes espetáculos”. Portanto, cabia as autoridades competentes cumprirem a lei e reordenarem aquele local colocando cada qual em seu lugar.

De acordo com as fontes analisadas, percebemos que desde 1929 o alto do Fabrício contava com a “desagradável” presença das “decaídas”. Não obstante, Já destacamos que o território até então conhecido em que ocorria o meretrício era a Rua São Miguel<sup>95</sup>, que na imagem abaixo aparece no ano de 1932 sofrendo uma reforma no calçamento.

<sup>95</sup> Aspecto da Rua São Miguel 1932. Disponível no Arquivo Público de Uberaba.



Entretanto, ao que nos indica outras evidências, tal prática estava se proliferando pela urbe nas ruas centrais, o que originava protestos veementes por parte das mães de família dos “legítimos uberabenses”:

#### A LOCALIZAÇÃO DO MERETRÍCIO

Recebemos, assignada por ‘Uma mãe de família’, uma longa carta fazendo considerações em torno da irradiação que está tendo o meretrício em Uberaba. A signatária dessa carta observa que o meretrício foi localizado, desde annos, na rua S. Miguel e que nestes últimos tempos, burlando a vigilância policial, tem se localizado nas ruas mais centraes, sem que uma unica providencia tenha sido tomada para evitar semelhante abuso. Estando em Uberaba, agora, um delegado regional (...) de fama de energico e integro, a signataria dessa carta quer que o ‘Lavoura’ dirija a elle um apello, afim de que o meretrício seja afastado das ruas do centro da cidade e mantido na rua S. Miguel. Ahi fica apello, endereçado ao sr. dr. delegado regional de Uberaba.<sup>96</sup>

[Seis dias após:]

O MERETRÍCIO, APEZAR DE LOCALISADO NA RUA S. MIGUEL, ESTÁ SE IRRADIANDO POR OUTRAS RUAS DE UBERABA O ‘Lavoura e Comercio’ recebeu uma carta, escripta com ótima calligraphia, de talhe evidentemente feminino, chamando a atenção das autoridades policiaes de Uberaba para os surtos de irradiação que na cidade esta tendo o meretrício. Com determinação de se localisar na rua S. Miguel, o meretrício esta burlando essa determinação, espalhando-se mesmo até as ruas

<sup>96</sup> Jornal Lavoura e Comércio 06.07.1930 p. 4.

**mais centraes. Nessa carta são pedidas providencias ás autoridades afim de que a atuação das mesmas não se restrinja unicamente ao ‘saneamento social da cidade e se estenda, com aplausos das famílias, ás esfera da prophylaxia moral, que também deve receber as visitas da polícia.’**Transmitindo esse pedido ao sr. dr. Gilberto Porto, digno delegado regional, esperamos que a s.s. tome a devida consideração o que pede essa carta recebida por esta redacção.

<sup>97</sup>

Na primeira publicação, a inconformada mãe de família relata que, mesmo com a vigilância policial, a prostituição encontrava meios de burlar a fiscalização e penetrar territórios em que essa atividade jamais poderia ter visibilidade. Por outro lado, defendia que o meretrício deveria continuar existindo, porém restrito ao seu território de origem, ou seja: a Rua São Miguel.

Posteriormente, o jornal publica uma nova reclamação, quase idêntica a anterior, porém, induz o leitor a entender que nessa oportunidade, seria uma nova carta de outra pessoa, e não a mesma “mãe de família”, conforme havia sido alcunhada a primeira missivista. Dessa feita, a redatora também seria uma mulher e, que com ótima caligrafia, fazia coro a anterior, solicitando ao enérgico delegado que procedesse ao saneamento social e moral da cidade.

Era preciso manter a ordem na urbe de modo que determinados sujeitos não afetassem o bom andamento da localidade com seus modos de vida “intoleráveis”. Contudo, é possível pensar que tais sujeitos poderiam ser “tolerados” porém, desde que confinados a certos espaços, obedecendo a regras e limites rígidos e claros, do contrário, concorreriam para a desestabilização da ordem na cidade e poderiam sofrer, desde reprimendas na imprensa, até punições mais severas como pena de prisão.

Se por um lado o meretrício deveria ficar circunscrito à Rua São Miguel, havia que cuidar para não cair em excessos que pudessem atrapalhar o “justo descanso das famílias uberabenses”, visto que qualquer transgressão mais acintosa era objeto de repressão.

#### **Uma pensão alegre... demais**

**Ontem, vieram a esta redação diversas pessoas queixar-se contra o excesso de liberdade de que está gosando a pensão alegre da rua S. Miguel, da propriedade de Conceição de tal. Nessa casa, durante o dia e principalmente á noite, as orgias se sucedem em crescente espanto, perturbando a tranquilidade publica e o sono das famílias. Ontem, a bacanal ali havida assumiu proporções revoltantes. Além da gritaria de tiros e outras coisas merecedoras da intervenção da policia, (...) E a gritaria alarmante (...) que atraiu a**

<sup>97</sup> Jornal Lavoura e Comércio 12.07.1930 p. 2.

**atenção de alguns policiais que praticaram o não de louvável saneamento social, levando uma das mais exaltadas e alcoolizadas para a cadeia. Isso não deve continuar, e para não continuar se faz mister uma urgente e severa medida do sr. dr. delegado de policia, auxiliar. Almansar Doile, no sentido de manter a ordem nos bordeis e pensões onde ela for alterada, fechando ate aqueles que não obedecem as suas providencias. A rua de S. Miguel e destinada ao refugio e localização do meretrício, isto, porém, não dá direito a que se transforme aquele logradouro publico num cenario imoralissimo e numa fonte de desordens constantes, perturbando a paz dos moradores na sua visinhança e ofendendo o decoro publico.**<sup>98</sup>(grifos meus)

O episódio, na ótica do redator do Lavoura, foi muito grave, resultando no deslocamento de “*diversas pessoas*” à sede do jornal. Deduz-se que nessa ocasião os limites aceitos para aquela região, - que abrigava os “*rendez-vous*” locais -, haviam sido ultrapassados, gerando tamanho descontentamento.

Desse modo, o “excesso de alegria” observado nas Pensões da Rua São Miguel, nos remete novamente a questão da necessidade do controle sob os usos dos corpos nos diferentes lugares de Uberaba. Essa vigília acerca de determinados comportamentos se pautava de acordo com os lugares e os tempos em que certas práticas ocorriam. Logo, causava indignação que as “orgias” que “costumeiramente” aconteciam no período noturno, naquela oportunidade estavam acontecendo à luz do dia chocando os moradores das imediações.

Outro ponto de relevância é a constatação de que novamente o vício estava associado à prática do meretrício, pois uma das mulheres mais exaltadas, segundo o jornalista em virtude do consumo de álcool, sofreu a restrição de sua liberdade sendo encaminhada para a cadeia local. Por outro lado, é importante pensar que, mais uma vez, não se mencionou por fim ao território do meretrício, mas, apenas “*manter a ordem*”, fechando somente aquelas pensões que, como a de Conceição, teria transgredido os parâmetros aceitáveis. O local seria o “refúgio”, ou seja, o “esconderijo”, das práticas “imorais” que ocorriam na urbe, devendo, como já destacamos, ali permanecer, porém sem perturbar os moradores, bem como ofender o decoro público, pois nesses casos, passariam a ser encarados como casos de polícia.

Isto posto cabe ponderar acerca dos sujeitos que tiveram sua invisibilidade construída. Nos registros da imprensa, dos memorialistas, e de boa parte da

---

<sup>98</sup> Jornal Lavoura e Comercio. 03.01.1933 p. 04

historiografia local, percebemos não só a ausência de determinados agentes, mas de uma série de práticas, as quais eram imputadas apenas aos indivíduos das classes despossuídas da cidade, e que seriam inerentes ao seu modo de vida. No diálogo com as evidências, foi possível entender que muitos membros das elites locais também se relacionavam e participavam de um universo em que pairavam as mesmas práticas condenadas pelos discursos progressistas e moralistas.

Destarte, se de um lado os grupos no poder alardeavam a constituição de uma cidade civilizada, assentada na defesa do mundo do trabalho, por outro, os próprios membros das camadas proprietárias de Uberaba, por vezes contribuíam para a “derrocada” desse projeto ao se envolverem com o jogo, o vício e a prostituição. Entrementes, por pertencerem aos grupos que exerceram a hegemonia na cidade, sua participação nesse universo foi estrategicamente ocultada.

Aos sujeitos despossuídos produziu-se uma invisibilidade na cena histórica, uma vez que lhes foram imputados atributos pejorativos relacionados às práticas indesejáveis para cidade. Logo, sua participação foi silenciada e restrita a um mundo de atraso e degradação. Contudo, os agentes pertencentes aos grupos no poder puderam figurar como personagens que contribuíram para compor a história da cidade, tendo seus nomes repetidos e grafados em logradouros públicos, sendo silenciadas apenas suas ações relativas à “*tríade do mal*” (o jogo, o vício e a prostituição). Na verdade, forjou-se uma memória social que denegria os modos de viver dos sujeitos desclassificados, vinculando-os a um conjunto de práticas as quais se imputavam aspectos negativos.

Percebemos ainda, que a elaboração do Código de Posturas de 1865, teve uma preocupação em ordenar a pequena vila que havia se transformado em cidade, atentando para a questão do contingente de escravos que posteriormente se veriam libertos, bem como dos indivíduos que vagavam pelas ruas promovendo desordens e se envolvendo com o jogo, a bebida e a prostituição, ou seja: intentava controlar determinados sujeitos e práticas incutindo-lhes o ideal do trabalho útil, ensejando dar ares de civilização à urbe.

Mais adiante, a norma de 1927, nos mostrava uma cidade em movimento, com variadas casas comerciais, alfaiatarias, confeitarias, modistas, cinemas, clubes, carros e pessoas, cenário, que urgia ser rigidamente normatizado nos moldes do progresso e de uma cultura associada ao padrão europeu da *Belle Époque*. Naquele momento, os ideais do trabalho estavam mais complexos, uma vez que a venda de quitandas, ervas,

ou as atividades ambulantes no “tabuleiro” não mais se enquadravam no mundo do trabalho, pois possuíam características que remetiam a um atraso colonial que se desejava superar.

De qualquer modo, foi possível acompanhar um processo social permeado por disputas pelo direito a participar e se posicionar na cidade. Embates que tinham como “protagonistas” uma série de indivíduos das camadas proprietárias locais, elaborando leis na esfera do poder político e se articulando à imprensa no sentido de legitimar sua hegemonia, produzindo significados e imputando atributos pejorativos aos agentes históricos que, no decorrer desse processo, vinham quotidianamente obstando a formatação da “cidade ideal”. Nesse sentido, a participação desses sujeitos na dinâmica social com seus modos de viver inadequados (vinculados o jogo, ao vício e a prostituição) deveria ser aniquilada, para que os “eleitos para a cidade” pudessem perpetuar suas memórias e histórias. Por outro lado, os primeiros, não obstante sua tenaz resistência, foram relegados, de certo modo, ao ostracismo histórico, ou seja: tornaram-se “*invisíveis*”, os quais busquei perseguir os rastros aguçando o olhar por entre as gelosias da cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de colocar um ponto final no texto ora redigido, não significa a conclusão desse trabalho, tampouco, encerra as perspectivas apontadas no diálogo junto às fontes pesquisadas bem como as possíveis discussões que essa pesquisa possa ter suscitado. Pelo contrário, ao propor focar a cidade e seus moradores por um viés diferente de uma série de trabalhos que foram produzidos durante muito tempo, busquei alimentar um diálogo com outros pesquisadores que tenham interesse em direcionar outros olhares sobre Uberaba, contribuindo, assim, para uma pluralização e, por conseguinte, democratização do conhecimento histórico da cidade.

Compete-nos, enquanto historiadores comprometidos com as questões sociais e políticas, a tarefa de tentar produzir outras memórias e histórias que possam se por o campo para disputar a hegemonia. Tendo em mente tais premissas, é que me aventurei em direcionar a atenção para os inúmeros sujeitos sociais que tiveram sua participação histórica omitida.

É preciso recordar que os grupos uberabenses no poder, concentraram sua atuação econômica nas lides relacionados à pecuária com ênfase no gado zebu, o que garantiu a esses sujeitos a manutenção de um capital que permitiu, inclusive, a “hereditariedade” não só dos dividendos, mas de seu poder hegemônico na cidade. Percebemos, também, que a predominância da pecuária e o acúmulo de capitais nas mãos de uma pequena elite não representou o estabelecimento da colimada cidade progressista que faria jus a alcunha de “Princesa do Sertão”, conforme alardeado pela imprensa local e nos registros da “história oficial” da cidade.

Como vimos, embora os discursos produzidos na imprensa intentassem forjar a constituição de uma imagem positiva da cidade, a realidade social vivenciada estava longe de tais representações. Pela urbe, transitavam inúmeros agentes históricos que, na visão dos grupos dominantes maculavam o espaço urbano com seus modos de vida “inapropriados”. Nesse sentido, convém lembrar o que nos indica Maciel sobre a imprensa que:

(...) assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõem em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articula segundo

a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa.<sup>99</sup>

Compreendemos que as narrativas elaboradas pela imprensa local se articulavam aos Códigos de Posturas da cidade e, desse modo, interferiam na dinâmica social protagonizando uma série de disputas que, entre outros aspectos, visavam a constituição “adequada” dos espaços urbanos as quais se chocavam frontalmente com diferentes modos de viver dos diferentes sujeitos históricos.

Num primeiro momento, ainda em meados do século XIX, a parcela de negros na condição de escravos ou libertos, bem como demais sujeitos que “vagassem” pela urbe, envolvendo-se com o universo dos jogos, bebida e prostituição, foram objetos de repressão por parte do poder público que concebeu a norma visando, “preparar” a cidade, para o seu suposto “próspero” futuro. Atentava-se ainda para a questão das áreas centrais valorizando-as e instituindo um padrão estético e, por conseguinte social, extirpando ainda, uma série de práticas que pudessem remeter ao universo rural, tais como a criação de porcos e cabras nas ruas do município.

Aliado a essas ações municipais, os almanaques uberabenses produziam e divulgavam a imagem de uma cidade dinâmica e dotada de serviços e comércio diversificado, além da organização de novos espaços de sociabilidades relacionadas às classes proprietárias locais.

No final da década de 1920, as posturas implementadas pelo poder público demonstravam que os legisladores ainda estavam atentos no que se refere aos usos dos espaços públicos, uma vez que proibiam desde a venda de produtos no tabuleiro, a prática da “prostituição com atos de escândalo”. Importante lembrar que, novamente, a imprensa local, por meio de artigos, matérias, charges, ou pela “Boca do Povo”, auxiliava na produção de sentidos que remontavam aos anseios de uma cidade desenvolvida, higiênica e moderna, corroborando ou desqualificando determinados modos de vidas.

Percebe-se que a cidade aparece como um campo de luta permeada por diferentes forças que se opõem. Ao mesmo tempo em que os grupos no poder visam legitimar sua hegemonia e organizar a sociedade com base em seus projetos; sujeitos comuns, quotidianamente, forjam inusitadas estratégias de resistência e insubordinação.

---

<sup>99</sup> MACIEL, Laura Antunes. **Produzindo Notícias e Histórias: Algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920.** In: Muitas Memórias outras Histórias. São Paulo: Olho d'água. 2004.p.15

Ou, dito de outro modo: Se a dominação permeia o conjunto da vida social, a resistência está aí igualmente presente, não apenas de forma organizada, mas também de formas ‘surdas’, ‘implícitas’.<sup>100</sup>

Se “o acontecer histórico é construído pelos sujeitos históricos em luta”<sup>101</sup> e, se as indagações do presente, é que nos instigam a problematizar o passado de forma a perceber as tensões e conflitos vivenciados pelos diferentes agentes sociais, faz-se necessário, nesse momento, não perder de vista que os mecanismos de dominação também são reelaborados em conformidade as diversas conjunturas apresentadas.

No final do processo de escrita deste trabalho, por uma “coincidência”<sup>102</sup>, deparei-me com uma matéria que aludia sobre “Domingo Musical”, evento organizado no entorno do Mercado Municipal, o qual nas manhãs desse dia, oferecia atrações artísticas variadas de forma gratuita para população. De acordo com a jornalista Geórgia Santos, o acontecimento divide opiniões de moradores das proximidades e comerciantes do Mercado. Alguns defendem; outros, repelem a iniciativa que estava suspensa, mas, de acordo com a Fundação Cultural local voltaria em breve.

No início da matéria, a repórter narra que Uberaba possui muitos pontos turísticos e que o Mercado Municipal é um desses, pois oferece uma variedade de produtos, como doces, verduras, pastéis, carne e artesanatos; estando o local cheio de visitantes e uberabenses. Mais a frente, reforça o argumento dizendo que: *O Mercado se tornou um cartão de visita uberabense. Visitantes que passam pela cidade não deixam de comprar um doce, um queijo ou apreciar o famoso pastel do Mercado.*<sup>103</sup>

Partindo dessa perspectiva, de que o lugar tem grande visibilidade e é um ponto turístico de referência, a jornalista insere o depoimento de uma comerciante que corrobora o sentido de que o Mercado, por essas características, não pode ser “mal freqüentado”:

Pra falar a verdade, **de cultura isso não tem nada, são pessoas embriagadas fazendo a maior baderna. Mulheres sem compostura** que usam as ruas como banheiro. **O Mercado não é local de festejos**

---

<sup>100</sup> VIEIRA, Maria do Pilar Araújo e outras. **A pesquisa em História**. São Paulo: tica. 4º Edição. 2006.p.8

<sup>101</sup> Idem. p.67.

<sup>102</sup> No dia 12 de junho do corrente, ao dirigir-me para o ponto de ônibus localizado na avenida Leopoldino de Oliveira (centro da cidade), passei defronte ao escritório do Jornal de Uberaba. Neste local, à porta, é exibida a capa do citado opúsculo, foi nessa oportunidade que pude ler a manchete que chamou-me a atenção: “*Permissionários estão apreensivos com anúncio da volta do ‘Domingo Musical’ no Mercado*”.

<sup>103</sup> Jornal de Uberaba. 12/07/2009. p.3

e sim de comercialização. **Esta situação inibe meus clientes**", ressalta a comerciante Leda Maria Verdu.<sup>104</sup> (grifos meus)

Ainda nesse sentido, a jornalista, sem citar a fonte da informação (se é que ela existiu) argumenta da seguinte maneira: "Há quem diga ainda que o local está servindo como ponto de prostituição e já até sumiram objetos da prateleira."<sup>105</sup> Do modo como a matéria foi construída, temos a nítida impressão de que o jornal tem um conceito similar ao dos moradores e comerciantes descontentes.

Ao ressaltar que o "Mercadão" é importante ponto turístico visitado por "gente de fora", dando ênfase aos comentários pejorativos sobre o evento, a jornalista nos indica que certos sujeitos e práticas não coadunam com o lugar, que se deve se caracterizar pelos aspectos históricos da construção e pelo comércio de produtos variados.

É forçoso salientar a construção de sentidos sobre determinados sujeitos e práticas; tais como a bebida, que na fala da comerciante Leda está ligada aos atos de "baderna"; ou ainda, às mulheres que usam as ruas como banheiros, ressaltamos que a jornalista, também confere atributos pejorativos com relação a prática da prostituição, a qual em sua argumentação, vincula-se ao roubo ("muitos objetos já sumiram da prateleira").

No decorrer dessa pesquisa, nota-se que os meios de imprensa, atuavam no sentido de validar determinados projetos dos grupos no poder local com vistas a atingirem a constituição da "cidade ideal". Podemos pensar que, atualmente, os meios de imprensa não deixaram de exercer esse papel, uma vez que prosseguem atuando na (...) *construção de sentidos e ordenamento da realidade social e na constituição de memórias hegemônica*.<sup>106</sup> Desse modo, ao forjar a construção de significados pejorativos acerca das pessoas que faziam usos diversos do espaço do Mercado Municipal, o jornal está definindo certos papéis sociais e modelando formas de pensar que desqualificam alguns agentes históricos, contribuindo para implementação de uma memória histórica que imputa a tais sujeitos um papel não apenas secundário, mas de "vilão da história".

---

<sup>104</sup> Idem.p.3

<sup>105</sup> Idem.p.3

<sup>106</sup> MACIEL, Laura Antunes. **Produzindo Notícias e Histórias: Algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920**. In: Muitas Memórias outras Histórias. São Paulo: Olho d'água. 2004.p.14.

Percebemos que 144 anos após a instituição das Posturas em 1865, os conflitos acerca dos espaços da cidade e das práticas dos sujeitos na esfera pública permanecem; sobretudo no que se refere ao controle sobre os modos de vida dos alguns cidadãos, que teimam em não se “enquadrar” na formatação de uma cidade ordenada com funções sociais específicas aos diferentes agentes históricos. Cabem a nós historiadores a função de elaborar trabalhos que questionem e desnudem as formas de dominação e exploração que visam perpetuar essa situação social de extrema desigualdade, pautados sempre no significado político de nossa ação, de forma a contribuir intervindo no presente e buscando um futuro mais digno e justo.

## **1. FONTES**

- *Periódicos do Jornal Gazeta de Uberaba – 1934/1935*. Encontram-se disponíveis na sede do Arquivo Público de Uberaba em encadernações anuais.
- *Periódicos do Jornal Lavoura e Comércio – 1925 /1935* – O acervo desse jornal esteve disponível mediante agendamentos com o responsável pela Massa Falida na antiga sede do mesmo. Os exemplares estão encadernados anualmente, porém, o período anterior a 1925 encontra-se interdito devido ao péssimo estado de conservação. O período estudado também não se encontra em bom estado necessitando urgentemente de ser digitalizado sob pena de perder tais registros.
- *Periódicos do Jornal Correio Católico – 1924/1934* – atualmente interditos devido as péssimas condições de conservação.
- **DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE UBERABA**

Boletim Informativo do Arquivo Público de Uberaba – Centro Administrativo Municipal de Uberaba – “De Instituto Champagnat a Ataliba Guaritá” – Nº Agosto.2004.

Código de Posturas do Município de Uberaba. 1927 – Lei 544 de 08/07/1927

Grupo: Secretaria de Planejamento - Série: Relatório. SUB: DAD/ Apresentação. 1931/1932;

Grupo: Secretaria de Planejamento - Série: Relatório. SUB: DAD/ Resumo. Rua Artur Machado1932;

Grupo: Secretaria de Planejamento - Série: Relatório. SUB: DAD/ Resumo. Praça Rui Barbosa.1932;

Grupo: Secretaria de Planejamento - Série: Relatório. SUB: DAD/ Resumo. Praça Frei Eugênio.1932;

Grupo: Secretaria de Planejamento – Série: Relatório. SUB: DAD/RE. Total de Habitações.1932;

Grupo: Secretaria de Planejamento – Série: Relatório. SUB: DAD/RE. Total de Rua e Praças.1932

Grupo: Secretaria de Planejamento - Série: Relatório. SUB: DAD/RE. Resumo.Rua São Miguel.1932

Grupo: Secretaria de Planejamento - Série: Relatório. SUB: DAD/RE. Resumo.Rua Vigário Silva.1932

Livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba 1857-1871.

- **DIVERSOS**

Almanaque Uberabense. 1895. Disponível no Arquivo Público de Uberaba.

Almanaque Uberabense. 1903. Disponível no Arquivo Público de Uberaba.

Almanaque Uberabense. 1904. Disponível no Arquivo Público de Uberaba.

### **Processos Crimes da Comarca de Uberaba**

Pesquisando tais documentos, mormente aqueles que pudessem nos remeter de alguma maneira ao universo partilhado pelos atores sociais que se envolviam nas práticas enxergadas como mundanas pelas elites locais, percebi que a maioria dos delitos ocorrem até as duas primeiras décadas do século XX, posteriormente a essa data, são exíguos os processos. Para se ter uma idéia, na Série das Agressões Físicas, contamos

com fichas que vão de 1901 até 1959, sendo que, até o ano de 1919, aparecem regularmente. Contudo, a partir daí, de 1920 até 1935, encontraremos um total de apenas 6 fichas espalhadas por esse período. No grupo de tentativas de homicídio, também registramos uma considerável queda, visto que de 1925 até 1935 só encontrei 11 fichas.

APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Agressão Física. 30/03/1901. Uberaba/MG. Ficha N°002 Caixa 084.

APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Agressão Física. 15/08/1901. Uberaba/MG. Ficha N°014 Caixa 085.

APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Homicídio. 18/02/1921. Uberaba/MG. Ficha N°238. Caixa 142.

APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Homicídio. 01/11/1912. Uberaba/MG. Ficha N°096. Caixa 183.

APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Tentativa de Homicídio. 03/09/1913. Conceição das Alagoas/MG. Ficha N°104 Caixa 184.

APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Homicídio. 11/03/1910. Uberaba/MG. Ficha N°89. Caixa 133.

APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Contravenção. Sub-série: Casa de Tolerância. 22/12/1902. Uberaba/MG. Ficha N°015. Caixa 119.

APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Contravenção. Sub-série: Perturbação a ordem pública. 26/04/1901. Uberaba/MG. Ficha N°007 Caixa 119.

APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Contravenção. Sub-série: Jogo de Azar. 16/05/1915. Uberaba/MG. Ficha N°029 Caixa 119.

APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Tentativa de Homicídio. 12/04/1908. Uberaba/MG. Ficha N°51 Caixa 181.

APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Ofensas Físicas. 23/06/1901. Uberaba/MG. Ficha N°01 Caixa. 84.

APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Agressão Física. 02/06/1902. Uberaba/MG. Ficha N°026 Caixa. 86.

### **Termos de Bem Viver**

APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Termo de Bem Viver. Sub-série: Prostituição e embriaguez. 28/12/1963. Uberaba/MG. Ficha N°009 Caixa 083.

APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Termo de Bem Viver. Sub-série: Perturbação da ordem pública. 21/01/1871. Uberaba/MG. Ficha N°015 Caixa 084.

APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Termo de Bem Viver. Sub-série: Perturbação da vizinhança. 08/02/1864. Uberaba/MG. Ficha N°010 Caixa 083.

APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Termo de Bem Viver. Sub-série: Perturbação da vizinhança. 18/10/1870. Uberaba/MG. Ficha N°014 Caixa 084.

APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Termo de Bem Viver. Sub-série: Perturbação da ordem. 04/02/1864. Uberaba/MG. Ficha N°011 Caixa 084.

APU. Processo Crime. Grupo: Judiciário. Série: Termo de Bem Viver. Sub-série: Perturbação Pública. 07/07/1863. Uberaba/MG. Ficha N°008 Caixa 083.

## **2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ÂNGELO, Assis...et al. **A Prostituição em debate; depoimentos, análises, procura de soluções.** São Paulo. Ed. Paulinas. 1982.

ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. **O Estado Novo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ARÓSTEGUI, Julio” O objeto teórico da historiografia”. In: **A pesquisa histórica teoria e método.** Bauru. EDUSC, 2006.

AZEVEDO, Aluisio de. **O Cortiço.** Ática: São Paulo 1997.

BACEGA, Maria Aparecida. **A Palavra e o discurso: Literatura e História.** Ática, 1996.

BALCÃO, Lier Ferreira. **A cidade das Reclamações: Moradores e Experiência Urbana na Imprensa Paulista – 1900/1913.** Dissertação de Mestrado em História Social. PUC 1998.

BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social.** In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. **Cidade na Contra-mão Fortaleza nas primeiras décadas do século XX.** Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.1996.

BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Aluisio de Caminha.**São Paulo: PubliFolha, 1997.

BESSA, Kelly. **Metamorfose da rede urbana no triângulo mineiro: considerações sobre os processos de convergência e divergência entre Uberaba e Uberlândia.** In: Revista Geografia e Educação. Ano I, Nº1.2007.

BILHARINHO, Guido. **Uberaba: dois séculos de história – dos antecedentes a 1929.** Ed. Arquivo Público de Uberaba. 2007.

BILHARINHO, José Soares. **História da Medicina em Uberaba.** Ed. Arquivo Público de Uberaba/Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro 1993.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001 p. 45.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CALVO, Célia Rocha. **Trabalho e Ferrovia: a experiência de ser ferroviário da companhia paulista.** São Paulo, 2004, (dissertação em história) PUC-SP.

\_\_\_\_\_. **Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos, Uberlândia 1938-1990.** Tese de doutorado. São Paulo: PUC- SP, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados.** O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.

- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. Campinas: Unicamp, 2001
- CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915**. São Paulo Educ;Fapesp. 2000.
- DANTAS, Sandra Mara. "**Entre o ideal e o real, a cidade que se tem e a cidade que se quer Uberlândia (1900 - 1950)**". In: História e perspectivas, nº25 e 26. Uberlândia; EDUFU. 2001.
- DAVIES NATALIE. "As mulheres por cima" In: **Culturas do Povo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- DIAS, Maria Odila Leite. **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX**. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- DOSSE, François. **A história em Migalhas: dos Annales à nova história**. São Paulo: Ensaio;Campinas: Ed. Unicamp, 1992, p 21-164
- ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores - Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FENELON Dea. Introdução Cidades. **Pesquisa em História**. Programa de Estudos Pós Graduados em História PUC-SP. São Paulo. Editora:Olho dá água. 1999.
- FERREIRA, Domingos Reynaldo. **As raparigas da Rua de Baixo - Memórias da Infância**. São Paulo: El - Edições Inteligentes, 2004.
- FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**.18. São Paulo: Graal,2007.
- 1987.FERREIRA, Orlando. **Terra Madrasta (um povo infeliz)**. Typ. do "Brasil Central". 1926.
- FONTANA, J. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: Universidade Sagrado Coração, 1998.
- FONTES, Siqueira de. **Juá, A rua dos Desencantos**. Vitória: Degraf, 1984.
- GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de Programa. Prostituição em Copacabana e identidade social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- LE GOFF, Jacques. **A história Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- MACIEL, Laura Antunes. **Produzindo Notícias e Histórias: Algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920**. In: Muitas Memórias outras Histórias. São Paulo: Olho d'água. 2004.
- MARSON, Adalberto. **Reflexões sobre o procedimento histórico**, In: SILVA, M.A. da (org) Repensando a História. Rio de Janeiro: Cia. das Letras.
- MARTINS, Ana Luzia. LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARZONI, Francisa Marcio Alves. **Campos e Cidades na Capital Paulista: São Paulo no Final do Século XIX e nas Primeiras Décadas do Século XX**. In: História & Perspectivas. (36,37). Uberlândia. Edufu. 2007.

- MELO E SOUSA, Laura. **Opulência e Miséria das Minas Gerais**. 6º Edição, Brasiliense, 1994.
- MENDONÇA, José de Souza. **História de Uberaba**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1974.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória. A cultura popular revisitada**. São Paulo: contexto, 1992.
- PEREIRA, Ivonete. **"As decaídas": Prostituição em Florianópolis (1900 - 1940)**. Florianópolis Ed. da UFSC, 2004.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo, Contexto, 2007.
- PINHEIRO, Ana Paula Arruda Mendes. **A origem do saneamento e dos princípios urbanísticos na cidade de Uberaba – MG**. Curso de Especialização FAUPUCCAMP – Urbanismo Moderno e Contemporâneo. 1994.
- PONTES, Hildebrando. **História de Uberaba e Civilização no Brasil Central**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970.
- \_\_\_\_\_. **Vidas, Casos e Perfis** Uberaba: Arquivo Público de Uberaba. 1992.
- PRIORE, Mary Del. **Mulheres no Brasil Colonial**. São Paulo: Contexto, 2003.
- RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- REIS, José Carlos, **História & Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 53
- RESENDE, Eliane Mendonça Marquez de. **Uberaba Uma Trajetória Sócio-Econômica/1811-1910**, Uberaba, Arquivo Público, 1991.
- RIBEIRO, JUNIOR Florisvaldo Paulo. **A fabricação da liberdade alforrias e abolição da escravidão no Triângulo Mineiro, 1821-1888**. In: *História & Perspectivas*. (36,37). Uberlândia. Edufu.2007.
- \_\_\_\_\_. RIBEIRO, JUNIOR Florisvaldo Paulo. **O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional. Minas Gerais, 1888-1928**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- ROLNIK, Raquel. **A cidade e a Lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**: Studio Nobel: Fapesp, 1997
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1992.
- ROUSSELE, Aline. **Pornéia Sexualidade e amor no mundo antigo**. Rio de Janeiro: Brasiliense 1984.
- SAMPAIO, Borges. Uberaba: **História Fatos e Homens**. 2º Edição Arquivo Público, 2001.
- SANT'ANNA, Afonso Romano de. **O canibalismo amoroso: o desejo e a interdição em nossa cultura através da poesia**. Rio de Janeiro. Rocco. 1993.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano – São Paulo e pobreza 180-1915**. São Paulo. ANNABLUME.1998.

SANTOS, Pereira dos. **À luz do moleque Bastião – Grande Otelo: “Arranhando” Uberabinha – 1915-1930**. Monografia. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de História. Uberlândia. 2005.

SILVIA, Lúcia Helena Pereira da. **Luzes e sombras na cidade: No rastro do Castelo e da Praça Onze: 1920/1945**. Rio de Janeiro:Secretaria Municipal de Culturas,Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2006.

SOIHET, Raquel. **Condição Feminina e forma de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890 – 1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

TEIXEIRA, Edelweiss. **O Triângulo Mineiro dos Oitocentos**. 1º Edição. Uberaba: Integraff Editora, 2001.

THOMPSON. E.P. **Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular e tradicional**. São Paulo Cia. das Letras. 1989.

\_\_\_\_\_, Folclore, Antropologia e História Social. In: **As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. **“Padrões e Experiências”**. In **A Formação da Classe Operária Inglesa**. VII, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Lisboa: Edições 70, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, Amor e Desejo no Ocidente Cristão**. São Paulo: Ática.1992.

VIEIRA, Maria do Pilar Araújo e outras. **A pesquisa em História**. São Paulo:Ática. 4º Edição. 2006.

WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. **Papel das Elites no desenvolvimento político e econômico do município de Uberaba (MG) – 1910 a 1960**. . Dissertação. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Geografia História. Uberlândia/MG. 2006.

WILLIAMS, Raymond. In Cevasco, Maria Eliza **“Questões de teoria: O materialismo cultural”**. Paz e Terra , 2001.

\_\_\_\_\_. **O campo e a cidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **“Hegemonia”**. In: **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1979.